

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

THAESA JESANA DA SILVA BACELLAR

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA INSERÇÃO NA
FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL.**

Santa Maria, RS, Brasil
2020

Thaesa Jesana da Silva Bacellar

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA INSERÇÃO NA
FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientador: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Santa Maria, RS, Brasil
2020

Bacellar, Thaesa Jesana da Silva

O trabalho do assistente social no ensino superior público: atribuições e competências em sua inserção na formação acadêmica em Serviço Social. / Thaesa Jesana da Silva Bacellar.- 2020.

122 p.; 30 cm

Orientador: Jairo da Luz Oliveira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2020

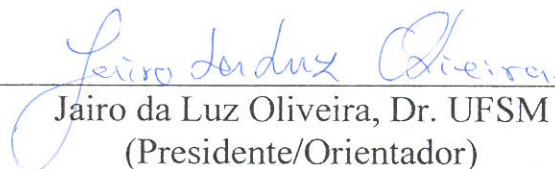
1. Serviço Social 2. formação acadêmica 3. atribuições e competências profissionais 4. supervisão de estágios em Serviço Social I. Oliveira, Jairo da Luz II. Título.

Thaesa Jesana da Silva Bacellar

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR
PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA
INSERÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO
SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Gestão de Organizações Públicas da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de **Mestre em
Gestão de Organizações Públicas.**

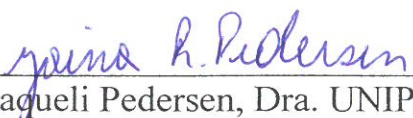
Aprovado em 25/05/2020



Jairo da Luz Oliveira, Dr. UFSM
(Presidente/Orientador)



Sheila Kocourek, Dra. UFSM



Jaina Raqueli Pedersen, Dra. UNIPAMPA

Santa Maria, RS, Brasil
2020

RESUMO

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA INSERÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL.

AUTORA: Thaesa Jesana da Silva Bacellar

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Essa pesquisa visa compreender a importância e significado da inserção do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social buscando vislumbrar a percepção que o assistente social supervisor de campo possui sobre sua ação pedagógica enquanto uma competência e atribuição profissional. Da mesma forma, busca trazer a luz um novo ator social possível no processo de estágios em Serviço Social: um agente articulador da tríade, que para além da supervisão de campo e da docência, propõem a articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de estágio a fim de alinhar a formação as demandas das políticas públicas e da população usuária, bem como garantir uma formação com qualidade. O tema foi escolhido tendo em vista a atuação da autora como assistente social servidora em uma Universidade Pública, vinculada a um Departamento de Ensino em Serviço Social. Assim, pretende-se contribuir com a socialização da experiência de trabalho, assim como, dar visibilidade a atuação dos assistentes sociais não docentes na formação acadêmica, através da supervisão de estágios. Nesse sentido a pesquisa é orientada pelo seguinte problema de pesquisa: Como vem se constituindo a atuação do assistente social no que diz respeito a sua implicação com a formação acadêmica, através do processo de supervisão de estágios em Serviço Social? Assim, objetiva problematizar as atribuições e competências profissionais do assistente social, supervisor de estágio, no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social tendo por finalidade a garantia de uma educação superior pública de qualidade e socialmente referenciada. Foi possível concluir a partir da pesquisa, que pontos comuns e divergentes perpassam a atuação do assistente social nas diferentes políticas públicas. Os pontos divergentes concentram-se, principalmente, nas diferenças estruturais de cada política, suas demandas e organizações correspondentes que daí discorrem desafios e potencialidades percebidas durante o processo de estágio. Como pontos convergentes tem-se o impacto positivo do estagiário em campo, oportunizando processos de reflexão e aprimoramento do trabalho exercido pelo assistente social supervisor. Os diferentes profissionais também concordam no que tange a importância da educação permanente como uma estratégia de resistência a naturalização da desigualdade social. Também foi possível concluir a partir do estudo que o campo de atuação em Cursos de Graduação em Serviço Social é um novo e profícuo espaço de trabalho, em que se tem a possibilidade de intervir durante todo o processo de formação acadêmica, incidindo assim nos rumos da profissão. Na experiência estudada, os gestores pedagógicos afirmam que este profissional tornou-se imprescindível no processo de gestão dos estágios, contribuindo na formação de qualidade defendida pela categoria profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social; formação acadêmica; atribuições e competências profissionais.

ABSTRACT

THE WORK OF SOCIAL ASSISTANT IN PUBLIC HIGHER EDUCATION: ASSIGNMENTS AND COMPETENCIES IN THEIR INSERTION IN ACADEMIC TRAINING IN SOCIAL WORK.

AUTHOR: Thaesa Jesana da Silva Bacellar

Advisor: Jairo da Luz Oliveira

This research seeks to understand the importance and meaning of the insertion of the social worker in the academic formation in Social Work seeking to glimpse the perception that the social worker supervising in the field has about his pedagogical action as a professional competence and attribution. In the same way, it seeks to bring to light a new social actor possible in the internship process in Social Work: an articulating agent of the triad, who, in addition to field supervision and teaching, propose the articulation between the different subjects involved in the internship process in order to align training with the demands of public policies and the user population, as well as guaranteeing quality training. The theme was chosen in view of the author's role as a serving social worker at a Public University, linked to a Department of Education in Social Work. Thus, it is intended to contribute to the socialization of work experience, as well as to give visibility to the performance of non-teaching social workers in academic training, through the supervision of internships. In this sense, the research is guided by the following research problem: How has the role of the social worker been constituted with regard to its involvement with academic training, through the process of supervising internships in Social Work? Thus, it aims to problematize the professional duties and competences of the social worker, internship supervisor, within the scope of academic training in Social Work with the aim of guaranteeing a public quality education that is socially referenced. It was possible to conclude from the research, that common and divergent points permeate the work of the social worker in different public policies. The divergent points are concentrated, mainly, in the structural differences of each policy, its demands and corresponding organizations that give rise to challenges and potentialities perceived during the internship process. As convergent points there is the positive impact of the intern in the field, providing opportunities for reflection and improvement of the work performed by the supervising social worker. Different professionals also agree on the importance of continuing education as a strategy to resist the naturalization of social inequality. It was also possible to conclude from the study that the field of work in Undergraduate Courses in Social Work is a new and fruitful work space, in which it is possible to intervene during the entire academic training process, thus focusing on the direction of profession. In the studied experience, the pedagogical managers affirm that this professional has become essential in the process of management of the internships, contributing in the formation of quality defended by the professional category.

Keywords: Social Work; supervising internships; professional duties and skills.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 01** - Arcabouço jurídico relacionado à atuação do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social. p. 37-41
- QUADRO 02** - Questões Norteadoras da Pesquisa p. 46
- QUADRO 03** - Critérios De Inclusão de Participantes na Pesquisa p. 49
- QUADRO 04** - Sistematização Da Participação Dos Supervisores De Estágio Entrevistados No Processo De Formação Acadêmica Em Serviço Social. p. 55
- QUADRO 05** - Comparativo Das Atribuições E Competências Profissionais Dos Participantes Por Instituição E Política. p. 57

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 01** - Vagas de Estágio nas Diferentes Políticas Públicas do Curso De Serviço Social da UFSM. p. 48
- GRÁFICO 02** - Atuação dos Participantes em Políticas Públicas. p. 54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
EAD	Ensino a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágios
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. PROBLEMA DE PESQUISA	11
3. OBJETIVOS	135
3.1. Objetivo Geral	15
3.2. Objetivos Específicos	15
4. JUSTIFICATIVA	16
5. ESTRUTURA DO TRABALHO	16
6. CAPÍTULO I.	20
6.1 O ensino superior no Brasil: para que (m) serve as universidades?	20
6.2. Um breve histórico da formação em Serviço Social no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.	27
6.3 Atribuições e competências profissionais do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social: Subsídios para atuação mediante o aporte legal.	36
7. CAPITULO II – ASPECTOS METODOLÓGICOS E ESPISTEMOLÓGICOS DO PRESENTE ESTUDO.	46
7.1 Orientação Epistemológica da pesquisa	47
7.2 Critérios de Inclusão e Exclusão	50
7.3 Aspectos éticos:	51
7.4 Limitações da Pesquisa	53
8. CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS RESULTADOS.	53
8.1 Reconstrução: Quem são os sujeitos da pesquisa.....	53
8.2 Atribuições e Competências do Assistente Social nas políticas públicas e a supervisão de estágios nas políticas de assistência social, saúde e educação.	56
8.2.1. As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Assistência Social.....	59
8.2.2 As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Saúde	68
8.2.3 As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Educação Superior: o possível quadrilátero no processo de estágio em Serviço Social.....	78
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	114
APÊNDICE A: AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	118
APENDICE B: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	120

INTRODUÇÃO

A política de educação pública brasileira tem avançado significativamente nas últimas décadas, tanto no que tange a legislação como também em sua ampliação e capilaridade em um país tão extenso como o Brasil. Porém, inúmeros são os desafios e dificuldades a serem reconhecidos e superados, para que o sistema público de educação atinja em plenitude os objetivos a que se destina.

Nesse sentido, o Ministério de Educação e Cultura através do Plano Nacional da Educação (2011-2020) ressalta a importância do processo educativo e das políticas educacionais enquanto expressão da materialização da ação do Estado, sendo esse processo mediado pelo cenário sociocultural e pelas regulamentações dinâmicas e de financiamento que impactam nas organizações públicas. Portanto, é fundamental a ação política dos diferentes atores e organizações articuladas na dinâmica da institucional, sem negligenciar a função social do sistema de educação público (MEC, 2011). Isso significa que a educação precisa alinhar suas práticas gerenciais ao seu papel social e ao contexto sócio histórico em que se insere.

Esta pesquisa aborda em especial a educação superior pública, com ênfase na formação em Serviço Social. Visa, dessa forma, dar visibilidade a atuação de profissionais assistentes sociais e sua implicação com a formação acadêmica, para além da conhecida e imprescindível relação professor-estudante. O processo de formação acadêmica em Serviço Social presume em sua organização pedagógica a presença de assistentes sociais não docentes principalmente durante o processo de supervisão de estágios. Ou seja, todo assistente social teve a participação de profissionais da área durante o processo teórico-prático do estágio, que para muitos, trata-se, do primeiro contato com a população usuária e com a instrumentalidade do assistente social, fundamental para a construção da identidade profissional. Tendo em vista que a inserção profissional do assistente social se dá quase que de forma unânime nas políticas sociais, é necessário compreender se há diferenças e aproximações no processo de supervisão de estágios em distintas políticas sociais.

No entanto, a formação acadêmica cujo objetivo é a preparação de profissionais críticos, reflexivos e criativos tem sido um desafio em tempos em que as universidades são pressionadas a assumir a égide de um serviço prestado exclusivamente para o mercado ao invés de sua

concepção ampliada enquanto um direito que visa à transformação social (AGAPITO, 2016; RIBEIRO, 2017, SOBRINHO 2005). Assim, o debate dos objetivos da universidade, para além de fins pragmáticos e resultados imediatos, emerge evocando a discussão sobre a relevância de uma orientação ética e política enquanto organização pública. Segundo Ribeiro (2017, p. 362) a universidade necessita estar “ciente de seu papel social e educacional, ser capaz de adaptar-se e integrar-se aquilo que é inovador em cada época”.

Portanto, a universidade enquanto espaço privilegiado de produção de conhecimento científico pressupõe considerar a direção social dada a esse conhecimento produzido (ANA et. al. 2016). Ribeiro (2017) coloca que o principal objetivo da universidade e da comunidade acadêmica é a prestação de um serviço de qualidade, produção de conhecimento útil ao desenvolvimento econômico e social, além de fomentar a democracia e a cidadania enquanto instituição. Nesse sentido a universidade, enquanto organização pública deve preocupar-se com reconfiguração da gestão de forma a atender as demandas impostas pelo mercado, mas, também e principalmente para a sociedade. O atendimento das demandas empresariais não pode limitar a educação pública a uma função meramente mercadológica, tendo por centralidade promover às condições necessárias a promoção da equidade e da justiça social (RIBEIRO, 2017, HELOANI, 2018).

Do mesmo modo é demandado aos servidores públicos a apreensão de novas práticas frente às demandas da sociedade contemporânea, a fim de dar respostas efetivas, socialmente orientadas e embasadas em um conhecimento científico. Essas inovadoras práticas interventivas, assim como os novos espaços de trabalho, exercem grande influência nos rumos das profissões. (MOREIRA, CAPUTI, 2016). Cabe ressaltar que mesmo com os desafios impostos a formação pública no ensino superior, as universidades são um ambiente estratégico para novas frentes de atuação, bem como para o desenvolvimento de processos de inovação e aperfeiçoamento diante do quadro de recursos humanos com especialistas de diferentes áreas, tanto no corpo docente como o técnico-administrativo (MAGALHÃES et al, 2010).

Nesse sentido, no que se refere à formação em Serviço Social vislumbra-se um novo espaço para atuação profissional: Cursos e Departamentos de Ensino em Serviço Social. O assistente social, não docente, vinculado às Unidades de Formação tem a oportunidade de intervir em todo o processo de formação, principalmente no que tange aos estágios em Serviço Social. Além da atuação como supervisor de campo, o profissional tem a possibilidade de atuar na interlocução

entre a Universidade e as instituições locais e regionais que recebem estagiários em Serviço Social. Também pode intervir no acolhimento a demandas sociais dos estudantes, enquanto usuários da política educação, que ultrapassam o espaço de sala de aula. Na experiência estudada na pesquisa, os gestores pedagógicos afirmam que este profissional tornou-se imprescindível no processo de gestão dos estágios, contribuindo na formação de qualidade defendida pela categoria profissional.

Portanto, esta pesquisa pretende trazer à luz a atuação do assistente social na formação acadêmica, enquanto supervisor de estágios e/ou trabalhador da educação pública superior. Visa analisar a percepção dos profissionais referente à atuação na formação enquanto uma atribuição e competência profissional, assim como, dar visibilidade a percepção dos gestores pedagógicos sobre a participação desse novo ator social no processo de formação. Da mesma forma, busca vislumbrar estratégias de intervenção voltadas à implementação da política de educação no ensino superior, a fim de fomentar a formação em Serviço Social a partir da ótica de uma educação pública, de qualidade e socialmente referenciada (PDI UFSM 2016-2026).

2. PROBLEMA DE PESQUISA

A educação não é apenas um dos fatores mais importantes para promover o desenvolvimento econômico e social dos países, mas, também é um grande setor da economia mundial (AGUIAR, 2016). Tendo em vista que o mercado educacional brasileiro é muito diversificado, contemplando universidades federais, estaduais e privadas existe uma forte concorrência entre as diferentes instituições. Essa concorrência provoca, entre outros fatores, uma busca constante por altos índices de qualidade da universidade pública.

Assim, a universidade pública tem sido requisitada a avançar em seus processos de gestão e de qualificação dos recursos humanos, instituindo modalidades avaliativas que buscam os princípios da eficiência e eficácia (LIRA et al. 2013). Desse modo, torna-se indispensável à gestão universitária, a partir da ótica dos processos organizacionais, considerar o cotidiano de trabalho dos servidores (AGUIAR, 2017). É nessa realidade complexa das universidades públicas que a formação em Serviço Social se insere, tendo por norteamento a busca pela efetivação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (ANA et al, 2016).

Esse profissional tem em sua matéria de trabalho as múltiplas expressões da Questão Social vivenciadas pelos usuários das políticas públicas. Assim, o assistente social pode vir a atuar na gestão, formulação, execução e avaliação, participando de todo o ciclo das políticas públicas e necessitando de uma formação que seja capaz de prepará-lo para essa inserção (PINTO, 2016).

Nessa perspectiva, reconhecer as diferentes atribuições e competências desse profissional possibilita a construção de um conhecimento baseado na pluralidade de demandas dos usuários das políticas públicas (IAMAMOTO, 2014). Essa imprescindível articulação entre o meio acadêmico e a prática profissional propicia a ascensão de novos temas para serem estudados.

Iamamoto (2012) salienta que um dos maiores desafios do profissional assistente social é desenvolver, a partir das demandas emergentes do cotidiano de trabalho, a capacidade de decifrar a realidade e intervir de forma criativa e capaz de efetivar direitos. Neste contexto o Serviço Social passa a ser exigido a construir teórica e metodologicamente uma compreensão apurada das modificações nas políticas sociais de forma a melhor orientar a formação profissional e a pesquisa na área de conhecimento (PANIAGO, 2012).

Cabe destacar a relevância da discussão do trabalho profissional para além do que já está consolidado, mas, também o que potencialmente pode compor o trabalho do assistente social (MATOS, 2015). Dessa forma faz se necessário elucidar o papel deste profissional na formação acadêmica em Serviço Social objetivando a preservação do projeto ético político profissional bem como a articulação entre ensino e serviço a fim de alinhar a formação as demandas das políticas públicas e da população usuária.

Nesse sentido cabe o questionamento: Como vem se constituindo a atuação do assistente social não docente no que diz respeito a sua implicação com a formação acadêmica, através do processo de supervisão de estágios em Serviço Social?

Cabe salientar a importância desta discussão dado a expansão ocorrida nas últimas décadas das instituições públicas formadoras de assistentes sociais (PEREIRA, 2016), o que demanda uma disponibilidade dos profissionais de atuarem como supervisores de estágio, pois, sem a supervisão não é possível concluir o processo de formação. Conseqüentemente, com a expansão de cursos de Serviço Social, tem-se também a necessidade de expandir o contingente de profissionais parceiros da universidade, através do acolhimento de estagiários.

Além dessa intrínseca relação, a atuação junto a Departamentos de Ensino ou Cursos de Graduação tem se constituído como uma possibilidade de um novo espaço sócio ocupacional para o assistente social. Dessa forma, esse estudo busca contribuir para uma temática recente para a categoria profissional, posto que a produção teórica hoje difundida na área do conhecimento pesquisada apresenta um enfoque direcionado ao assistente social na docência e na supervisão de campo, não concentrando a atenção nesta inovadora possibilidade de intervenção profissional. Pretende-se assim desvendar o papel do assistente social como um possível mediador entre a Universidade e sociedade, inserindo-se em processos de gestão, principalmente no que se refere a gestão dos estágios, a fim de contribuir na qualificação da formação em Serviço Social. Vislumbra-se assim, uma possível ampliação da tríade de estágios, direcionando para um quadrilátero, onde mais um ator social e político pode vir a colaborar para este imprescindível processo de supervisão de estágios em Serviço Social.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Problematizar as atribuições e competências profissionais do assistente social, supervisor de estágio, no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social tendo por finalidade a garantia de uma educação superior pública de qualidade e socialmente referenciada.

3.2 Objetivos Específicos

1. Investigar a percepção dos assistentes sociais, não docentes, da UFSM e da Prefeitura Municipal de Santa Maria no que se refere à compreensão que estes possuem sobre as atribuições e competências profissionais em sua inserção na supervisão de estágios de acadêmicos em Serviço Social;

2. Desvelar as condições de trabalho e supervisão em Serviço Social, nas diferentes políticas públicas em que ocorrem estágios do Curso de Serviço Social da UFSM, a fim de compreender se a inserção de estagiários impacta no cotidiano de trabalho assim como na capacidade mediação dos assistentes sociais supervisores;

3. Compreender a percepção da gestão pedagógica do Curso de Serviço Social da UFSM referente à participação de assistentes sociais não docentes no processo de gestão dos estágios

obrigatórios e não obrigatórios, tendo por finalidade a construção de um perfil profissional capacitado a responder as contradições postas nas expressões da Questão Social na contemporaneidade.

4. Propiciar a construção de ações de educação permanente aos profissionais a fim de contribuir na qualificação do processo de supervisão de estágios em Serviço Social a partir das questões emergentes da pesquisa.

4. JUSTIFICATIVA

Atualmente a gestão das universidades públicas, enquanto instância da política de educação no ensino superior tem sido demanda a atingir índices de melhoria na qualidade e ampliação dos serviços prestados, bem como, da transparência das ações e gastos públicos, apesar do contexto de cortes orçamentários. Além disso, é desafiada a adaptar-se e integrar-se a constantes avaliações, assim como, a internacionalização do ensino superior o que provoca uma busca constante de melhorias nas formas de gestão (VALMORBIDA et al 2014). Aguiar (2017) coloca que devem ser superadas posições amadoras e estritamente políticas de fazer gestão das universidades, a partir da compreensão do caráter multidimensional do trabalho administrativo na efetivação de uma postura democrática. Ou seja, necessita-se que o pensar e o fazer estejam articulados com a educação em sua totalidade, tendo por objetivo cumprir a missão política e cultural das universidades bem como suas finalidades pedagógicas. (AGUIAR, 2017).

A fim de atingir tal desafiadora missão a política de educação no ensino superior deve oportunizar uma educação emancipatória, buscando envolver os diferentes atores sociais que compõem o processo de formação e utilizando de estratégias coletivas de produção de conhecimento para o aperfeiçoamento de todos que compõem a instituição, estudantes, técnicos e docentes.

Cabe destacar que a política de educação superior vigente no país sofreu influência de um conjunto de documentos produzidos por organizações multilaterais a partir da década de 1990. Esses documentos, segundo Maciel (2016) teve como teor central a realização de diagnósticos sobre o ensino superior no Brasil e a partir desses foram propostas diversas recomendações no que concerne a democratização do acesso, adoção de políticas e métodos de gestão empresariais para avaliação dos serviços públicos. Segundo a autora, algumas dessas

recomendações incidiram em posicionamento direcionado quase que exclusivamente ao mercado, ignorando a relevância social do conhecimento produzido pela universidade pública.

Há, assim, um conflito paradoxal, um confronto entre a educação voltada as premissas do capital e uma educação identificada com a emancipação humana. Ou seja, de uma concepção de educação exclusivamente mercadológica em disputa a um projeto educativo a serviço da construção de uma sociedade mais humanizada (RIBEIRO, 2017). Segundo Maciel (2016) a capacidade de articulação e organização das categoriais profissionais podem incidir nessa realidade, impactando nos rumos da formação acadêmica.

Nessa perspectiva, a reflexão acerca da participação do assistente social na formação profissional em Serviço Social possui grande relevância na área dada a sua influência sobre os rumos da categoria profissional e conseqüentemente da atuação dos assistentes sociais. A qualificação da formação incide na capacidade da categoria profissional dar respostas às demandas da população, pois, segundo Matos (2015, p.680): “uma profissão só se afirma e se desenvolve se responder às demandas postas pelos diferentes segmentos da sociedade”.

Assim, a produção de conhecimentos no que concerne à formação e trabalho do assistente social contribui enquanto fenômeno político e estratégico, não sendo possível dissociá-la dos valores profissionais referentes ao um projeto de sociedade, materializado através de intervenções individuais e coletivas (MORAES, 2017). Os assistentes sociais são convocados por seu código de ética a defender de forma intransigente os direitos humanos tendo por princípio central a liberdade (CFESS, 1993) em um contexto econômico, político e social de enxugamento do Estado e cortes no que tange as políticas sociais. Dessa forma, intervir enquanto trabalhador assalariado na defesa dos princípios previstos no código de ética torna-se desafiador, principalmente no que se refere à efetivação dos direitos da classe trabalhadora (FERNANDES, et. al. 2017).

É em seu cotidiano de trabalho que o assistente social participa da vida da população e é requerido a fornecer respostas efetivas em sua intervenção profissional. Porém, a esfera cotidiana pode vir a reproduzir comportamentos e posições despidas de processos de reflexão podendo propiciar a alienação do simples cumprimento de uma rotina de tarefas (HELLER, 2008). Nesse sentido, a execução das políticas públicas corre o risco de torna-se apenas uma implementação de leis e padrões, “sendo o carimbo e o papel mais importante que seres humanos e suas relações” (LACERDA, 2014, p. 23). Dessa forma torna-se essencial a busca de

estratégias que contribuam no rompimento da alienação no cotidiano de trabalho, de forma que este profissional permaneça atento a fim de desvendar as demandas para além do aparente.

Uma estratégia possível, a que esta pesquisa dedica sua atenção é a supervisão de estágios em Serviço Social. Esta é a intervenção na formação mais consolidada do ponto de vista legal e teórico, ainda que haja novas possibilidades de intervir no futuro da categoria profissional. O estágio, para além de uma disciplina curricular, demonstra-se com grande potencial articulador entre a universidade e a sociedade, entre os processos de formação e os processos de trabalho. De acordo com Guerra (2016) o estágio é o momento em que há a síntese dos conhecimentos teóricos e saberes práticos, possibilitando a construção de um perfil profissional crítico e competente. Segundo a autora o estágio permite ao estudante perceber os usuários das políticas públicas como pessoas reais, com histórias de vida e vínculos sociais próprios. Também possibilita que o assistente social supervisor de estágio se aproxime do meio acadêmico o que pode e deve colaborar na formação permanente desse profissional, o provocando a refletir sobre seu processo de trabalho.

Espera-se a partir do estudo, trazer a luz as principais estratégias de intervenção na formação acadêmica por parte de assistentes sociais servidores públicos, inseridos em diferentes políticas sociais. Objetiva-se, assim, propiciar a construção de estratégias perante a gestão pedagógica e administrativa do Curso de Serviço Social que visem garantir a qualidade em todo o processo de formação, partindo do pressuposto legal que o profissional assistente social, pode e deve intervir nesse processo (BRASIL, 2003).

Além da supervisão de campo, a atuação de profissionais em Cursos/Departamentos de Ensino em Serviço Social é um trabalho inovador para a profissão, em que o assistente social tem a oportunidade de incidir durante todo o processo de formação. No entanto, há uma limitada gama de produções teóricas sobre a inserção desse profissional na formação acadêmica em Serviço Social a partir da atuação em departamentos de ensino, o que justifica a necessidade de construção de estudos, a fim de dar subsídios teóricos para o exercício profissional.

Portanto, partindo do pressuposto que esta atuação é legalmente prevista e já vem ocorrendo é muito importante que novas pesquisas busquem compreender como os profissionais dos Departamento de Ensino, assim como os supervisores de estágio percebem essa intervenção na formação se a entendem, de fato, como uma atribuição profissional. Além disso, o estudo de novos campos de trabalho pode vir a contribuir na consolidação de espaços

de atuação que, diante das mudanças no mercado de trabalho, venham a colaborar na preservação da profissão, bem como, de seu projeto ético político.

Cabe ressaltar o aspecto prático de utilização dos resultados da pesquisa, pois, visa colaborar com a qualificação do serviço prestado pelas profissionais assistentes sociais do Departamento de Serviço Social da UFSM, bem como a elaboração de um Curso de Extensão a partir dos elementos de realidades emergentes da pesquisa.

5. ESTRUTURA DO TRABALHO

Em seu primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico em que busca discutir os desafios para o ensino superior público no Brasil, diante das mudanças advindas da própria configuração da educação, a exemplo da modalidade à distância. Traz ao debate a concepção de educação superior enquanto um direito social, se contrapondo à lógica exclusivamente mercadológica, o que interfere nos objetivos da universidade enquanto instituição, bem como, nos processos de trabalho das diferentes profissões inseridas no contexto universitário. Nesse sentido, o Serviço Social tem uma relação histórica com a política de educação, que no estado do Rio Grande do Sul, apresentou e ainda apresenta algumas características comuns ao restante do Brasil, mas, também algumas particularidades que emergem das condições sócio históricas e políticas locais.

Na sequência do referencial teórico a pesquisa apresenta, a partir do arcabouço legal, alguns marcos e estratégias consolidadas para a atuação do assistente social na educação, em especial, na formação de acadêmicos em Serviço Social. A legislação aponta para a concretude dessa atuação, porém, faltam estudos no que se refere à compilação dessas estratégias, havendo apenas alguns subsídios do Conselho Federal de Serviço Social.

Após o referencial teórico, em seu segundo capítulo, apresenta-se a metodologia da pesquisa, bem como seu prisma epistemológico, critérios de inclusão e exclusão, aspectos éticos e limitações da pesquisa. No terceiro capítulo, a pesquisa aborda a análise dos dados, a partir da reconstrução de quem são os sujeitos da pesquisa e dos principais resultados obtidos no que se refere às atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais em sua inserção na formação acadêmica. Por fim, apresentará as conclusões da pesquisa.

6. CAPÍTULO I.

6.1 O ensino superior no Brasil: para que (m) serve as universidades?

O ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas apresenta grande expansão principalmente nas instituições privadas. Esse crescimento associado ao mercado representa uma série de medidas econômicas adotadas pelo Estado que impactaram nas políticas públicas como a educação. O enxugamento de recursos para o ensino somado a incentivos financeiros para o setor privado atraiu segmentos populacionais para o consumo da educação enquanto serviço educacional, descaracterizando-o como um direito. Cabe destacar, que a presença do setor privado na educação superior é histórica no país (PEREIRA, et al, 2014). Alonso (2010) apud ao INEP (2008) afirma que a educação superior brasileira é uma das mais privadas do mundo.

Nos últimos anos percebe-se o crescimento de um segmento em específico da educação superior privada: o ensino a distância (EAD). Diversas categorias profissionais posicionaram-se contrárias ao ensino superior não presencial, entendendo que a oferta dessa modalidade poderá mudar o perfil do profissional. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), manifestou contrariedade a modalidade. A preocupação do conselho se dá ao desafio do ensino a distância em ofertar uma formação em Serviço Social alicerçada em três dimensões que compõem o exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (CFESS, 2014). Essa preocupação justifica-se diante da dificuldade do EAD em ofertar a totalidade de seus discentes o acesso ao tripé ensino- pesquisa- extensão (ALONSO, 2010; PEREIRA et al, 2014).

Nesse interim, Pereira (2016) faz uma comparação da formação em Serviço Social nos cursos presenciais com o ensino a distância. Em síntese, de 2006 a 2012, o ensino presencial teve um crescimento de 67,85% enquanto o ensino a distância cresceu 1.700%. Da mesma forma, no ano de 2012, ainda segundo a pesquisa da autora, houve 15.307 concluintes na modalidade à distância, comparados a 12.367 da modalidade presencial. Ou seja, o EAD passou a formar mais profissionais que o ensino presencial (PEREIRA et al, 2014).

Porém, o ensino a distância teve um caráter inovador ao introduzir as tecnologias da informação no processo de ensino-aprendizagem. A modalidade presencial, com destaque as universidades públicas, necessita olhar com atenção ao uso das tecnologias da informação na educação, de forma a ocasionar uma dinâmica mais próxima ao estudante (ALONSO, 2010).

O ensino a distância no Brasil segundo Alonso (2010) revela um importante paradoxo: a democratização do acesso em contraponto à qualidade da formação profissional. Nesse sentido, cabe destacar que na gênese do ensino superior público brasileiro não houve a preocupação com o acesso dos diferentes segmentos sociais (FURLANI, 2001). Porém, a partir da inclusão na agenda governamental da pauta da democratização do acesso ao ensino superior, traduzida, entre outras ações, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a relação entre estudo e trabalho tem sido cada vez mais presente nas universidades públicas.

Com a principal finalidade de reduzir as desigualdades sociais no que diz respeito ao acesso e à permanência no ensino superior, o Reuni, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi criado em abril de 2007 pelo Decreto nº 6.096 e apresentado para as Universidades Federais em 2008. O programa, desenvolvido durante o período de 2008 a 2012, foi instituído com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O Governo Federal buscou, entre outras metas, o aumento no número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação da oferta de cursos noturnos. O Decreto nº 6.096/2007, no seu artigo 2º, inciso I, traz que o Reuni apresenta como uma de suas diretrizes “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno”. Essa expansão de vagas destacou-se no acréscimo de matrículas nos cursos noturnos, pois tinha-se que a ampliação de vagas noturnas nas instituições federais de ensino superior (IFES) era a medida mais adequada de acesso e de permanência no ensino superior, principalmente para o aluno trabalhador (CARVALHO, 2014).

A partir do REUNI que proporcionou a reestruturação do ensino superior no Brasil, os trabalhadores passaram a ampliar o acesso à universidade pública. Historicamente, muitos foram os motivos do distanciamento da classe trabalhadora do ensino superior até que houvesse a oferta de cursos noturnos, incentivados pelo REUNI. Segundo Furlani (2001) a necessidade da renda para sobrevivência e consumo dos filhos da classe trabalhadora provocou, entre outros fatores, a entrada precoce no mercado de trabalho.

A condição de ser estudante trabalhador impõe, muitas vezes, uma série de condicionantes ao acesso e permanência no ensino superior, impactando na possibilidade de

uma maior escolaridade para este público e conseqüentemente uma maior mobilidade social. Assim, o turno e a jornada de trabalho influem diretamente na escolha do ensino noturno, principalmente para aqueles trabalhadores que tem atividade laboral com carga horária semanal superior a 20 horas (VARGAS, PAULA, 2012).

Uma parcela significativa dos estudantes do ensino noturno no Brasil se caracteriza por serem trabalhadores que buscam no ensino superior a formação acadêmica, mobilidade econômica e ascensão profissional. Porém, este público enfrenta problemas diários de forma mais intensa que outros grupos, tais como a questão do transporte urbano resultando na dificuldade de locomoção para ida e retorno das aulas e às vezes inviabilizando a presença nos horários previstos. (BARREIRO, TERRIBILI, 2007). Assim, o trabalhador é incentivado a partir de uma retórica política e legal para ingressar na universidade, sem, no entanto, ter assegurado às condições de permanência.

A Lei de Diretrizes e Bases para Educação - LDB (BRASIL, 1996) determina que os cursos noturnos e diurnos devam ter assegurado à mesma qualidade. Da mesma forma a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) no artigo 206 e 208 reafirma a igualdade de condições para o acesso e permanência na educação, inclusive na pesquisa e criação artística. Porém, há uma ausência de políticas específicas que viabilizem os direitos constitucionais de forma a contribuir para o alcance dos objetivos educacionais sem excluir a participação efetiva do trabalhador (VARGAS, PAULA, 2012).

As instituições são então desafiadas, a contemplar em seu planejamento as demandas destes estudantes trabalhadores (VARGAS, PAULA, 2012, MARANHÃO, VERAS, 2017). Embora o estudante trabalhador tenha particularidades, isto não deve ser visto sob uma égide exclusivamente negativa. Segundo Fernandes (2016) a formação tem centrado suas ações nas carências desses estudantes, deixando de dar o devido enfoque aqueles trabalhadores já implicados nos processos de inovação e transformação em seus ambientes de trabalho. O aprendizado construído a partir de determinadas atividades laborais que demandam um conhecimento específico de instrumentos, técnicas e habilidades, são uma potencialidade do estudante trabalhador que deve ser contemplada no processo de ensino e aprendizagem (FERNANDES 2016).

Porém para que o conhecimento vá ao encontro de uma proposta democrática esse necessita ser significativo para educadores e educandos. Freire (1944) aponta a existência de

uma relação dialógica de comunicação no processo educativo que exige o respeito ao conhecimento já adquirido pelo estudante, a partir da sua trajetória histórica enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade. Assim, evidencia-se a necessidade de uma inclusão efetiva da classe trabalhadora no ensino superior, de forma que essa formação faça sentido para os sujeitos e possa assim, transformar os processos de trabalho, bem como as instituições em que esses sujeitos se inserem.

Essa inclusão é primordial para que os trabalhadores inseridos no ensino superior tenham condições de concluí-lo com qualidade a fim de conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho. Para tanto, faz-se necessário a formulação de políticas públicas para assistência estudantil, bem como, para assegurar a mesma qualidade de ensino e de estrutura administrativa no período noturno (BARREIRO, TERRIBILI 2007). O desafio faz-se ainda maior, pois, o ensino superior público baseia-se no tripé ensino, pesquisa e extensão. Logo, urge a necessidade de estratégias institucionais que permitam que o estudante trabalhador vivencie a universidade para além da sala de aula.

Na UFSM o Curso de Serviço Social – Bacharelado, criado a partir do REUNI, destaca-se no processo de ampliação e interiorização do acesso ao ensino superior no Brasil como sendo o único da área ofertado em uma instituição pública, no período noturno, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizando a comunidade um curso que forma profissionais críticos e comprometidos com a ampliação e o pleno exercício da cidadania dos usuários das políticas sociais.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem por concepção a formação a partir de práticas inovadoras, através de um processo contínuo de aprendizado o qual objetiva a formação técnico-científica do assistente social. Anualmente ingressam no curso 50 estudantes. Conforme o Projeto Político Pedagógico, o curso é ofertado no período noturno a fim de permitir a ampliação do ingresso de alunos trabalhadores no ensino público superior da região reforçando o papel social que a UFSM se destina a cumprir (PPC SERVIÇO SOCIAL UFSM, 2010).

A criação desses novos cursos a partir do REUNI, como o de Serviço Social da UFSM, possibilitou a ampliação de vagas no período noturno, oportunizando que mais estudantes trabalhadores tenham acesso ao ensino superior público. Concomitante a isso, evidenciou a necessidade da adequação da estrutura pedagógica e física das IFES para atender estes

estudantes com o desafio de mantê-los no ensino superior até a conclusão da graduação, uma vez que o simples aumento do número de vagas ou a reserva de vagas por cotas a segmentos mais vulneráveis não garante a conclusão da graduação (SIMÕES, 2018). Pois, a oferta de serviços por si só não garante o acesso e a efetiva inclusão dos usuários o que exige dos serviços públicos a conversão em espaços de diálogo e trocas de saberes (CARVALHO, 2014).

Segundo Lima e Machado (2016) a oferta de vagas na educação superior pública no Brasil cresceu a partir do REUNI. Entretanto, não se pode ignorar que os desafios do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior noturno foram evidenciados pela ampliação da oferta de vagas e a ocupação de vagas ociosas nas Instituições Federais de Ensino Superior. Sendo, portanto, necessário ampliar e desenvolver mecanismos a fim de reduzir a taxa de evasão, em especial no período noturno, não se retendo apenas ao incremento quantitativo de vagas, mas buscando uma maior qualidade no ensino superior noturno (VARGAS, PAULA, 2012).

A democratização do acesso deve ser planejada e avaliada conjuntamente a permanência do estudante trabalhador, pois, muitos são os desafios para que este público consiga completar a graduação. Sem essa vinculação pode-se mascarar a realidade ao invés de se evidenciar a demanda pela criação de políticas e ações estratégicas que atinjam este propósito. Portanto, esse processo de democratização só se completará se houver proporção da taxa de ingressantes e concluintes com inclusão progressiva das camadas marginalizadas socialmente (VARGAS, PAULA, 2012).

Assim, a oferta de cursos noturnos é um passo imprescindível para a democratização do ensino superior, porém, não deve ser o único. O princípio da democratização do acesso ao ensino superior deve ser permeado pela busca por uma formação de qualidade em contraposição ao modelo de massificação apresentado pelo ensino à distância. Ofertando assim, o acesso a todos os estudantes a pesquisa, ensino e extensão a fim de possibilitar o desenvolvimento do processo pedagógico em sua integralidade.

Nesse sentido Chaui (2003) aborda a universidade enquanto uma representação da sociedade e suas formas de organização. A concebe, portanto, como uma instituição social com uma prática fundada no reconhecimento público de suas atribuições e legitimidade. Por sua natureza constituinte a universidade acompanha em seus processos de organização os movimentos da sociedade, tendo historicamente se vinculado aos ideais de democracia e

democratização do saber. Diante da função social das universidades os processos de mudanças promovidos pela gestão pública precisam ser permeados de uma profunda reflexão sobre os objetivos a que a universidade se destina enquanto instituição (CHAUI, 2003). Ou seja, cabe a universidade o questionamento se a educação superior pública é concebida apenas como um serviço ou como um direito social (RAICHELIS, 2009).

Isso remete a concepção da política de educação e sua função social. Para Dallari (1998) a educação é um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, por meio do qual as pessoas se preparam para a vida. Assim, cada ser humano pode receber conhecimentos transmitidos de outro ser humano, bem como produzir novos conhecimentos, evidenciando a relação intrínseca entre relações sociais e produção de conhecimento. O imaginário popular, costumes, crenças, ou seja, o aprendizado da cultura é um processo educacional indispensável à formação do homem social, nos termos de Marx. O autor exemplifica como os animais se relacionam e constituem suas ações guiadas por instinto, enquanto, o ser humano adapta a si mesmo e a natureza, de forma racional e teleológica.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985 p. 149)

A partir da citação acima se entende que quando a humanidade procura soluções para suas necessidades, sobrevivem, o planejamento, a execução e a avaliação, resultando não só na satisfação da necessidade em si, como também na reflexão, modificando assim, o objeto de trabalho e ao autor de ação. Criam-se também novas necessidades, a fim de se chegar a novos objetivos, impulsionando o progresso científico, filosófico e tecnológico da humanidade.

Guerra (2007) corrobora com esta interpretação, defendendo que os homens transformam os meios e as condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho, modificando-os em seu benefício, para atingir seus objetivos. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da *práxis* (GUERRA, 2007, p. 3).

Este processo de trabalho é, portanto, o processo de transformação de certo objeto em determinado produto, a partir da intervenção humana e dos instrumentos necessários a ação. Porém, mais do que modificar aos objetos, ou a natureza, o trabalho modifica a humanidade.

Segundo Barroco

Ao ser capaz de autodeterminar-se o ser social evidencia sua vontade racional liberadora de sua autonomia; pode escolher entre alternativas por ele criadas, traçar seu destino, superar limites, fazer escolhas, objetivando suas capacidades e deliberações. Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. (BARROCO, 2008, p.28)

A capacidade teleológica possibilita o avanço da sociedade, nos mais diversos campos do conhecimento. Neste cenário, a educação age de forma preponderante ao fornecer as ferramentas necessárias ao desenvolvimento do aprendizado científico e cultural, possibilitando, portanto, que o sujeito veja o mundo a sua volta e, concomitante a isso, se perceba enquanto um ser no mundo. As instituições tradicionais de ensino são, então, desafiadas a atender às demandas do conhecimento necessário para o desenvolvimento do estudante, enquanto cidadão, tendo de levar em consideração as necessidades do mercado, capacitando os sujeitos frente às demandas da sociedade global e da era da informação. (SANTOS, 2001). Compreende-se, então, que a educação é parte fundante dos sujeitos sociais e o direcionamento desta pode impactar nos processos de trabalho, bem como na realidade em que este trabalho está inserido.

Portanto, faz-se necessário refletir o papel das profissões na política de educação. No que se refere ao Serviço Social, enquanto profissão possui um caminhar histórico de grandes transformações nos campos teórico-prático, ético-político e teórico metodológico. Segundo Conselho Federal de Serviço Social

Trata-se, ao contrário, de afirmar outros significados para educação, numa direção contra hegemônica, cuja objetificação impõem ao trabalho profissional uma necessária articulação com os processos de visibilidade social e política de um amplo conjunto de sujeitos coletivos e uma fundamentada, político-pedagógica mediação com as condições de vida, trabalho e de educação dos sujeitos singulares com os quais atuam no cotidiano institucional. (2012, p. 45)

Assim, a profissão do assistente social se constitui de sua história e do contexto econômico, político e social do país em que se insere da mesma forma que é construída pelos atores que fazem parte desse caminhar, sejam os trabalhadores, usuários e gestores. É, portanto,

“resultante dos sujeitos que constroem suas trajetórias e redirecionam seus rumos” (IAMAMOTO, 2012, p. 39). Por isso, para refletir sobre os rumos da formação na atualidade ou para além dela, é necessário considerar o passado recente dessa profissão e compreender sua caminhada e direcionamento.

6.2. Um breve histórico da formação em Serviço Social no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

A história do Serviço Social no Brasil, bem como, nos países europeus, está fortemente ligada ao avanço da industrialização e as consequências implícitas na relação entre os empregadores e os trabalhadores, em quem detém a indústria ou o campo e quem vende sua força de trabalho. Na América Latina, mas especificamente, tem surgimento nas primeiras décadas do século XX a partir do incentivo da Igreja Católica e suas atividades relacionadas a filantropia e a moralização da classe trabalhadora. Assim, são formados os primeiros serviços de assistência à população, que passaram a exigir uma profissionalização e como consequência, a criação das primeiras escolas de serviço social (DENZ, SILVA, 2015; OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

No Brasil, em 1932 houve a fundação do Centro de Estudos e Ação Social, dando origem a primeira escola criada na Pontifícia Universidade Católica, na cidade de São Paulo em 1936. Nesse contexto há influência preponderante da Igreja Católica e sua doutrina, tendo como principal frente de atuação a Ação Social. As intervenções profissionais se limitavam aos atendimentos individuais, entendendo os sujeitos como indivíduos desajustados e com desvio moral (OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

O contexto histórico do surgimento da profissão no Brasil era de grandes transformações nas estruturas política e econômica do país, principalmente no que concerne ao processo de industrialização nacional. Não é coincidência a primeira escola ter sido fundada na cidade de São Paulo, em razão do grande contingente de trabalhadores das indústrias. Os primeiros profissionais formados tiveram fundamental importância na construção da profissão, apesar do modelo de trabalho ser importado de referências norte-americanas e europeias. Cabe ressaltar que os primeiros passos do Serviço Social no Brasil não partiram de uma iniciativa governamental, mas, dos movimentos religiosos, especialmente da Igreja Católica (BULLA, 2008).

No que diz respeito à formação profissional e acadêmica nesse período histórico, há ênfase nas disciplinas de psicologia e moral. O direcionamento da formação incidiu nas intervenções propostas pelos profissionais, constituídas basicamente de visitas às famílias carentes e obras sociais, orientados pelo ideal de praticar o bem (CFESS, 2016). Diante da constatação da necessidade de um maior aprofundamento teórico a formação em Serviço Social passou a progressivamente aproximar-se das teorias das ciências sociais. A intervenção do Serviço Social no contexto educacional era orientada para a preparação social e moral dos indivíduos para a inserção produtiva nas indústrias que começavam a se desenvolver no Brasil (DENZ, SILVA, 2015; AMARO, 2011).

O início de um grande movimento de ruptura no direcionamento profissional ocorre em 1967, com o seminário de Araxá, o qual foi o ponto de partida para o posteriormente denominado movimento de reconceituação. O documento resultante desse seminário impulsionava a profissão a promoção humana e construção de fundamentos profissionais. Nesse contexto as universidades públicas dão início a oferta de cursos de Serviço Social (OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

Em 1979, no período da ditadura militar e na luta pela redemocratização do país, houve o histórico III Congresso de Serviço Social, que, ao afirmar um projeto ético-político para profissão marcou sua trajetória histórica no Brasil. Esse congresso passaria a ser conhecido como Congresso da Virada, dando início a consolidação da profissão, culminando nos códigos de ética de 1986 e posteriormente em 1993 (CABRAL, 2017). A partir desses movimentos a formação profissional foi alinhada aos princípios do código de ética do assistente social, tendo por finalidade formar profissionais críticos, éticos e comprometidos com a defesa intransigente dos direitos humanos através de um processo de aprendizagem articulado ao ensino, pesquisa e extensão (OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

Passou-se a priorizar a formação alicerçada em diretrizes teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, buscando a apreensão da realidade em sua totalidade, a partir do estudo histórico de constituição da sociedade e dos processos sociais. Nessa conjuntura a profissão no Brasil foi reconhecida legalmente, a partir da lei de regulamentação da profissão (OLIVEIRA, CHAVES, 2017). Santos (2018) ao se referir aos desafios para o Serviço Social na contemporaneidade apontam para um crescimento da profissão desde sua origem, que após

os movimentos de reconceituação atingiram uma maturidade crítica e necessária para a consolidação da profissão.

No que se refere a história da profissão, Machado, Closs e Zacarias (2018) remontam a constituição histórica da formação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul. Dão ênfase especial a origem da profissão relacionada a Igreja Católica e as suas doutrinas, o que explica o ainda atual paradoxo entre o que é política, na perspectiva da garantia do direito, e o que é caridade. Forti (2018) salienta a relevância da profissão conhecer seu passado e suas memórias, a compreendendo, assim como as políticas públicas, a partir do contexto político, econômico e social em que se inserem.

Nesse sentido o estado do Rio Grande do Sul (RS) teve sua primeira escola na década seguinte após a pioneira em São Paulo, no ano de 1945. Da mesma forma que nos estados que o precederam no RS a assistência social estava intimamente relacionada às instituições religiosas, que financiavam e promoviam a preparação da mão de obra de voluntários, tendo por objetivo não perder seu histórico protagonismo social (CLOSS et al. 2018).

Assim a formação em Serviço Social no RS tem por marco histórico escolas e faculdades privadas, ligadas a instituições religiosas. Nesse momento os assistentes sociais não atuavam diretamente nas questões trabalhistas enquanto classe, mas, incidiam em uma perspectiva de moralização do indivíduo trabalhador (BULLA, 2008).

Com o aumento da desigualdade social e das consequências dela decorrentes, os trabalhadores organizaram em 1933 uma série de movimentos reivindicatórios que culminou na estruturação da Federação Operária do Rio Grande do Sul. O governo passou a reprimir de forma violenta os movimentos de resistência dos trabalhadores o que se agravou durante o Estado Novo, marcado pela censura e centralização do poder. No período de 1937 a aproximadamente 1945, ocorreu a revogação da Constituição e a eliminação das garantias democráticas, o que no RS significou um aumento do controle sobre a população. Assim, o movimento operário enfraqueceu e o início de uma série de medidas nacionais para implantação de políticas sociais, foi cooptado (BULLA, 2008).

Cabe ressaltar que nessa conjuntura o governo estadual colaborou com a instituição de alguns mecanismos de proteção social, como o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Saúde Pública e a nível federal houve a implantação do Código Sanitário de 1938 que promoveu um plano de ação referente às doenças contagiosas

e profilaxia de doenças da zona rural e urbana. Na política de habitação a união criou a Fundação da Casa Popular, com responsabilidades compartilhadas com os estados (BULLA, 2008).

No que se refere a medidas nacionais com fortes impactos no contexto gaúcho, em 1942 houve a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Embora a assistência social, enquanto política estava dando seus primeiros passos, a partir da instituição da LBA o estado passa a adotar medidas visando atender seus preceitos. No RS foram criados os Departamentos Regionais de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC). Essas ações tinham por objetivo a preparação da mão-de-obra para o trabalho (BULLA, 2008).

A V Semana de Ação Social ocorrida em Porto Alegre, RS, em 1944, foi um marco histórico para a implantação do Serviço Social no estado gaúcho (CLOSS, et. al. 2018). O tema do encontro perpassou as demandas das instituições sociais financiadas pela Igreja Católica, bem como a necessidade de maior profissionalização e racionalização das ações. Houve a participação das escolas de Serviço Social dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fator que influenciou na proposta para profissão no estado, pois, essas escolas já estavam debatendo a necessidade de avanços na profissionalização da profissão e na consolidação de uma política social para além da filantropia. Desse modo deu-se início ao processo de construção da primeira escola de Serviço Social em Porto Alegre, junto às faculdades católicas (BULLA, 2008).

Assim, em 25 de março de 1945, foi criado o primeiro curso de Serviço Social do RS, na Pontifícia Universidade Católica, na cidade de Porto Alegre. Como nas escolas pioneiras, o curso de Serviço Social era permeado por uma visão cristã em relação aos problemas sociais e também tinha em comum com as experiências anteriores no Rio de Janeiro e São Paulo a influência norte americana e europeia, importando desses países as técnicas e metodologias. (CLOSS, et. al, 2018).

A criação de uma escola gaúcha de Serviço Social foi impulsionada pela necessidade de profissionalizar o trabalho realizado no estado, de forma a conferir técnica e cientificidade às ações (CLOSS, et al. 2018). Com a profissionalização do trabalho ocorreram muitas mudanças nas instituições de assistência, sendo introduzidas, não sem resistência, modificações no padrão

de atendimento “a clientela”, o que posteriormente evoluiu para uma atuação mais eficaz nos fenômenos psicossociais, econômicos, políticos e culturais. O trabalho desenvolvido passou a exigir equipes inter profissionais ou multiprofissionais, o que contribuiu com o compartilhamento do saber das diferentes profissões (BULLA, 2008).

Outro marco histórico no Serviço Social gaúcho foi a fundação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais em 1949. Essa fundação auxiliou no reconhecimento da profissão, bem como, promoveu diálogo com os movimentos nacionais de assistentes sociais. Assim, o Serviço Social no Rio Grande do Sul se expandiu rapidamente, sendo que em 1953, na cidade de Porto Alegre já havia 26 instituições de cunho social que contavam com a presença desse profissional (BULLA, 2008).

A inserção do assistente social, antes quase exclusiva a instituições privadas e filantrópicas, passa a ser demanda, predominantemente, pelo Estado. A prática mantinha seu caráter assistencialista, tendo como finalidade o consenso entre as classes sociais. No estado do RS tem-se o primeiro registro de assistentes sociais vinculados a política de educação, havendo a implantação deste na Secretaria de Educação e Cultura, em 1946 (DENTZ, SILVA, 2015).

Dessa forma, a profissão se consolidou, nacionalmente e regionalmente, sendo que em 1953 houve o reconhecimento legal do Curso de Serviço Social enquanto ensino superior. Quatro anos depois, em 1957, foi aprovada a lei nº 3252 que reconheceu a profissão do assistente social. Após, em 15 de maio 1962 foram criados o Conselho Federal e os conselhos profissionais regionais, que tem como função primordial, fiscalizar o exercício profissional. Essa data passou a ser comemorada como dia do assistente social (BULLA, 2008).

Portanto, a consolidação do Serviço Social enquanto profissão no Rio Grande do Sul está fortemente relacionada às fundações religiosas, o que também se reflete na criação dos cursos de Serviço Social. O curso mais antigo é da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, criado em 1945, seguido pelo curso da Universidade Católica de Pelotas, criado em 1962. Após foram criados o Curso de Graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil, na década de 1980, seguida pela Universidade Franciscana, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro Universitário Metodista e Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. No que tange as universidades públicas somente em 2006 foram ofertados cursos de Serviço Social, sendo a Universidade Federal do Pampa pioneira nesse sentido. Foi seguido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que iniciou o curso em 2009 e em

2010 também passou a ser ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, segundo as informações dos respectivos sites dos cursos.

Desse modo, é possível concluir que o Serviço Social no âmbito nacional e estadual emergiu a partir de demandas relacionadas aos processos de industrialização, assim como, de iniciativas religiosas. A evolução da profissão acompanhou os processos sociais e históricos do Brasil, e seu reconhecimento se deu, pelas condições concretas e pela organização dos trabalhadores enquanto categoria profissional (SANTOS, SILVA, 2015; CLOSS et, al, 2018).

Desde então a profissão vem se constituindo de suas características históricas, assim como, de uma direção social e política que resultou em um projeto profissional voltado a defesa intransigente da liberdade e da ampliação da democracia (CFESS, 1993). No entanto houve períodos de recuo, em razão de momentos históricos específicos que exigiram uma adaptação às demandas do mercado (OLIVEIRA, CHAVES, 2017).

Portanto, é complexo o debate dos rumos profissionais, considerando que há uma disputa entre uma prática missionária e conservadora a uma prática transformadora e inovadora, comprometida com os interesses da população. Muitos foram os desafios para as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, no entanto, muitos são os ainda presentes para a formação. (OLIVEIRA, CHAVES, 2017). As profissões se constituem historicamente, ganhando significado a partir dos movimentos que provocam enquanto categoria profissional, bem como a partir do impacto que exercem na conjuntura da sociedade. Assim, é relevante compreender as determinações conjunturais que influem nas origens do Serviço Social e os processos que culminaram na organização e profissionalização (RAICHELIS, 2009).

A igreja católica teve grande influência nesse processo de surgimento e consolidação do Serviço Social no Brasil, no entanto, os fenômenos relacionadas a aceleração industrial e ao processo de urbanização possibilitaram a expansão e profissionalização dos assistentes sociais. Diante dessas demandas complexas e dos diferentes interesses inerentes a dinâmica das classes sociais o Serviço Social necessitou se reinventar, culminando no atual projeto político da profissão. O Estado passa a progressivamente responder as demandas resultantes da desigualdade social demandando a intervenção desse profissional, principalmente nas políticas sociais (RAICHELIS, 2013).

Estabelece-se assim, o lugar do Serviço Social junto às políticas públicas e sociais, tendo o próprio Estado como promotor da profissão pela profissionalização, ampliação e

constituição de um mercado nacional diversificado. Cabe destacar que a execução das políticas sociais executadas pelo Estado no Brasil tem a forte presença da intervenção das instituições da sociedade civil, setor que também passou a contratar assistentes sociais (RAICHELIS, 2013).

No entanto, a expansão do terceiro setor concomitante a redução dos gastos públicos com políticas sociais, tem promovido, atualmente, uma terceirização das políticas sociais. O Estado se desresponsabiliza, delegando à sociedade civil a responsabilidade em ofertar serviços que consigam garantir o acesso pela população a seus direitos legalmente constituídos. A tendência, segundo Raichelis (2013) é a fragmentação da sociedade civil em variadas ações dificultando a articulação em torno de projetos comuns, reduzindo sua capacidade de mobilização frente ao primeiro e segundo setor. Essa dinâmica societária afeta diversas profissões dentre as quais se encontra o Serviço Social. Cabe destacar, no entanto, que o Estado permanece sendo a forma mais efetiva de viabilizar a universalização de direitos (RACHELIS, 2013).

Nesse sentido Azevedo e Santos (2018) abordam os impactos nas transformações no mercado no que se refere a sobrecarga de trabalho para os trabalhadores, impactando desde seu potencial produtivo as demais instâncias da vida social. Os autores discutem como, atualmente os trabalhadores executam múltiplas funções e se vem ameaçados diante do desemprego estrutural e da flexibilização das legislações trabalhistas.

O assistente social, enquanto um trabalhador especializado e assalariado, com autonomia relativa, se vê duplamente afetado: Por um lado enquanto indivíduo que sobrevive a partir da venda de sua força de trabalho, mas, também enquanto agente executor de políticas públicas fragilizadas e focalizadas e também essenciais no atendimento as demandas da população. Nesse interim, Maciel (2018), aborda a capacidade de resistência dos operadores das políticas públicas, no que diz respeito a luta pela universalidade, fortalecimento do controle social e do próprio Estado enquanto principal responsável pela garantia dos direitos sociais.

Nesse cenário complexo e contraditório o assistente social é requisitado a atuar de forma crítica e reflexiva, buscando promover o acesso aos direitos sociais da população. Necessita-se, nesse sentido, o avanço na formação acadêmica para preparar esses profissionais de forma que eles possam antecipar aos desafios e colaborar com ações efetivas que atendam às necessidades da população. Também, são demandados à articulação política, principalmente na defesa das políticas sociais e sua universalidade (RAICHELIS, 2009).

Lira e Barros (2018) salientam que a educação permanente¹ é imprescindível para a qualidade do trabalho prestado pelo assistente social e que embora haja algumas iniciativas no Sistema Único de Assistência Social, necessitam ser aliadas a outras estratégias que envolvam os trabalhos e as instituições. Dessa forma, Whallhers, Hilário e Oliveira (2018) afirmam que o estágio supervisionado é uma interessante ferramenta para garantia dessa qualificação.

Nesse sentido Maciel (2018) reforça a necessidade de se discutir a formação acadêmica, compreendendo as mudanças na conjuntura brasileira nas últimas décadas, mas, em especial a partir de 2016, onde, segundo a autora, há um movimento de fragilização da cidadania e da participação social, ancorada em um momento de crise financeira e de retorno dos valores conservadores. Lessa, Souza e Santos (2018) corroboram com esse raciocínio, discorrendo sobre a fragilização das políticas públicas no governo Temer, indo ao encontro de um desmanche da educação, assistência social e saúde pública.

Ainda segundo Maciel (2018), a formação de operadores de políticas públicas é imprescindível para a defesa e avanço da consolidação da cidadania, em razão da natureza dessa atuação e da possibilidade de aliar conhecimentos, técnicas, estratégicas, bem como, um compromisso ético, político e social. Assim esse profissional também passa a ser requisitado na formulação e avaliação das políticas, na gestão de projetos e programas sociais o que demanda a apreensão de novas competências profissionais, além de criatividade e capacidade de inovação. De acordo com Torres et al (2018) o assistente social pode vir a atuar em todo ciclo das políticas públicas sendo contratado pelo Estado para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações.

Essas novas possibilidades de atuação exigem dos profissionais uma maior qualificação para a leitura crítica da sociedade, bem como dos instrumentais de trabalho como os pareceres e diagnósticos locais e regionais, a formulação de indicadores sociais, compreensão do debate orçamentário na esfera estatal, assim como capacidade de argumentação e negociação. Para tanto, faz-se necessária à criação de estratégias de formação continuada a profissionais e de maior qualificação da formação acadêmica de discentes (RAICHELIS, 2013).

¹. A categoria educação permanente será aprofundada durante análise dos resultados na seção 8.2.4.

Essas transformações afetam o processo de trabalho dos profissionais, desencadeando novas requisições para atuação nas políticas sociais e conseqüentemente novas frentes de trabalho (MATOS, 2015). Isso supõe mais do que o cumprimento de rotinas institucionais pré-estabelecidas, mas, provoca ao assistente social como intelectual capaz de compreender a realidade em que se insere, as correlações de forças e as estratégias coletivas de alianças políticas na defesa dos direitos da população (RAICHELIS, 2013).

Dessa forma, conforme a profissão é demandada pelo Estado e pela sociedade legitima sua relevância através das respostas que consegue fornecer, dando visibilidade a construção do saber na área de conhecimento (TORRES, et al, 2018, RAICHELIS, 2013). Portanto, a compreensão do exercício profissional deve contemplar além de simples instrumentos inerentes as atividades laborais. Segundo Sarmiento e Venâncio (2018) é muito importante para a profissão a compreensão do trabalho a partir do objetivo final do profissional ao utilizar determinados métodos. Oliveira, Miranda e Souza (2018) reafirmam os desafios postos a profissão, mas, salientam a necessidade de o assistente social constantemente refletir sobre o seu trabalho, bem como apontam, para a necessidade da aproximação com a pesquisa a fim de transformar em conhecimento a experiência prática.

Assim, Machado e Silva (2018) abordam o estágio como uma estratégia de qualificação do trabalho do assistente social, mesmo diante dos desafios já referidos. Defendem que o estágio em Serviço Social é primordial na formação de acadêmicos, mas, também, se constitui como uma forma de educação permanente aos profissionais supervisores. Seu aspecto estratégico também se evidencia na aproximação da universidade das necessidades dos serviços, possibilitando um diálogo entre a teoria e a prática e fortalecendo tanto o processo de trabalho dos assistentes sociais como o processo de formação que a academia dispõe. Da mesma maneira, Walhers, Hilário e Oliveira (2018) afirmam a relevância estratégica do estágio supervisionado, principalmente, no que se refere ao projeto profissional defendido pela categoria dos assistentes sociais.

Portanto, os autores comprovam a relevância da discussão da formação em Serviço Social, a partir do entendimento que o assistente social é um trabalhador que opera a execução das políticas públicas e que através de sua atuação pode vir a colaborar com a garantia dos direitos da população, assim como atuar no devido acolhimento das demandas emergentes do contexto sócio-político e econômico da atualidade. Contribuem para o debate, apresentando

fatores de grande incidência na política de educação que configuram desafios aos executores das políticas públicas e aos gestores que buscam estratégias de enfrentamento e superação das barreiras que se apresentam a educação pública e de qualidade.

Nesse aspecto a história da profissão e suas origens devem ser pensadas e analisadas a fim de que seja possível entender os rumos que a categoria profissional adotou, bem como, os avanços que ainda estão por vir e que necessitam ser construídos. Assim, a formação de acadêmicos tem grande impacto. Impacta no perfil dos futuros profissionais que serão executores das políticas públicas, mas, também naqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho, que a partir do diálogo com a universidade, acessam a educação permanente. Essa constante busca por atualização por parte dos profissionais é defendida pelos autores estudados, bem como, pelo de código de ética dos assistentes sociais, como uma prerrogativa para um atendimento de qualidade e com capacidade de dar respostas efetivas (CFESS, 1993).

Quanto às estratégias de educação permanente e diálogo com as universidades os estágios mostram-se muito eficazes em promover a reflexão acerca dos espaços ocupacionais e conseqüentemente auxiliar nos processos de mudança necessários para o atendimento adequado as constantes transformações no contexto social, econômico e político em que as políticas públicas se inserem e são diretamente afetadas por este (LEWGOY, 2010). O que evidencia a necessidade de discutir as diferentes estratégias de atuação desse profissional na formação acadêmica em Serviço Social, de forma a consolidar os processos de trabalho e contribuir na qualificação do atendimento prestado à população.

6.3 Atribuições e competências profissionais do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social: Subsídios para atuação mediante o aporte legal.

A educação é uma dimensão da vida social, intimamente relacionada ao trabalho e a capacidade de aprendizado do ser humano (CFESS, 2014). Meszáros (2002) afirma que a educação não pode ser entendida apenas nos processos formais e voltados para o trabalho, mas, na sua essência, ou seja, nas diferentes práticas educacionais existentes na sociedade, contemplando a dimensão pedagógica do trabalho. Nesse sentido Oliveira (2008) aponta o trabalho como as diferentes manifestações da criatividade humana, estando relacionada a uma necessidade, a busca por uma solução a essa necessidade e os meios concretos para fazê-lo.

Quanto a formação, Chauí (2003) refere que esta diz respeito a introdução de alguém na história de sua cultura, despertando-o para os impactos desse passado no presente e estimulando a mudança do que está posto para o que é possível alcançar. Não é possível educar, segundo a autora, sem promover a reflexão e a crítica, bem como a busca pela solução de problemas e necessidades da população. Logo, implica no posicionamento contra a desigualdade social enquanto um problema coletivo, da mesma forma que indica que o princípio da democratização do acesso à educação, deve permear essa concepção. É importante refletir como a concepção da educação incide nos rumos da política pública, dos processos de gestão e no impacto dos atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, o assistente social atua junto à política de educação desde os primórdios da profissão no Brasil. Cabe destacar que há um hiato no que concernem as práticas realizadas pelos profissionais e a consolidação dessas práticas como competências do assistente social (MIOTO, NOGUEIRA, 2014). Ou seja, há anos os profissionais têm desenvolvido suas atribuições e competências na política de educação, sem, contudo produzir, na mesma proporção, o conhecimento oriundo dessa experiência, articulando o saber fazer com a teoria.

Dessa maneira, evidencia-se a relevância de estudar a legislação, posto que os marcos legais são importantes norteadores da ação profissional. Assim, o estudo da legislação possibilita o reconhecimento de estratégias de atuação do assistente social nas políticas públicas como a educação. Também, dão visibilidade a competências profissionais do assistente social, que podem ser de grande potencialidade no campo educacional.

Abaixo se relaciona a legislação profissional vigente no que diz respeito a atuação do assistente social na formação acadêmica, a partir dos marcos regulatórios e éticos da profissão.

QUADRO 01 - Arcabouço jurídico relacionado a atuação do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social.

Normativa	Artigo, Inciso ou Princípio.
<p style="text-align: center;">Lei de Regulamentação da Profissão</p>	<p>Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:</p> <p>I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</p> <p>II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade</p>

(Lei nº8662/1993)	<p>de Serviço Social;</p> <p>III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;</p> <p>V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;</p> <p>VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;</p> <p>VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;</p> <p>VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;</p> <p>IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;</p> <p>X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;</p>
Código de Ética Profissional	<p>Princípios Fundamentais</p> <p>X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;</p> <p>Dos direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social</p> <p>Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social:</p> <p>c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;</p> <p>i- liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos</p> <p>Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil</p>

	<p>Art.12 Constituem direitos do/a assistente social: a- participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.</p>
<p style="text-align: center;">Diretrizes curriculares para os cursos de serviço social</p> <p style="text-align: center;">(Resolução nº 15, de 13 de março de 2002)</p>	<p>2 - Competências e Habilidades</p> <p>A) Gerais</p> <p>A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à</p> <ul style="list-style-type: none"> • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; <p>B) Específicas</p> <p>A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de</p> <ul style="list-style-type: none"> • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; <p>3 - Organização do Curso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. <p>5 - Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)</p> <p>O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.</p>
	<p>Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social</p>

<p>Resolução nº 533 CFESS - Conselho Federal de Serviço Social</p>	<p>professor da instituição de ensino.</p> <p>Art. 3º. O desempenho de atividade profissional de supervisão direta de estágio, suas condições, bem como a capacidade de estudantes a serem supervisionados, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social, é prerrogativa do profissional assistente social, na hipótese de não haver qualquer convenção ou acordo escrito que estabeleça tal obrigação em sua relação de trabalho.</p> <p>Art. 5º. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.</p>
<p>Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social</p>	<p>Do(a) Supervisor(a) de Campo:</p> <p>1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;</p> <p>2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;</p> <p>3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício 22 profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;</p> <p>4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;</p> <p>5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de</p>

	<p>temáticas específicas referentes ao campo de estágio;</p> <p>6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;</p> <p>7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;</p> <p>8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;</p> <p>9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;</p> <p>10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;</p> <p>11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;</p> <p>12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA; 23</p> <p>13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;</p> <p>14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio</p>
--	--

Assim, conforme o quadro 01 há considerável embasamento legal nas diferentes legislações e normativas que regem a profissão no Brasil para a inserção do assistente social na formação em Serviço Social como uma atribuição e competência profissional. No que diz respeito às competências profissionais, estas dizem respeito à capacidade de dar resolutividade à determinadas questões. Ou seja, é algo que pode ser exercido por diferentes profissões, podendo ser desenvolvido conforme as demandas específicas da política e da instituição em que o profissional se insere. Já no que diz respeito ao conceito de atribuição privativa, referida na Lei de Regulamentação da Profissão, trata-se das atividades exclusivas do assistente social, isto é, que somente esse profissional poderá desenvolver e exercer (CFESS, 2012).

Cabe destacar, assim, que a Lei nº8662/1993 representa a consolidação do Serviço Social no Brasil enquanto profissão além de fornecer a categoria um guia para a formação acadêmica e profissional. Após, em 2002 há aprovação das Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Serviço Social, materializando assim, o projeto de formação profissional que vem sendo construído pela categoria, compreendendo a profissão a partir de sua historicidade. De acordo com o Conselho Federal em Serviço Social (2012) em “Atribuições Privativas do/a assistente social em questão” afirma que, de maneira inédita, a formação ganha centralidade nas discussões da profissão.

Esse entendimento faz com que a categoria profissional se desafie no que diz respeito à articulação entre a teoria e a prática, identificando os diferentes espaços no mercado de trabalho e as necessidades sociais distintas que deles decorrem. Apontam assim para novos espaços, e conseqüentemente, novas competências e atribuições (CFESS, 2012).

Portanto, a profissão do assistente social é constituída a partir das relações que se estabelecem entre Estado e sociedade, fruto da relação micro e macro conjuntural (YASBEK, 2009). Logo, a intervenção profissional do assistente social necessita do olhar sobre as mudanças advindas da contemporaneidade. Isso por que são as condições sociopolíticas que estabelecem limites e possibilidades, bem como propiciam a busca por respostas técnicas dos assistentes sociais. Yamamoto *apud* Netto afirma que os profissionais enquanto categoria

apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições públicas e

privadas (entre estes também e destacadamente o Estado, ao qual coube historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (2012, p.41)

Assim, faz-se necessário a formulação de estratégias que, para além da compreensão da realidade, dê condições para que a categoria profissional possa realizar uma intervenção qualificada e vislumbrar novas frentes de atuação. Cabe destacar, segundo Matos (2015) que a realidade não se restringe somente a normas e leis, mas, se materializa no campo da intervenção das profissões. Por isso, a ação crítica e qualificada dos profissionais é tão importante.

Não menos importante e para além deste movimento torna-se possível pensar estratégias pela perspectiva da educação permanente, a qual provoca o diálogo entre educação e trabalho, nas instâncias acadêmicas e para além delas. Fernandes (2016) aborda que o conjunto de trabalhadores de uma categoria profissional, ou de várias, pela perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, são capazes de movimentos constituintes que podem culminar em mudanças nos processos de trabalho e das organizações que integram, demonstrando o potencial formativo existente na experiência prática vivenciadas no cotidiano do trabalho no âmbito das políticas públicas.

Portanto, este profissional sofre a influência do mercado de trabalho, justamente por pertencer à categoria de trabalhador assalariado, dependendo para sua subsistência da venda da sua força de trabalho. O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um “trabalho complexo”, nos termos de Marx (1985). A mão de obra é uma potência, que só se transforma efetivamente em trabalho quando aliada aos meios necessários à sua realização, os quais grande parte depende da relação com os empregadores. (ABREO, 1999, p.24)

Abreo (1999) discorre dos limites que influem na atuação do assistente social, a exemplo do poder do gestor sobre os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Porém, o Código de Ética do Assistente Social (1993) delimita que os objetivos institucionais não devem ferir os direitos e deveres presentes neste código de ética, em que é claramente definida a postura do profissional Assistente Social, em sua atuação em todos os espaços ocupacionais. Martinelli (1989, p.73) fundamenta que o profissional do Serviço Social tem de ter uma prática que seja: “uma prática social, política, histórica, com uma teleologia bastante precisa que exige de cada um uma ação cotidiana direcionada para a construção de uma sociedade efetivamente justa e democrática”.

Portanto, a reflexão acerca da inserção do assistente social nas universidades públicas, mais especificamente na formação acadêmica, se faz necessária, a fim de elucidar caminhos e estratégias de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como, cumprir seu importante papel social da formação de profissionais com excelência. Dessa forma, este profissional pode colaborar com os objetivos institucionais contribuindo na visibilidade a demandas emergentes que impactam no reordenamento dos serviços e das equipes. A atuação do assistente social, não docente, na formação acadêmica em Serviço Social é um tema que precisa ser aprofundado dando o sentido real que o mesmo possui, trazendo para o debate este compromisso ético e político que a categoria profissional possui.

A compreensão do assistente social como participante da formação de novos assistentes sociais seja ele ocupando a condição de supervisor de campo ou acadêmico, ou mesmo enquanto assessor técnico junto à gestão dos cursos de graduação, pressupõe um olhar ampliado sobre o universo que envolve a formação acadêmica em serviço social e toda a dinâmica que tudo isto implica. Ou seja, a formação/educação, ocorre na universidade, nos campos de atuação, assim como, nas ruas, nas praças e nos espaços de resistência. Portanto, a formação em Serviço Social é uma competência profissional e deve incidir para garantia de uma educação pública e de qualidade, que proporcione a formação de assistentes sociais comprometidos com o projeto ético político da profissão.

O CFESS em “Subsídios para atuação do Assistente Social na Política de Educação” (2012) aponta as atribuições e competências profissionais nesta política. Ao citar as atribuições embasa-se na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), em seu artigo 5º, já citado no quadro 01.

Estas atribuições profissionais devem ser desenvolvidas através da instrumentalidade profissional, em que o assistente social articule conhecimentos, concepção ético-política e os instrumentais disponíveis na busca da garantia dos direitos dos usuários da política de educação. O CFESS (2012) no documento supracitado dá destaque ao acompanhamento de estudantes e familiares, no sentido de socialização de informações e direitos sociais, trabalho coletivo com grupos e também através da participação em instâncias de controle social o que possibilita que as demandas individuais sejam percebidas também como demandas coletivas o que cria uma identidade de classe e grupo nos sujeitos e potencializa seu poder de participação sobre as decisões públicas que influenciam nos rumos das políticas sociais. Outra estratégia destacada

pelo Conselho é a assessoria a movimentos sociais e a gestores públicos, no que for matéria do Serviço Social. Da mesma forma, possibilita o trabalho diretamente na gestão de políticas sociais.

Nesse sentido, a supervisão de estágios é uma importante forma de atuação de profissionais na educação, mais especificamente, na formação de futuros assistentes sociais. Cabe destacar que o estágio é um componente curricular obrigatório ao processo de formação e segundo a Resolução 533 (CFESS, 2008) só pode ocorrer mediante a supervisão presencial de um docente e um assistente social de campo, sendo este último trabalhador contratado da instituição do estágio.

Segundo a Política Nacional de Estágios em Serviço Social (ABEPSS, 2010) este se constituiu como um instrumento imprescindível na formação do estudante, estimulando sua capacidade interventiva, crítica e propositiva, propiciando o aprendizado de elementos concretos que constituem a realidade, capacitando-o para intervir posteriormente como profissional. É nesse marco legal, que se materializa que a atuação do assistente social na formação não se trata apenas de uma possibilidade de atuação, mas, uma atribuição indispensável à continuação da categoria profissional. Ainda além, de quem serão os membros dessa profissão, que poderão, a partir de sua concepção redirecionar os rumos do Serviço Social brasileiro.

Portanto é possível concluir que a atuação do assistente social na educação é embasada na legislação profissional e dispõem de documentos orientadores do Conselho Federal de Serviço Social sobre estratégias para desenvolvimento das atribuições e competências profissionais. Além das estratégias citadas, destaca-se o estágio, cuja centralidade no processo de formação demandou a normatização específica através da Resolução 533 e da Política Nacional de Estágio em Serviço Social, o que também demanda que os assistentes sociais observem a atuação como supervisores de estágio enquanto uma atribuição profissional e a compreendam em sua relevância e potencialidade.

7. CAPITULO II – ASPECTOS METODOLÓGICOS E ESPISTEMOLÓGICOS DO PRESENTE ESTUDO.

O presente estudo tem como objetivo problematizar as atribuições e competências profissionais do assistente social, supervisor de estágio, no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social tendo por finalidade a garantia de uma educação superior pública de qualidade e socialmente referenciada. Tem como problema de pesquisa: Como vem se constituindo a atuação do assistente social no que diz respeito a sua implicação com a formação acadêmica, através da supervisão de estágios em Serviço Social? A fim de responder ao problema foram desenvolvidas as seguintes questões norteadoras, dispostas no quadro a seguir:

QUADRO 02 - Questões Norteadoras Da Pesquisa

QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA
1. A inserção em diferentes políticas públicas interfere no desempenho das atribuições e competências profissionais junto à formação acadêmica de estagiários de Serviço Social?
2. Qual a percepção dos assistentes sociais da UFSM e da Prefeitura Municipal de Santa Maria sobre a supervisão de estágios em Serviço Social enquanto uma atribuição e competência profissional?
3. A inserção dos estagiários impacta no cotidiano de trabalho e na capacidade de negociação e mediação, por parte dos assistentes sociais supervisores de estágio?
4. Como a gestão pedagógica e administrativa do Curso de Serviço Social da UFSM compreende a atuação de assistentes sociais não docentes no que diz respeito à participação no processo de gestão tendo por finalidade a construção de um perfil profissional capacitado a responder as contradições postas nas expressões da Questão Social na contemporaneidade?
5. Os assistentes sociais, supervisores de campo, identificam a necessidade de educação permanente para o trato das questões relacionadas ao processo de supervisão de estágios?

Elaborado pela autora (2020).

As questões norteadoras se remetem aos objetivos específicos e é a partir destes que o instrumental de coleta de dados foi formulado a fim de que os dados obtidos possam contribuir na obtenção de respostas.

7.1 Orientação Epistemológica da pesquisa

O presente estudo tem por orientação o método dialético crítico de Marx que nos termos de Prates (2012) se manifesta e constitui por elementos quantitativos e qualitativos, intrinsecamente relacionados, que estão em movimento permanente, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais. Segundo Sobral (2012) o método de investigação científica do materialismo dialético alicerça-se na concepção histórica dos acontecimentos, a partir das contradições que os permeiam, bem como de um contexto político e social em que ocorrem. A realidade não é estanque, mas, em constante movimento, podendo transformar-se e se desenvolver. Nesse sentido Marx, dá grande ênfase aos processos de mudança a partir da concepção dialética (MARX; ENGELS, 1984).

Portanto o método marxista busca compreender “as coisas” a partir do desenvolvimento histórico, sendo esse tensionado por diferentes forças. Assim, um problema não pode ser analisado individualmente, mas, a partir de uma unificação entre teoria e prática (ASSIS, 2017). Portanto, tem por finalidade sair do imediatismo para uma apreensão do real, da aparência a essência (SOBRAL, 2012). Pode-se dizer que o método objetiva construir categorias mediadas, como nexos constitutivos da realidade. As categorias no método são a organização teórica que permite conhecer a realidade, e para além de conhecê-la, modifica-la (ASSIS, 2017).

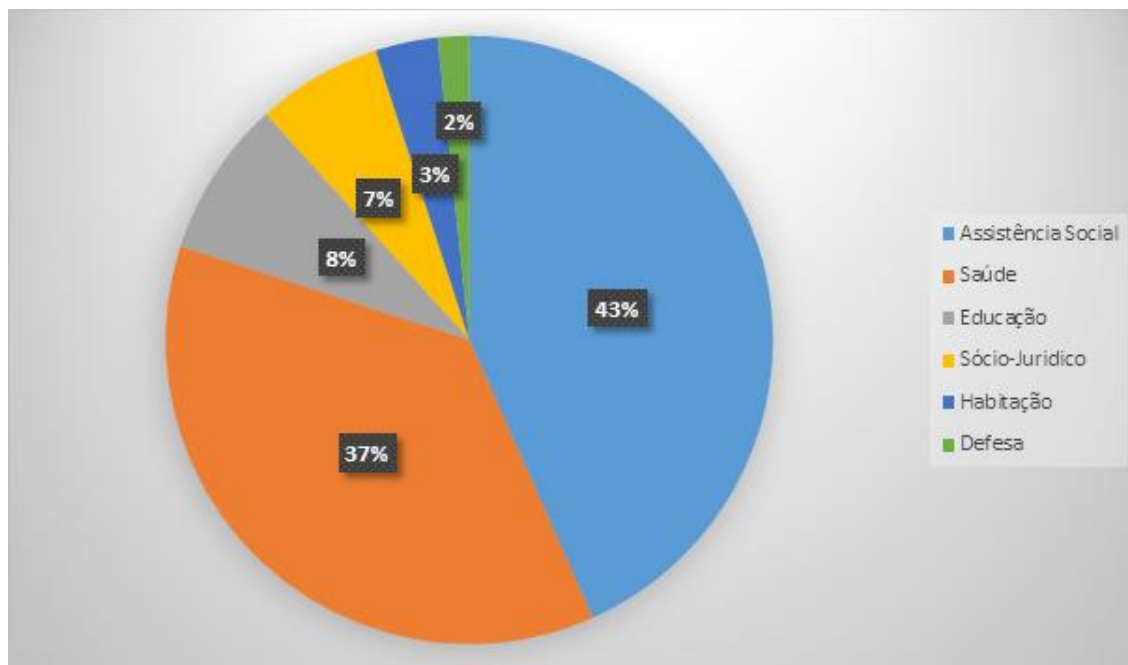
A pesquisa possui abordagem qualitativa. Esta envolve examinar e refletir as percepções para obtenção de um entendimento das relações e atividades sociais e humanas (COLLIS, HUSSEY, 2005). Bardin (2016) afirma que a abordagem qualitativa possibilita a valorização dos significados inerentes às ações, relações e estruturas sociais, bem como, nas mudanças e transformações.

A amostra foi definida pela técnica não probabilística conhecida como ‘bola de neve’ de caráter lineal, a qual utiliza cadeias de referências. Primeiramente, foram convidados participantes com perfil chave para a pesquisa, denominados sementes, e após terem sido entrevistados cada participante-semente indicou um novo participante para a entrevista (VINUTO, 2014).

Para seleção das sementes foi convidados, inicialmente, um participante, supervisor de estágio das três políticas em que ocorre maior inserção de estagiários do Curso de Serviço Social da UFSM que são: assistência social, saúde e educação, conforme gráfico a seguir. Assim, após

a entrevista de cada participante semente, estes indicaram a participação de outros participantes até esgotar a amostragem da pesquisa baseando se nos critérios estabelecidos de inclusão e exclusão do estudo.

GRÁFICO 01- Vagas De Estágio Nas Diferentes Políticas Públicas Do Curso De Serviço Social Da UFSM.



Fonte: web site do Curso de Serviço Social da UFSM (2019).

Pretendeu-se com esse método de amostragem qualificar as entrevistas a partir do proveito das redes sociais dos entrevistados, bem como, acessar contatos potenciais que talvez fossem inacessíveis ao pesquisador. A amostragem se encerra quando não surgem novos nomes oferecidos para a pesquisa ou quando esses deixam de trazer novas contribuições a análise (VINUTO, 2014). Esse método de amostragem é eficaz para pesquisas com uma população relativamente pequena e que estão em um provável contato uns com os outros como é o caso da presente pesquisa.

No que diz respeito à Coleta de Dados o processo foi executado nos seguintes momentos:

1. Revisão de literatura: Consulta a produção teórica recente através da base de dados Scielo e periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES). Em razão do número limitado de produções nos últimos cinco anos, ampliou-se o período temporal de pesquisa, a partir do ano 2000. Esta etapa da pesquisa iniciou-se em 2018.

2. Entrevistas: A pesquisa teve seguimento com a aplicação entrevistas com roteiro semiestruturado a profissionais assistentes sociais servidores federais e municipais que desempenham atividades relacionadas à supervisão de estágios de acadêmicos em Serviço Social. Também foram entrevistados coordenadores e ex-coordenadores do Curso de Serviço Social da UFSM. As entrevistas ocorreram durante o ano de 2019.

Assim, “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa” (LAKATOS, 2010, p. 151). Assim, após a coleta dos dados se procedeu com a análise de conteúdo das entrevistas, realizada no ano de 2020.

Para análise dos dados foi utilizado o método de Gagneten (1987) sendo esse embasado no método dialético crítico. Essa metodologia utiliza-se de fases sendo a primeira a reconstrução, a qual se centra na análise da unidade no cotidiano vivido por cada entrevistado. A segunda fase diz respeito às contradições vividas pelos entrevistados, ou seja, os fatores aparentes e latentes no discurso dos mesmos. Segundo Oliveira (2008) *apud* Garneten (1987) a terceira etapa refere-se à interpretação ancorada no aprofundamento das temáticas emergentes, a partir do referencial teórico que embasa a análise. Após, foi realizada a contextualização, ou seja, a análise dos elementos percebidos e observados para posteriormente extrair o universal do singular e haver a generalização. Por último, ainda segundo Oliveira (2008), há a fase de conclusão onde ocorre o fechamento dos objetivos do estudo para a elaboração de propostas de intervenção e de novas pesquisas.

Assim, para análise dos dados foram consideradas as categoriais do método dialético crítico, bem como, categorias emergentes do aprofundamento teórico do tema estudado. Seguem abaixo as categoriais epistemológicas, referenciadas no método dialético crítico de Marx:

1. Totalidade: Segundo Kosik (1999) a totalidade refere-se a como um fato qualquer ou conjuntos de fatos pode ser racionalmente entendido, a partir de uma realidade dialética, com um todo estruturado.

2. Contradição: Segundo Triviños (1990) os contrários têm semelhanças entre si e interpenetraram-se ocasionando a passagem dos contrários para uma nova realidade.

3. **Mediação:** De acordo Pontes (2000) a mediação é uma categoria ontológica do ser social, onde se reconstrói, histórica e ontologicamente a forma de existência do homem em sociedade. Trata-se de um processo relacionado ao trabalho de forma real, a partir da relação do ser humano com a natureza e racional, na medida em que há o ato do planejamento antes da execução da ação, assim como um conhecimento adquirido após o trabalho executado.

4. **Historicidade:** Para Kosik (1995) o homem vive a história, muitas vezes não se percebendo como parte dela. Porém, a história é dimensão essencial da realidade humana.

Além das categorias supracitadas também apresentamos serão consideradas categoriais que embasam o tema referenciadas a partir do arcabouço teórico e de aprofundamento e embasamento da realidade investigada, que são as seguintes:

1. **Atribuições e Competências Profissionais:** atribuição significa ato de imputar algo a alguém, ou ainda, refere-se a uma prerrogativa, responsabilidade própria de um cargo, trabalho ou função. Já competência, indica uma aptidão para cumprir alguma tarefa ou função. (GUERRA et al, 2016).
2. **Formação Acadêmica em Serviço Social:** as diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social, propostas pela ABEPSS reconhecem o Serviço Social como um trabalho especializado, cuja formação propõe-se a quatro pilares: rigoroso tratamento histórico, teórico e metodológico da realidade e dos desafios resultantes desta na produção e reprodução da vida, uma teoria social crítica como norte a fim de propiciar a compreensão da totalidade e suas dimensões, integração entre a formação e a intervenção, além da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

7.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão para a coleta de dados seguem sistematizados no quadro a seguir.

QUADRO 03 - Critérios De Inclusão de Participantes na Pesquisa.

PÚBLICO ALVO	TÉCNICA DE COLETA	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
Assistentes Sociais	Entrevistas	Servidores Públicos da UFSM; Servidores Públicos do Município de Santa Maria; Supervisores de Estágio Obrigatório do Curso de Serviço Social da UFSM.

Docentes	Entrevistas	Gestor Pedagógico (Coordenador de Curso) do Curso de Serviço Social da UFSM; Ter ocupado o cargo de Gestor Pedagógico (Coordenador de Curso) do Curso de Serviço Social da UFSM.
----------	-------------	---

Elaborado pela autora (2019).

Cabe ressaltar que a opção de inclusão no estudo dos servidores municipais, para além dos servidores da UFSM, justifica-se, a fim de possibilitar a análise referente a compreensão dos assistentes sociais, inseridos em diferentes políticas e serviços públicos, divergem no que diz respeito às atribuições e competências profissionais relativas à supervisão de estágio em Serviço Social, bem como, em suas estratégias de mediação estabelecidas com os gestores públicos na busca pela efetivação das condições de trabalho estipuladas nas normativas legais vigentes.

Quanto aos critérios de exclusão das entrevistas com assistentes sociais, foram excluídos aqueles que não forem servidores municipais ou da UFSM e não atuem como supervisores de estágio de acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSM. Da mesma forma não foram entrevistados docentes que não tenham exercido a função de coordenador do Curso de Serviço Social da UFSM.

A inclusão dos docentes coordenadores, ou ex-coordenadores do Curso objetiva compreender, a partir da percepção do gestor, o impacto percebido pelo trabalho do assistente social na assessoria a gestão dos estágios, bem como, o imprescindível papel do supervisor de campo no processo de formação acadêmica, tendo por finalidade a construção de um perfil profissional capacitado a responder as contradições postas nas expressões da Questão Social na contemporaneidade.

7.3 Aspectos éticos:

Esta pesquisa buscou avaliar a atuação do assistente social no que se refere a sua implicação na formação em Serviço Social, com vistas à garantia de uma universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada. Acredita-se que ela possa contribuir na compreensão das principais estratégias profissionais de atuação na formação acadêmica por parte do servidor público assistente social inserido nas diferentes políticas sociais. Dar visibilidade a essa atuação poderá propiciar uma melhoria no que se refere aos processos de gestão educacional no ensino

superior a fim de garantir o acesso, a permanência e conclusão de forma mais democrática aos estudantes, ou seja, possibilitar uma formação pública, plural e de qualidade.

Para sua realização foram aplicadas entrevistas onde foram entrevistados servidores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Prefeitura Municipal da cidade de Santa Maria, RS, e coordenadores e ex-coordenadores do Curso de Serviço Social da UFSM.

Havia a possibilidade de certo desconforto psicológico do entrevistado em responder as perguntas, embora não houvesse riscos de outra natureza. Qualquer desconforto resultante da pesquisa o participante poderia contar com apoio psicológico da Clínica de Psicologia da UFSM, localizada na Avenida Roraima, n. 1000, prédio 74B, Centro de Ciências Sociais e Humanas.

Os benefícios esperados do estudo foram à melhoria nos processos de gestão de recursos humanos no que tange a inserção do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social. Durante todo o período da pesquisa o participante teve a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, poderão entrar em contato com os pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

O participante também teve garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. No caso de necessitar de apoio jurídico o sujeito poderia procurar a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Alameda Montevideo, 308- Dores, Santa Maria, RS, CEP 97050-545.

As informações desta pesquisa são confidenciais, mas, poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. As informações decorrentes da pesquisa somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, Departamento de Serviço Social, sala 3339, 97105-970 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Thaesa Jesana da Silva Bacellar. Após este período os dados serão destruídos.

Os gastos necessários para a participação dos entrevistados na pesquisa foram assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

7.4 Limitações da Pesquisa

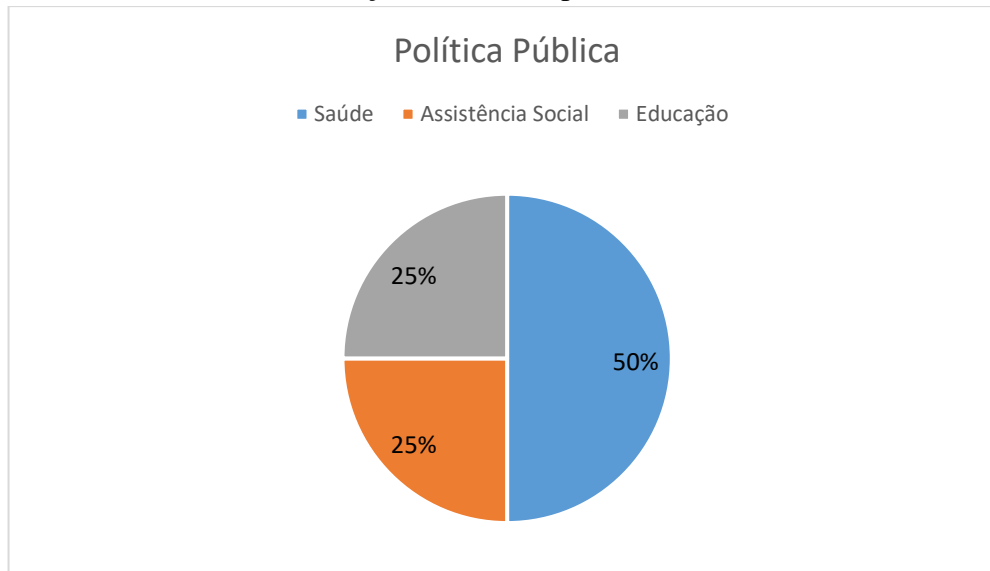
A pesquisa teve por recorte a discussão das atribuições e competências profissionais do assistente social no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social objetivando a garantia de uma educação superior pública de qualidade e socialmente referenciada. A opção do estudo por esse recorte de realidade se dá em razão da atuação da pesquisadora enquanto assistente social técnica de assuntos educacionais em uma universidade federal. Dessa forma, a pesquisa visou contribuir com a evolução do trabalho já desenvolvido, ao mesmo tempo em que busca colaborar com a socialização das experiências para outras universidades federais.

Portanto, o estudo tem como limitação não contemplar a discussão da implicação dos servidores públicos de outras áreas do conhecimento na formação acadêmica no contexto das universidades. Cabe salientar que essa discussão é de grande relevância no que se refere à busca de um ensino público diferenciado em termos de qualidade, bem como poderá vir a impactar na oferta de profissionais preparados para as demandas do mercado de trabalho nas diferentes profissões.

8. CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS RESULTADOS

8.1 Reconstrução: Quem são os sujeitos da pesquisa

A coleta de dados foi realizada no ano de 2019 através da entrevista com doze assistentes sociais, dos quais dez são supervisores de estágio e dois são ou já foram coordenadores do Curso de Serviço Social da UFSM. Foram entrevistados assim, profissionais atuantes nas políticas de saúde, assistência social e educação, conforme a distribuição apresentada no gráfico a seguir.

GRÁFICO 02 - Atuação Dos Participantes Em Políticas Públicas

Elaborado pela autora (2020).

Conforme o gráfico acima, 50% dos entrevistados trabalha na política pública de saúde, principalmente no contexto hospitalar e na saúde mental. Cabe ressaltar que há um contingente expressivo de profissionais nesta política tanto no contexto do hospital universitário quanto na saúde mental no âmbito da Prefeitura Municipal, embora, tenha poucos assistentes sociais vinculados à atenção básica e destes nenhum é supervisor de estágios vinculado ao Curso de Serviço Social da UFSM. No que diz respeito às políticas de assistência social e educação, cada uma representa 25% da amostra. É importante destacar, conforme já mencionado, que essas políticas correspondem a maior absorção de demanda de vagas de estágio do Curso de Serviço Social da UFSM.

A fim de elucidar a trajetória desenvolvida pelos profissionais foi perguntado aos entrevistados o tempo de serviço na instituição em que atuam de forma a compreender a trajetória histórica que este tem desenvolvido no campo de atuação. A média, em anos, de tempo de serviço é de 5,5 anos, sendo 1,5 o tempo mais breve e 12 anos o mais longo. Quanto a sua inserção na formação acadêmica os participantes foram indagados sobre as diferentes formas de participação na formação em Serviço Social, conforme demonstra a tabela a seguir.

QUADRO 04 - Sistematização da participação dos supervisores de estágio entrevistados no processo de formação acadêmica em Serviço Social.

Entrevistado	Extensão	Pesquisa	Ensino (aulas e eventos acadêmicos)
I	Sim	Sim	Sim
II	Sim	Sim	Sim
III	Sim	Não	Sim
IV	Não	Sim	Sim
V	Não	Não	Sim
VI	Sim	Sim	Sim
VII	Não	Sim	Sim
VIII	Sim	Sim	Sim
IX	Sim	Sim	Sim
X	Não	Não	Sim
XI	Não	Sim	Sim
XII	Sim	Não	Sim

Elaborado pela autora (2020).

Destaca-se a prevalência na atuação em aulas e eventos acadêmicos (100% dos entrevistados), os quais todos os entrevistados afirmam participar, seguido pela participação na pesquisa (66,6% dos entrevistados) e após, extensão (58,3% dos participantes). Além da atuação na formação de graduandos, os entrevistados que atuam na política de saúde (83,3% desse público) citaram o trabalho como preceptores do Programa de Residência Multiprofissional, no âmbito federal do hospital universitário e também municipal na rede de saúde mental. Assim constata-se a partir do estudo que, embora exista a compreensão que o objeto do trabalho do assistente social se materializa na Questão Social, as diferentes expressões da Questão Social se evidenciam a partir da política pública em que o profissional se insere, havendo relação entre o espaço sócio ocupacional e as competências desenvolvidas. Por exemplo, dos participantes da política de educação todos afirmam estar vinculados a projetos de extensão. Assim, é importante compreender quais as atribuições e competências desenvolvidas pelos profissionais nas diferentes políticas e espaços sócio ocupacionais em que se inserem.

8.2 Atribuições e Competências do Assistente Social nas políticas públicas e a supervisão de estágios nas políticas de assistência social, saúde e educação.

Estudar política pública exige, necessariamente, a consideração do contexto em que estas são formuladas, executadas e avaliadas. O Brasil tem como importante marco legal a Constituição Federal de 1988, em que se positiva em lei a responsabilidade do Estado sobre a garantia e a efetivação dos direitos sociais. As políticas públicas são assim uma importante ferramenta para a viabilização do direito constitucionalmente instituído.

Esta responsabilidade é compartilhada com a sociedade, o que explica a existência de redes e instituições do terceiro setor que participam dos sistemas de proteção social. Cabe destacar, no entanto, que o crescimento das instituições do terceiro setor teve significativa expansão após a adoção de um modelo neoliberal, que prevê um Estado mínimo, visualizando-se assim uma maior ausência estatal na execução das políticas sociais públicas. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) existem, em 2020, 1150 Organizações da Sociedade Civil no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, local onde este estudo foi construído. Porém este não é objeto desta pesquisa, posto que o público alvo refere-se a instituições públicas e seus servidores assistentes sociais implicados com o processo de supervisão de estágios.

Ainda sobre este contexto em que há um salto qualitativo das políticas sociais públicas, é preciso salientar o quanto a política econômica em vigência no país neste mesmo período histórico, contradiz-se ao postulado na constituição. A partir da década de 1990 é possível perceber no Brasil traços do neoliberalismo, que tem como prerrogativa o enxugamento do estado e a não intervenção estatal na economia. Por um lado, temos o reconhecimento da necessidade de criar sistemas complexos de proteção social e por outro, há uma previsão gerencial de diminuição de gastos e desmonte da coisa pública.

Defensores da reforma estatal vivida pelo Brasil a partir dos anos 90 defendem que as medidas adotadas visavam combater a ineficiência do estado e o desperdício, concentrando-se esforços para fazer melhor com menos. Segundo Bresser Pereira (2017), idealizador da reforma gerencial do Estado, esta visava tornar os serviços mais eficientes, fortalecendo e legitimando o estado social. No entanto, essa reforma contribuiu para a venda do patrimônio público, disputas

acirradas para garantia de financiamento das políticas sociais, bem como, impulsionou a tendência da terceirização das atividades do Estado.

Nesse contexto a atuação profissional em diferentes etapas do ciclo da política social tem sido uma importante peça para o processo de afirmação da lógica de garantia de direitos sociais em consonância com o projeto ético político da profissão (MIOTO e NOGUEIRA, 2013). Isso por que, possibilita a este trabalhador compreender ‘a coisa pública’ em sua integralidade e viabilizar, em todas as etapas, que as políticas aconteçam de forma a atender as demandas reais da população. Exigindo assim, uma expertise do assistente social, a fim de que seja possível mediar as diferentes demandas, interesses institucionais e o mais importante, a efetivação do direito do usuário.

Cabe destacar que o trabalho nas políticas públicas tem (re) construído a compreensão da categoria profissional sobre suas atribuições e competências. Segundo Guerra (et al, 2016, p. 4)

As atribuições, demandas e requisições da profissão indicam a sua natureza, seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, sua funcionalidade ao Estado e suas estratégias de responder à crise do capital. Indicam, ainda, a configuração do mercado de trabalho profissional, a peculiar maneira de inserção da profissão nos serviços, o perfil esperado, conhecimentos, habilidades, valores que estão sendo requeridos a estes profissionais.

Assim, contemplar na pesquisa profissionais de diferentes políticas e de também esferas governamentais distintas visa fornecer ao estudo uma visão das particularidades no todo, propiciando compreender o processo de implicação com a formação no que tange a dimensão das atribuições e competências profissionais. Busca, assim, propiciar uma maior aproximação com a realidade complexa do processo de trabalho do Serviço Social, mais especificamente o que está pautado na relação direta supervisão acadêmica e formação profissional para que a partir dessa aproximação da realidade possa se ter um aprofundamento teórico sobre a realidade investigada respondendo ao problema proposto. Abaixo, segue quadro síntese, das principais atribuições e competências relatadas na pesquisa.

QUADRO 05- Comparativo das atribuições e competências profissionais relatadas pelos participantes da pesquisa.

POLÍTICA PÚBLICA	INSTITUIÇÃO DE ATUAÇÃO	ATRIBUIÇÕES RELATADAS
Saúde	Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-	Acolhimento a usuários e famílias, identificação e notificação de situações de violência, trabalho inter

	UFSM).	setorial com órgãos de proteção e demais políticas sociais, visitas domiciliares, acompanhamento de situações de risco para recém-nascidos, encaminhamento de benefícios e programas sociais, preceptoria da residência, composição de equipe multiprofissional e articulação com a rede de proteção social da região.
Saúde	Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) - Prefeitura Municipal de Santa Maria	Atendimento a usuários e famílias, visitas domiciliares, coordenação de grupos, coordenação da política de saúde mental, encaminhamento de benefícios e programas sociais, avaliações sociais, identificação de determinantes sociais que interferem na saúde mental dos usuários, encaminhamento a leitos psiquiátricos em hospitais, preceptoria da residência e articulação com a rede de proteção social da cidade.
Assistência Social	Secretaria de Desenvolvimento Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – Prefeitura Municipal de Santa Maria	Gestão do Programa Bolsa Família, Diálogo e Prestação de Contas com instâncias do Controle Social, acompanhamento de benefícios eventuais, acolhimento de usuários e famílias, supervisão e participação no Serviço de Fortalecimento de Vínculos, encaminhamento a rede de proteção social e a demais serviços, coordenação de grupos, participação em reuniões de equipe, participação em reuniões da rede de proteção social, encaminhamento de usuários ao mercado de trabalho.
Assistência Social	UFSM	Não é uma política ofertada pela UFSM
Educação	UFSM	Assessoria a gestão dos estágios obrigatórios e não obrigatórios em Serviço Social, acolhimento de estudantes, encaminhamento a rede de proteção social, elaboração de perfil socioeconômico, visitas institucionais, arquivamento de documentos de matéria do Serviço Social, coordenação projetos de extensão, participação em projetos de ensino, participação em instâncias de controle social, elaboração de relatórios e pareceres.
Educação	Prefeitura Municipal	Não contempla assistentes sociais em seu quadro funcional.

Elaborado pela autora (2020).

Percebem-se pontos comuns e divergentes entre as atribuições relatadas nos diferentes espaços de atuação. Cabe destacar que, embora este estudo traga atribuições e competências enquanto conceitos próximos, segundo a Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social (1993), as competências se referem a aquilo que é realizado pelo assistente social, bem como, por outras profissões, a partir dos saberes apreendidos e das experiências de trabalho. Já

as atribuições privativas, dizem respeito a aquilo que somente o assistente social tem autorização de realizar, a exemplo, da supervisão de estágios de acadêmicos do Serviço Social.

Dessa forma, as seções a seguir abordarão como a inserção em diferentes políticas sociais interfere no desempenho das atribuições e competências do assistente social junto à formação acadêmica em Serviço Social, bem como em sua capacidade de mediação frente aos gestores públicos a partir da percepção dos entrevistados.

8.2.1. As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Assistência Social

A assistência social ganha locus de política pública a partir de dois importantes marcos legais. O primeiro refere-se à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) datada do ano de 1993, em que reconhece a assistência como um direito do cidadão e dever do Estado, tendo por objetivo fornecer proteção social a quem dela necessitar. O segundo marco legal, viabilizado onze anos depois da promulgação da LOAS, é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa política nasce de um anseio coletivo de superação do viés clientelista e caritativo, compreendendo a política de assistência para além da “ajuda” pontual a uma pequena parcela da população. A PNAS prevê a organização sistemática de planos, programas e projetos que sejam de acesso a população em vulnerabilidade social, viabilizando a capilaridade do sistema único de assistência social, o SUAS.

Após a instauração do SUAS, foi identificada a necessidade de sistematizar a sua organização, estabelecendo parâmetros para o funcionamento do sistema e dos equipamentos que o compõem. Assim, mais um importante passo no ponto de vista normativo, como também operacional, foi dado em 2012, 19 anos após a LOAS e 08 anos depois da PNAS, a Norma Operacional Básica – NOB SUAS.

A NOB SUAS tem como finalidade orientar a gestão pública da Política de Assistência Social, em consonância com a Constituição Federal e a LOAS. Expressa os avanços já conquistados do SUAS, bem como a necessidade de ampliação da cobertura de proteção social no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidade e risco social, demandando assim uma complexa organização para o fortalecimento do sistema e busca pelos avanços ainda necessários a efetividade da política.

Porém, cabe ressaltar que mesmo diante desses importantes avanços, os equipamentos sociais previstos na PNAS e regulados pela NOB SUAS possuem muitos desafios a serem

superados, principalmente no que concerne a recursos materiais e humanos. A contradição entre a busca pela ampliação do direito social dos usuários em contraposição a fragilização orçamentária da política de assistência se materializa no cotidiano dos profissionais, conforme a fala do entrevistado 10.

Este é um serviço de proteção social básica, ou seja, traz a proteção, mas, o próprio equipamento não trazia esse aconchego tanto para os profissionais e estagiários que atuavam ali, quanto para os usuários que estão indo para um serviço de proteção, mas que em si a própria estrutura ainda não trazia essa proteção. Ai quando a gente veio para cá tinha mais uma precarização que não tínhamos nem sala de atendimento e acabava trabalhando mais com acompanhamentos que foge totalmente do foco da assistência e da proteção social básica que é fortalecer os vínculos comunitários e familiares, mas que a gente não consegue fazer um acompanhamento efetivo por que, não conseguimos ir toda semana na mesma casa. Diferente de quando tu tens um espaço e os usuários se apropriam daquele espaço e vão até o serviço, vão até o profissional, eles pegam aquele espaço como espaço deles. (e10)

Conforme é possível perceber na fala do entrevistado 10 a precariedade material nos equipamentos sociais desencadeia em um não pertencimento dos usuários ao serviço impactando diretamente nos objetivos da política e no trabalho do profissional. Cabe destacar que o espaço a que o entrevistado se refere é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é a porta de entrada da política de assistência social, localizado, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Segundo o então, Ministério da Cidadania (2020), o CRAS tem por objetivo fortalecer a convivência familiar e comunitária, promovendo articulação da rede sócio assistencial e demais políticas de forma a possibilitar o acesso da população do território a seus direitos e a serviços públicos.

Dessa forma o CRAS é um dispositivo, como salientado pelo entrevistado de proteção social. Quando a própria estrutura física não oferece essa proteção aos indivíduos, sejam eles trabalhadores, estagiários ou usuários, o Estado transmite a ideia inversa à política, a da desproteção, da não primazia a garantia de direitos da população. Cabe destacar que a Gestão Municipal, diante do risco iminente da estrutura transferiu a sede do CRAS para outro dispositivo da política fora do território, impactando no desenvolvimento do trabalho e de um não pertencimento dos usuários ao CRAS. Esse vínculo não é só uma previsão normativa, como é um princípio imprescindível para cumprimento dos objetivos do CRAS enquanto um dispositivo de proteção social básica.

Percebe-se assim as demandas complexas em que se deparam assistente social e estagiário para efetivação de direitos da população atendida diante dos atravessamentos de uma

agenda política que não prioriza o investimento no social. Segundo Torres et al (2016, p. 5) “o assistente social atua nas contradições inerentes a constituição da sociedade capitalista e ao mesmo tempo em que responde aos interesses do empregador, interpreta o campo ocupacional no qual se insere como trabalhador”. Portanto, o profissional se vê nesse paradoxo de luta pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que, enquanto trabalhador também necessita dessa busca constante, pela garantia de seus próprios direitos, enquanto um profissional assalariado que vive da venda de sua força de trabalho. Da mesma forma o estagiário insere-se em políticas sociais fragilizadas e precisa utilizar seus referenciais teóricos e metodológicos em sua inserção na realidade.

Além das dificuldades materiais observadas na política, a entrevistada 11, trabalhadora de outro equipamento da política de assistência social municipal, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), relata outro desafio presente em seu cotidiano profissional: a identidade atribuída ao assistente social.

Tenho que entrar em conflitos por que tem determinados órgãos que não entendem a atribuição do assistente social no Creas, por que eles me demandam que eu investigue os casos, para definir quem é o culpado, eu ouvi que por ser assistente social eu deveria fazer. Eu preciso colocar que não é minha competência e nem atribuição e nem é objetivo do serviço, o serviço é de proteção e não de julgamento. Uma das minhas atribuições aqui então acaba sendo informar o que é atribuição e competência do assistente social por que vejo que as pessoas não têm muita noção do que é. Então eu estava me apropriando, quando a gente entrou aqui não teve nenhum curso de capacitação e o CREAS é média complexidade, as demandas são mais complexas.

A entrevistada 11 abordou em sua fala como outros serviços e profissões demandam dos profissionais competências e atribuições que não dizem respeito ao trabalho compreendido pela profissional na política de assistência social. Segundo relato da entrevistada diversas instituições ligadas ao poder judiciário demandam a investigação de crimes e de violações de direitos a fim de embasar decisões judiciais. No entanto, o trabalho compreendido pela assistente social caminha no sentido a proteção de direitos e não a punição, o que é atribuição de outras instâncias e não da política de assistência. Soma-se ao desafio a não capacitação direcionada a sua inserção em um espaço de média complexidade da política de assistência social no âmbito municipal, tendo que a própria profissional buscar o desvelamento de suas atribuições.

Cabe destacar que o CREAS, ainda segundo o Ministério da Cidadania (2020), é uma unidade da política de Assistência Social voltada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação risco social, em que já ocorreu a violação de seus direitos. Oferta o Serviço de Proteção

e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, podendo ofertar outros serviços destinados a mulheres vítimas de violência, idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de abandono, discriminação racial, sexual e de gênero, assim como medidas socioeducativas de meio aberto.

Essa situação relatada pela entrevistada 11 ilustra que embora o Serviço Social tenha um reconhecimento social enquanto profissão, principalmente a partir da Lei de Regulamentação Profissional lei nº 88662 (BRASIL, 1993) ainda há o que Martinnelli (1985) define como identidade atribuída. Segundo a autora, nos primórdios da profissão as demandas dos empregadores atribuíam a profissão uma identidade relacionada ao controle da classe trabalhadora, tendo por competências, atividades relacionadas a coesão e ao moralismo. Porém, as transformações e os movimentos dos trabalhadores para com a realidade modificaram a profissão constituindo a sua identidade. Assim, a identidade atribuída possui uma função econômica, de fundo ideológico para além de sua função social (SEVERIANO, COSTA, 2015). Superar a identidade atribuída é um desafio que precisa ser enfrentado pela categoria profissional em seus diferentes espaços de atuação.

Portanto, muitas são as frentes de trabalho a serem desenvolvidas pelos profissionais do CREAS na busca pela proteção social de pessoas com seus direitos já violados. Diante dessa vasta gama de atribuições e frentes de trabalho, a profissional entrevistada compreende que outros dispositivos, de outras políticas, tem o objetivo de fiscalizar, no sentido policaresco ou de julgar quem seriam os agentes de violação de direitos. Neste sentido, ao atribuir à entrevistada uma identidade policaresca, se percebe uma visão institucional para com os sujeitos em vulnerabilidade social e da possível primazia da punição a proteção. O que também faz emergir o questionamento, de se há essa preocupação centrada na punição por parte das instituições jurídicas, quando o agente violador é o próprio Estado. A fim de não sucumbir a esta armadilha o profissional necessita ter a identidade profissional materializada em seu cotidiano e buscar estratégias para permanecer alinhado ao projeto ético do Serviço Social.

Outro espaço da política de assistência social que oferta estágios em Serviço Social é a Secretaria de Desenvolvimento Social, mais especificamente, o Programa Bolsa Família (PBF). A assistente social entrevistada atua no atendimento dos usuários e como gestora do PBF. Sobre suas principais demandas e atribuições, ela relata

As principais atribuições seriam a interlocução entre município estado e ministério de desenvolvimento social, agora ministério da cidadania. A Caixa Econômica Federal e os próprios usuários do Bolsa Família, o gestor tem essa atribuição de fazer a interlocução com todos os envolvidos. Uma das atribuições também do gestor, portanto minha atribuição, é a questão dos recursos financeiros, eu tenho que acompanhar eles de perto, ter essa interlocução com o Conselho de Assistência, apresentar esses recursos, aprovar, e prestar contas. Resumidamente, seriam essas, mas é uma lista bem extensa, pois, também atendo famílias vinculadas ao programa.

O PBF foi criado pela Lei 10.836/04 a qual o instituiu como um programa de transferência de renda cujo público alvo é famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com limites de renda individuais de no máximo R\$ 170,00. As famílias acessam o Programa através da inscrição no Cadastro Único, onde o sistema automatizado seleciona os usuários a partir dos dados e das condicionalidades do programa. Quanto às condicionalidades, além dos critérios de renda, há a necessidade de observação de compromissos nas áreas de saúde e educação, cujo objetivo é impactar no acesso a essas políticas por parte dos usuários do programa.

Quanto aos desafios profissionais identificados pela assistente social, esta destaca a luta contra a naturalização da desigualdade social, a qual os estagiários contribuem significativamente. A entrevistada 07 relatou uma situação que exemplifica esta visão, sendo que ao contar o caso, precisou fazer uma pausa para que pudesse conter as lágrimas que lhe vinham aos olhos.

Uma estagiária que durante a entrevista sócio econômica, orientou o senhor que ele poderia fazer um EJA. E um dia ele chegou aqui, e tirou do bolso um caderninho, todo dobradinho, e eu fiquei olhando por que ele não falou o que eu podia ajudar ele e ele tirou aquele caderninho, foi desdobrando e mostrou todo orgulhoso que estava aprendendo a ler, eu já nem consigo contar... (entrevistada interrompe a fala com lágrimas nos olhos) por que a minha estagiária tinha orientado ele a procurar um EJA... Aí eu levei ele lá, contei, ela também ficou emocionada e eu sempre digo para eles, o dia que a gente perder essa emoção a gente tá no lugar errado. São as pequenas coisas do dia a dia que na vida de uma pessoa fazem uma diferença fantástica. **Acho que esse é o sentido da nossa profissão.** Não tem um dia que não venha um maravilhado com alguma coisa que aconteceu ou o contrário, que tu tenha que dar suporte por que ele, o estagiário, se impactou com alguma situação (e07)

A situação relatada com grande emoção pela entrevistada 07 exemplifica o potencial do processo de estágio no cotidiano do assistente social. Além do processo reflexivo, da qualidade do serviço, ser supervisor possibilita que o profissional reveja o próprio sentido da profissão. O que foi preponderante na situação relatada foi a visão de totalidade em que o sujeito foi atendido.

Mais do que alguém necessitando de um cadastro junto ao Programa Bolsa Família, a estagiária percebeu uma pessoa com um sonho, e tendo a informação correta o encaminhou para o serviço, a fim de viabilizar o seu direito a educação.

Portanto, a presença do estagiário tem um impacto muito positivo no cotidiano do profissional, contribuindo para a garantia dos direitos da população usuária e fornecendo novas perspectivas ao supervisor de campo. A entrevistada, trabalhadora do CREAS, corrobora com essa percepção.

Por que a demanda é tão grande que às vezes a gente não consegue parar para pensar que a gente tá desenvolvendo. Com os estagiários a gente consegue chegar de uma visita e debater, o que tu acha, o que podemos fazer... Às vezes a gente entra em um modo automático, que a gente não consegue mais deslumbrar e o estagiário vem crítico e ajuda muito (e11)

Conforme a fala da entrevistada 11 a relação com o estagiário permite deslumbrar outras possibilidades de intervenção. Assim, ato de supervisionar é um fazer pedagógico em que ambos os envolvidos no processo de supervisão aprendem. Esta concepção de educação vai ao encontro da perspectiva de Freire (2011) que prevê o respeito ao saber pré-existente do educando, bem como ao intercâmbio de conhecimento entre este e o educador. Transformam-se assim as pessoas e se “a educação sozinha, não faz a transformação do mundo, mas, esta a implica” (2000, p. 41).

O trabalhador do CRAS também retoma a importância do estagiário em seu cotidiano de trabalho.

Como a gente atende essa demanda diariamente no cotidiano profissional eu acho que o estagiário auxilia no sentido do profissional não cair em uma naturalização das demandas e estar sempre refletindo o teu processo de trabalho, para o aprimorar e assim prestar um serviço de qualidade para os usuários do serviço. (e10)

Em um sistema que visa à acumulação de capital em um grupo social, há a necessidade de naturalizar a exploração da classe trabalhadora, de forma a garantir a manutenção da pirâmide social. Nesse contexto as políticas sociais servem a promoção da coesão social e não necessariamente, a expansão da autonomia dos indivíduos e de sua participação política, conforme preconiza o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), em seu artigo I dos Princípios Fundamentais.

Neste sentido é muito importante que o assistente social consiga romper com a naturalização da exploração dos sujeitos, os percebendo enquanto classe e não como demandas fragmentadas. Necessita-se assim, ver os usuários em sua totalidade, não apenas como

demandantes da política de assistência social, mas, enquanto um sujeito de direitos. Portanto, a presença do estagiário tem um impacto muito positivo no cotidiano do profissional, contribuindo para a garantia dos direitos da população usuária e fornecendo novas perspectivas ao supervisor de campo.

O cotidiano é a vida em seu desenrolar diário, é onde as pessoas se relacionam, aprendem, trabalham e satisfazem suas necessidades humanas. Para Heller (2000) a vida cotidiana é à base de todas as reações espontâneas do ser humano em seu ambiente social, podendo parecer desornado e caótico. Portanto, a vida necessita de uma cotidianidade e não é possível viver em estado contínuo de suspensão desse cotidiano.

Assim, se é no cotidiano em que os fatos ocorrem é preciso um olhar cuidadoso do cotidiano profissional e do significado atribuído às ações do assistente social. Ser trabalhador não suprime ‘o ser no mundo’ enquanto sujeito, no entanto, as ações profissionais possuem uma intencionalidade própria, norteadas pelo projeto ético político da profissão e permeadas pelos referenciais conceituais e teóricos, bem como pelo fazer apreendido pelo assistente social, ou seja, seu arsenal de instrumentais e técnicas.

O cotidiano também permeia a vida dos usuários das políticas públicas, sendo muitas vezes, um dia a dia de exclusão e não acesso a direitos que deveriam ser automaticamente preservados enquanto cidadãos (FALEIROS, 2014). Nesse sentido o assistente social tem o desafio de intervir nessa realidade, não se permitindo a naturalização da negação do direito.

A banalização da desigualdade social, segundo Franco (2011) é um elemento do trabalho alienado. O sentido de alienação, a partir de Marx, consiste na ação pela qual as pessoas, grupos, instituições e sociedades se tornam estranhos aos produtos e consequências de suas próprias atividades (Bottomore, 2001). Cabe destacar que as mudanças no modo de produção capitalista aparentemente apontam para a valorização do trabalho humano, ao mesmo tempo em que, mergulha na subjetividade dos indivíduos exigindo a excelência e desconsiderando a diversidade biopsicossocial dos sujeitos. Segundo Franco (2011) uma característica presente no trabalho alienado é o adoecimento dos trabalhadores, que após a flexibilização trabalhista tem afetado principalmente a saúde mental da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a presença de um estagiário e a condição do ‘ser supervisor’ pode vir a ser uma estratégia interessante para que o profissional desenvolva processos de reflexão. Este foi um

dos principais achados da pesquisa, a grande maioria dos entrevistados faz menção a este impacto positivo em seu cotidiano profissional.

Quando questionados se a presença do estagiário interfere no processo de mediação, os trabalhadores entrevistados da política de assistência social sinalizam que quando essa interferência ocorre é de maneira positiva. Segundo a entrevistada 07, gestora do PBF

A resistência eu faço no dia a dia. Então quando eu tenho que brigar com a gestão eu brigo, e inclusive eles (os estagiários) veem, por que eu acho que é esse é meu dever, brigar pela melhoria do atendimento ou para qualidade do serviço que a gente vai tá oferecendo para o usuário. O estagiário até me fortalece para isso, eles têm que entender que isso é uma função nossa, que a gente vai ter que brigar no campo que a gente tiver.
(e07)

Essa defesa possui um direcionamento indubitável que segundo a entrevistada 07 consiste na busca pela melhoria do atendimento e da qualidade do serviço que está sendo oferecido ao usuário, a fim de garantir a preservação dos seus direitos sociais. Essa postura vai ao encontro do décimo princípio fundamental previsto no Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), em que se postula o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Dessa forma, a presença do estagiário, de acordo com os entrevistados, não prejudica o processo de mediação, pelo contrário, segundo o entrevistado 10, trabalhador do CRAS, “eu acho que na verdade potencializa a criar estratégias de intervenção junto com os usuários e junto com a gestão”. Portanto, os trabalhadores entrevistados afirmam que ser supervisor de estágios os motivam a lutar por melhores condições para os usuários e para os próprios trabalhadores do serviço, de forma a poder propiciar um processo de formação mais qualificado ao estagiário, bem como instrumentaliza-lo a também exercer a mediação como futuro profissional.

É importante frisar que não se tem a pretensão messiânica de responsabilizar unicamente o assistente social pela qualidade do serviço ou pela garantia dos direitos sociais, mas, ao contrário, compreender em que medida esse profissional pode contribuir para isso, a partir da leitura de realidade e de uma intervenção planejada e alicerçada em referenciais teóricos, éticos e metodológicos. A mediação não se trata apenas da capacidade de compreender a realidade, mas, também de como intervir nela e transforma-la. Ou seja, é uma forma de objetivar a prática e é expressa pelo conjunto de recursos e estratégias que o profissional aprende para modificar a realidade (MARTINELLI, 1993). Cabe destacar que o conceito utilizado nesse estudo não se refere à mediação na concepção sócio jurídica, conhecida também como mediação de família,

mas, direciona-se a categoria emergente do pensamento marxista, de estudo e intervenção na realidade.

A forma como as coisas ocorrem na história humana difere de como a consciência dos seres humanos interpretam essa realidade. Essa interpretação se dá a partir da visão de homem e de mundo e de sua caminhada como sujeito pertencendo a uma determinada coletividade. Nessa relação de totalidade, onde a totalidade não se dá apenas por uma soma de fatores ou diferentes realidades, mas, por relações complexas entre o micro e o macro, entre o local e o geral, entre o sujeito e a sociedade. É nesta relação entre o singular e o universal, que nos termos de Lukács (1978) ocorre “um campo de mediações”. Este possibilita segundo Moraes e Martinelli (2012) a realização de sucessivas aproximações do real de forma a desvelar forças e processos que determinam uma sociedade.

As demandas evidenciadas no cotidiano do assistente social aparecem como fatos imediatos. A mediação se dá quando o profissional consegue perceber que aquela demanda é associada a uma totalidade enquanto um fenômeno intrínseco a ela, com particularidades dentro de uma generalidade. Assim, ocorre na compreensão das relações de poder, ideologia e condições materiais de uma determinada sociedade em um determinado período histórico. Através desta apreensão e do uso de seu arsenal teórico-prático, é que o assistente social vem a intervir.

Visto ser o assistente social um profissional interventivo na realidade, faz se necessários sólidos conhecimentos e uma direção política clara para desvendar as relações de poder e forças sociais em disputa. O conhecimento deste profissional deve ser compartilhado, sendo este oriundo da teoria produzida e da experiência da intervenção na realidade (MORAES e MARTINELLI, 2012).

Nesse contexto, o assistente social supervisor de campo, tem o grande desafio de instrumentalizar o estagiário a realizar a mediação, de forma a não tornar as demandas diárias isoladas do contexto social e político a que elas pertencem. Também, precisa auxiliar o estudante no processo de reconhecimento dos valores institucionais e do jogo de poder a eles intrínsecos, desvelando os momentos em que a resolução de conflitos é o caminho ou então o confronto, que muitas vezes é necessário na defesa de um projeto de sociedade plural, justa e democrática.

Portanto, nesse tópico foi possível compreender que ser trabalhador da Política de Assistência Social tem interferências perceptíveis no processo de supervisão de estagiários em

Serviço Social. Essas interferências perpassam as competências profissionais específicas exercidas na Política de Assistência Social, como também seus desafios em termos de fragilização e cortes orçamentários, que colocam em risco princípios profissionais a exemplo do sigilo das informações dos usuários.

Dentre as principais atribuições relatadas estão a Gestão do Programa Bolsa Família, Diálogo e Prestação de Contas com instâncias do Controle Social, acompanhamento de benefícios eventuais, acolhimento de usuários e famílias, supervisão e participação no Serviço de Fortalecimento de Vínculos, encaminhamento a rede de proteção social e a demais serviços, coordenação de grupos, participação em reuniões de equipe, participação em reuniões da rede de proteção social, encaminhamento de usuários ao mercado de trabalho

Também é possível concluir que os supervisores entrevistados percebem positivamente o impacto da presença do estagiário no campo de trabalho, os fortalecendo para a luta por melhores condições para o exercício profissional, tanto para o trabalhador quanto para o estagiário, bem como propiciar um melhor atendimento as necessidades da população usuária. Além disso, um elemento de realidade bastante significativo, perceptível a partir da pesquisa, foi o discurso unânime dos entrevistados ao relatar que ser supervisor proporciona um processo constante de reflexão, os auxiliando no rompimento com o trabalho alienado.

Assim, a fim de que seja possível compreender a percepção de profissionais inseridos em outras políticas, buscando identificar as aproximações e distanciamentos entre os distintos espaços sócio ocupacionais, no próximo tópico serão discutidas as atribuições e competências do Assistente Social na Política de Saúde e sua interlocução com a supervisão de estágios em Serviço Social.

8.2.2 As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos sistemas de saúde pública mais complexos do mundo, segundo o Ministério da Saúde (2020). Abrange diferentes níveis de atenção em saúde, desde atendimentos preventivos no território a procedimentos de alta complexidade a nível hospitalar. O SUS tem como um de seus princípios centrais a universalidade, ou seja, o acesso à saúde é um direito de todos os brasileiros. Regulado pela lei 8.080 e 8.142, sendo que a primeira institui e regulamenta o SUS e a segunda dispõem sobre a responsabilidade compartilhada pelos

diferentes entes federados, união, estados e municípios na oferta dos serviços de saúde, além de positivar em lei a participação da comunidade no processo de avaliação, implementação e monitoramento da política pública de saúde.

A pesquisa buscou ouvir profissionais da política pública de saúde, assistentes sociais, servidores do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), hospital escola da Universidade Federal de Santa Maria sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), como também servidores do poder municipal, trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial. Não foram entrevistados assistentes sociais trabalhadores da atenção básica municipal por não haverem supervisores de estágio do Curso de Serviço Social da UFSM no reduzido rol de profissionais.

Segundo o Ministério da Educação (2020) os hospitais universitários são espaços de formação de recursos humanos e desenvolvimento de tecnologia para a política de saúde. Visa prestar atendimento aos usuários de forma a possibilitar o aprimoramento de protocolos e do atendimento, objetivando a eficiência. O Ministério ressalta, ainda, a relevância social exercida nas comunidades em que se inserem os hospitais universitários. Segundo a página do Hospital Universitário de Santa Maria, este atende 100% pelo Sistema Único de Saúde, tendo por finalidade a formação profissional e o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão através do atendimento a comunidade. Há mais de três décadas o HUSM é referência para 45 municípios e abrange uma população de 1,2 milhões de habitantes.

É inegável a imprescindível relevância social do HUSM no contexto loco regional em que se insere. Além do atendimento a população, o hospital é um importante espaço de vivência prática, estágios, pesquisas e extensão para acadêmicos, possibilitando a preparação de profissionais para atuar no Sistema Único de Saúde, na graduação e na pós-graduação. O fato de o hospital ter essa centralidade relacionada à formação foi bastante presente na fala das assistentes sociais entrevistadas, conforme fala da entrevistada 03 “a gente tem uma responsabilidade para com a formação, a gente aprende ao longo da nossa formação e no hospital também, por ser um hospital escola é bem natural essa questão do estagiário”. Assim, ser supervisor de estágio no HUSM é uma competência profissional das mais diferentes profissões que compõem as equipes multiprofissionais, incluindo os assistentes sociais.

As principais atribuições profissionais relatadas pelas entrevistadas supervisoras de estágio no HUSM são: o acolhimento e atendimento a usuários internados e familiares

principalmente no que diz respeito a encaminhamento de benefícios e programas sociais, escuta sensível, notificação em situações de violência com trabalho conjunto com órgãos de proteção, visitas domiciliares para pacientes com vínculos familiares fragilizados de forma a auxiliar na construção de redes no território no pós-alta. No setor específico da maternidade, a entrevistada abordou o grande número de pedidos de avaliação de situação de risco pra recém-nascidos, atuando no planejamento familiar e na busca pelo acesso a seus direitos sociais de forma a propiciar uma melhor qualidade de vida ao usuário e seus familiares.

As entrevistadas também apontaram os desafios presentes no cotidiano profissional. Um destes, presentes na fala de todas as entrevistadas do hospital, trata-se do desafio do HUSM de expandir a sua organização física e material em consonância à importante ampliação da oferta de serviços e profissionais. Esta contradição atravessa o exercício do assistente social como trabalhador e como supervisor de estágios, pois, interfere diretamente em sua prática e no ato pedagógico de ensinar a fazer sem, muitas vezes, as condições ideais para o atendimento a população.

Como já abordado anteriormente, tem-se, atualmente, um contexto de precarização das políticas públicas e redução de direitos, o que também atinge a política de saúde. A contradição presente é ter um hospital público com inegável relevância para a sociedade, mas, com fragilidades, não só na instituição em si como na política de saúde como um todo, que impactam no trabalho exercido pelo assistente social, conforme fala da entrevistada 03.

Hoje em dia a gente não tem uma sala específica para atendimento, fizemos atendimentos na beira do leito ou na frente da porta, ou em um consultório quando está liberado, mas tudo depende do agendamento e do que temos disponível naquele momento, então não garante a privacidade no atendimento, na grande maioria das vezes tem que falar baixinho para que as pessoas ao redor, por que o paciente que está internado em um leito, no pronto socorro, a divisão é com cortina então não garante nenhum sigilo nas informações. A gente não tem essas condições adequadas para fazer o atendimento, porém a gente recebe o estagiário e mostra para ele que essa é a realidade, a gente aprende a gerenciar os nossos processos de trabalho com o que a gente tem. Então o estagiário se insere sabendo disso que o Serviço Social tenta garantir uma ética, privacidade, na forma que a instituição oferece para gente, por mais que a gente lute e a gente siga lutando, sabendo que não é o ideal, porém, temos que trabalhar com isso por que não conseguimos outra coisa.

Como é possível perceber na fala acima há a demanda latente por parte das profissionais referente à oferta de espaços físicos privativos para o atendimento aos usuários, pois, o atendimento exclusivamente na beira do leito pode colocar em risco o sigilo das informações pessoais. Cabe destacar, no entanto, o esforço dos profissionais em preservar os direitos dos

pacientes e o respeito às informações a eles conferidas. Outros participantes da pesquisa inseridos no mesmo espaço de trabalho reiteram a fala citada da entrevistada.

Às vezes tá eu e a estagiária conversando e ai chega alguém e pergunta, chega alguém e pede avaliação, telefone toca é bem complicado a gente não ter um espaço só nosso. E até a questão dos registros, a gente tem o prontuário único e tudo tem que ser no prontuário único, a gente não tem um arquivo do serviço social, se eu quisesse ia ter que comprar um armário com chave para mim e carregar esse armário aonde eu for, por que a gente tem essa instabilidade de não saber até quando vai ter acesso aquela sala e isso é bem ruim, é uma realidade bem presente. Até nos dois primeiros anos que trabalhei aqui, nos três, a gente não tinha aquela sala de trabalho. Eu vinha, ficava na sala com a enfermagem e uma sala de apoio do Serviço Social lá embaixo e a gente vinha fazia os atendimentos na beira do leito, se a gente tinha uma situação difícil de conversar no leito a gente pedia a sala de descanso para atender, ainda no C.O acontece isso a gente atende no lugar disponível e aí se virava com o que tinha, mas daí o atendimento fica muito prejudicado, as vezes tu vai fazer um atendimento no leito... se tu vai pensar num hospital as pessoas tem que ser atendidas nos leitos, por que teoricamente as pessoas não podem sair dos leitos, mas, conversar de casos de HIV, de drogadição, de crianças que a principio serão afastadas da mãe depois do nascimento, no leito é uma situação difícil. Então a gente tenta adequar, não é o melhor lugar, mas, a gente tenta dar um jeito (e12).

Conforme depoimento da participante há preocupação com o sigilo profissional, seja através do arquivamento de informações ou mesmo no momento do atendimento. Cabe ressaltar que segundo a Resolução 493/2006 do CFESS “Art. 1º - é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer”. Assim, a crítica que aqui se faz não se refere à existência de um prontuário unificado para que toda a equipe multiprofissional possa acompanhar o sujeito em sua integralidade, mas, a não existência de espaço físico, sala e armários, onde o assistente social possa preservar as informações que não são necessárias às demais profissões, mas, referem-se ao respeito à história dos sujeitos atendidos.

Cabe ressaltar que diante dos desafios institucionais e da precarização das políticas públicas o estágio supervisionado é uma importante estratégia de defesa do projeto de formação profissional bem como do projeto ético político da profissão (ABEPSS, 2010). A entrevistada 03 comenta sobre a relevância do processo de supervisão de estágio para a superação de desafios institucionais e de fragilização da política pública de saúde.

Eu acredito que é muito importante para nossa formação enquanto assistente social a supervisão de estágios. Quando a gente tá trabalhando sozinha, não tem aquela questão de discutir, explicar aquilo que estamos fazendo para ninguém, a gente vai meio que fazendo no automático, com o estagiário a gente trabalha o pensar e sentar e explicar o porquê estou fazendo isso. Ele, o estagiário, sempre exerce um papel positivo no meu

cotidiano, por que é o momento que eu estou fazendo, mas, eu também estou pensando naquilo. Eu também tenho que conversar, ensinar e explicar por que tomei a atitude, a conduta porque eu segui esse caminho na hora da minha intervenção. Acho que esse o impacto que exerce dentro do nosso trabalho (e03).

De acordo com a fala acima e reiterando os resultados obtidos da pesquisa com os profissionais da rede municipal de assistência social, a presença do estagiário impacta positivamente no cotidiano do profissional promovendo processos de reflexão e auto avaliação do trabalho executado. Assim, o supervisor trabalha pedagogicamente com o estagiário a dimensão técnica operativa, que segundo Almeida (2015) é mais do que um conjunto de instrumentos e estratégias adotadas pelo profissional para atuar nas expressões da Questão Social, mas, contempla o saber do profissional e sua intencionalidade no uso dos instrumentos e ferramentas da profissão. Por isso, ao ter uma intencionalidade é necessariamente permeada por um posicionamento político. Logo, o supervisor ao ensinar o “fazer do assistente social” acaba também atuando de forma pedagógica no desenvolvimento por parte do estudante da dimensão ético-política, conforme é possível observar na fala a seguir.

É bem importante ser supervisor, por que além de tu estar demonstrando o jeito de como deve ser feito, tu está levando contigo a questão da ética, do trabalho em equipe, então é uma responsabilidade muito grande. Eu normalmente tenho muito orgulho das minhas estagiárias, por que elas voltam depois como residentes (e12).

Assim, os profissionais entrevistados percebem a importância de ser supervisor de estágios e atuar na formação de futuros profissionais. A entrevistada relata a satisfação ao se deparar no mercado de trabalho ou em espaços de educação continuada com ex-estagiários. Portanto, ser supervisor é, antes de tudo, um compromisso ético e político com a profissão e com a qualidade do trabalho exercido por futuros assistentes sociais. Segundo Caputti (2016) a formação e o exercício profissional constituem de forma dialética os pilares de sustentação do estágio e da supervisão, delineando o projeto profissional na *práxis*. Dessa forma a supervisão compõe o projeto de formação ao mesmo tempo em que é parte essencial do projeto profissional. O estágio, nesse sentido, não se trata apenas da construção técnica do fazer, mas, também da dimensão ética e ontológica do trabalho do assistente social.

Nesse sentido, acompanhar processos de mediação é muito relevante à formação dos estagiários. Quando questionadas sobre o impacto do estagiário nos processos de mediação e negociação as assistentes sociais trabalhadores do contexto hospitalar relataram que quando há interferência, é de forma positiva. Segundo a entrevistada 09

Acho muito importante ter a estagiária comigo na mediação com os gestores e demais profissionais e tento fazer com que ela sempre que possível participe desses momentos de negociação, de fluxo, de pactuação de protocolos para que possa conhecer essas questões e ampliar o conhecimento como futura assistente social (e09).

Portanto, a entrevistada percebe nesse espaço hospitalar uma oportunidade para que os acadêmicos em estágio vivenciem processos de mediação e negociação, assim como em reuniões de equipe multiprofissionais onde há a pactuação de protocolos e fluxos de atendimento. No entanto, segundo a entrevistada 12 são necessárias melhorias nas condições físicas do trabalho dos profissionais, conseqüentemente nas condições do estágio, e espera-se que a presença do estagiário contribua na busca de soluções por parte da gestão do hospital.

No âmbito da saúde municipal, foram entrevistados trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossociais do município de Santa Maria, sendo estes assistentes sociais supervisores de estágio. Conforme relatado anteriormente, a pesquisa centrou-se neste equipamento da política de saúde mental, pois, é o único espaço na política de saúde local que acolhe estagiários do Curso de Serviço Social da UFSM.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial, responsável pela oferta de serviços e articulação de instituições, usuários e profissionais de forma a contemplar as demandas de saúde mental da população. A partir de sua ótica interdisciplinar realiza atendimento prioritário a pessoas em sofrimento mental, decorrentes de fatores sociais, biológicos e psicológicos, incluindo os decorrentes do uso de álcool e outras drogas. O CAPS é um equipamento substitutivo ao modelo anterior a Reforma Psiquiátrica, que baseava o atendimento no isolamento social, centrado em instituições conhecidas como manicômios.

A Reforma Psiquiátrica foi um movimento construído coletivamente entre usuários, profissionais, gestores e legisladores, tendo como norte a preservação de um cuidado humanizado a pessoa em sofrimento mental, compreendo esse sujeito, como um sujeito de direitos e com demandas múltiplas não estritamente vinculadas somente a saúde mental, demandando assim um atendimento integral, sendo a integralidade um princípio central do SUS. A lei conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica é a lei nº 10.216 de 2001, a qual dispõe sobre os direitos das pessoas com adoecimento mental, bem como de sua proteção social, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental.

Em 2011, como forma de viabilizar a Reforma Psiquiátrica, é sancionada a lei 3.088, que institui a Rede de Atenção Psicossocial e seus diferentes componentes, incluindo o CAPS. Segundo o Ministério da Saúde (2020), o CAPS tem sua referência nos territórios, atuando em situações de crise, reabilitação psicossocial bem como na mobilização da rede de saúde presente nas comunidades onde os sujeitos se inserem. É um ponto importante da rede de cuidado a pessoas em sofrimento mental cujo princípio central é a liberdade e o cuidado no território do sujeito. Assim, o CAPS é um serviço de caráter aberto, ou seja, os usuários são livres para aderirem ao acompanhamento e é previsto que o sujeito seja envolvido na construção do próprio cuidado, através dos Planos Terapêuticos Individuais que são elaborados por uma equipe multiprofissional a partir da escuta do usuário e seus familiares.

As principais atribuições relatadas pelos assistentes sociais entrevistados trabalhadores dos CAPS foram: orientações sobre benefícios; orientação e encaminhamento para documentos pessoais; acolhimento; encaminhamento a rede de proteção social; coordenação e facilitação de assembleias de usuários e grupos de familiares; participação em reuniões da rede de serviços de proteção social das políticas de saúde, educação e assistência social; preceptoria de residência multiprofissional em saúde mental, gestão da política de saúde mental e atuação frente aos determinantes sociais em saúde visando garantir os direitos dos usuários.

Dessa forma, os profissionais destes equipamentos sociais atuam na lógica da promoção a saúde e ao cuidado para pessoas em sofrimento mental, tendo como princípio o cuidado em liberdade. Os leitos psiquiátricos em hospitais gerais são também dispositivos da RAPS, no entanto, são previstos para situações emergenciais em que a pessoa ofereça risco para si próprio ou para terceiros. Porém os assistentes sociais entrevistados relatam vivenciar a contradição de trabalhar nesta lógica em contraposição ao número elevado de pedidos de internação hospitalar por parte de familiares, sendo que em muitos casos os sujeitos em adoecimento não foram atendidos por nenhum equipamento da Rede de Atenção Psicossocial, como se pode observar na fala do entrevistado 05.

Tenho orgulho de dizer que nós somos o CAPS que menos interna. Por que quando a família chega aqui dizendo que quer internar, eu tento resgatar essa família, inserindo ela e o usuário em um grupo do serviço. Fazemos um acordo, a gente encaminha para internação se o sujeito participa de um número x de grupos. É uma forma de atender aquela pessoa e a família, viabilizar o acesso ao tratamento e as demais necessidades e ter a internação realmente como a última saída (e05).

Assim, o profissional procura envolver a família e o sujeito em adoecimento nos serviços prestados pelo CAPS, como uma forma de buscar a efetivação de direitos dos usuários, bem como, ofertar uma modalidade de cuidado em que a pessoa possa ser protagonista de seu próprio cuidado. Leitos em hospitais psiquiátricos não podem vir a ser utilizados como porta de entrada do cuidado em saúde mental, pois, contraria a lógica da Rede de Atenção Psicossocial e reforma o modelo manicomial, que suspende a identidade dos sujeitos e seu poder de decisão, transformando o que deveria ser o cuidado em saúde, em isolamento social.

A busca pela proteção social dos direitos do usuário, através do acolhimento dos sujeitos no CAPS, possibilita ao assistente social e seu estagiário a materialização no cotidiano de trabalho do horizonte ético da profissão. Também, dá visibilidade à situação de adoecimento de muitas famílias cujo membro, ou membros, possuem sofrimento mental e se veem desamparadas no que concerne ao cuidado em saúde mental no território. É preciso destacar, ainda segundo o Ministério da Saúde (2013) que toda a rede de saúde deve acolher estes usuários, compreendendo-os como sujeitos de direitos em sua totalidade e não apenas como “um usuário da saúde mental”.

Neste sentido o estagiário pode vir a somar nas equipes multiprofissionais provocando novas concepções do trabalho como também propondo inovadoras frentes de trabalho, como se observa pela fala da entrevistada 06.

A questão das assembleias tem sido muito potencializada, por que os alunos trazem de outra forma como um chamamento para um espaço dos pais, familiares, crianças e adolescentes, para eles. E hoje tem sala para isso e gestão já reconhece, fazemos a ata com as deliberações e os manifestos dos usuários. Já está instituído. As atas das assembleias já foram usadas como um importante instrumento, por que a gente teve que recorrer ao jurídico para garantir um número mínimo de profissionais, e as atas foram um documento, expressando a voz das pessoas do CAPS. Uma das conquistas foi que agora temos T.O (Terapeuta Ocupacional) que fundamentamos os pedidos nas atas. Nós temos excelência de projetos a partir deles (estagiários), a gente também trouxe jovem aprendiz, reunião ampliada de rede, assembleias, tudo a partir dos alunos e dos projetos de intervenção. (e06).

De acordo com a fala da entrevistada a presença dos estagiários possibilitou um salto qualitativo nas assembleias realizadas com os usuários do CAPS, instituindo como um mecanismo do serviço e potencializando o protagonismo dos usuários nas decisões institucionais e nas negociações para com a gestão. Abrem-se assim novos espaços para outras profissões, a partir da escuta e do encaminhamento das demandas dos usuários, o que evidencia o potencial do

processo de supervisão de estágios, pois, propicia rever o que é feito e como é feito pelos serviços, tendo norte a garantia de direitos e expansão da cidadania.

Dessa forma a percepção dos assistentes entrevistados dos CAPS conflui no sentido de reconhecer a importância e o impacto positivo dos estagiários no cotidiano de trabalho. Para o entrevistado 04 o processo de supervisão de estágios significa “qualificação dos colegas e dos futuros colegas que estarão nos campos de trabalho. Olhando para o nosso projeto ético político, a gente tem que estar qualificando a nossa representação no mercado de trabalho”. Retoma assim, a fala da já citada da entrevistada 12 trabalhadora do contexto hospitalar, da responsabilidade do supervisor de campo para com a categoria profissional, ao atuar na formação de novos assistentes sociais, transpondo apenas a dimensão do fazer, mas, também o porquê, como e para quem fazer, ou seja, dialoga necessariamente com a dimensão ético-política.

Nesse sentido o estagiário mobiliza e motiva o seu supervisor de estágios fazendo-o rever seus princípios e motivando-o a atuar de forma ética, conforme fala da entrevistada 06.

É fundamental, por que o estagiário nos desacomoda, ele nos faz pergunta, ele fica trazendo desafios... Ele nos potencializa. E eles são muito estimuladores por que eles vêm com um discurso, estão bem informados e acompanham todas as mudanças e se manifestam. E a gente vai também se contaminando com isso. Por que às vezes dá um cansaço, bem potente, e a gente pensa “ah vou desistir disso”, mas vem o aluno e motiva. Então o aluno, com aquilo que a gente observava com o *plus* da academia por trás, é muito significativo (e06)

Assim, o estagiário contribui na motivação dos profissionais supervisores, reacendendo os princípios norteadores que movem a ação profissional, apesar de todas as dificuldades e entraves presentes no cotidiano dos assistentes sociais que atuam nas políticas públicas. A interface com a universidade, propiciada através do estágio, contribui ao potencializar o trabalho ofertado pelo assistente social frente à comunidade usuária, dando respaldo a elaboração de projetos de intervenção por parte dos estudantes que visam melhor atender as demandas dos usuários e das instituições que pertencem a rede de proteção social.

Assim, neste subtópico foi possível concluir que os trabalhadores entrevistados da Política de Saúde, tanto no contexto hospitalar quanto na saúde mental percebem positivamente a presença do estagiário em campo de estágio, em que este o motiva a rever o processo de trabalho e seus princípios ético-políticos, contribuindo em processos reflexivos. Esse dado reforça as conclusões nesse sentido já obtidas com os entrevistados da Política de Assistência Social.

Dentre as principais atribuições e competências relatadas percebem-se aproximações com as competências profissionais na assistência social que são o acolhimento a usuários e famílias, visitas domiciliares, encaminhamento de benefícios e programas sociais e articulação com a rede de proteção social da cidade. Outras competências também ganham destaque na fala dos entrevistados da política de saúde, como inerentes a esta política que são: identificação e notificação de situações de violência, acompanhamento de situações de risco para recém-nascidos, preceptoria da residência, composição de equipe multiprofissional, identificação de determinantes sociais que interferem na saúde mental dos usuários, encaminhamento a leitos psiquiátricos em hospitais, preceptoria da residência.

Outro resultado emergente das entrevistas com os assistentes sociais da saúde é a identificação, por parte dos entrevistados, de que, quando há interferência da inserção do estagiário nos processos de mediação e negociação com a gestão, esta se dá de forma positiva, potencializando o ímpeto pela busca de melhores condições de trabalho, indo ao encontro novamente dos achados da pesquisa com os demais participantes da Política de Assistência Social. O que emerge de novo nesse sentido é a discussão das equipes multiprofissionais, onde o estagiário vinculado a Política de Saúde pode vivenciar o contato com diversos profissionais durante seu processo de estágio, podendo inclusive participar de reuniões de equipe para negociação e pactuação de fluxos de atendimento aos usuários da política.

Também, ganha destaque na fala dos profissionais da saúde, a relevância da interlocução com a Universidade, que se dá dentre outras maneiras, através dos projetos de intervenção dos estudantes, em que supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário planejam e executam uma ação interventiva a partir de uma demanda identificada na vivência do estágio. De acordo com a entrevistada do CAPS a excelência de projetos de intervenção possibilitou instituir assembleias de usuários e reuniões de rede, e a partir desse diálogo com os diferentes sujeitos envolvidos no serviço, articular passos importantes como a contratação de profissionais para melhor atender as demandas dos usuários.

Ressalta-se aqui, a potencialidade e ainda mais, a responsabilidade que a Universidade possui para com as instituições parceiras que acolhem estagiários, no que diz respeito a qualificação das ações profissionais. Essa qualificação que se dá através da inserção do estudante, deve ir além, como por exemplo, a oferta de espaços de educação permanente, contribuindo ao mesmo tempo com a qualidade da formação acadêmica e dos serviços prestados

a comunidade. Dessa forma, no próximo tópico será abordada a política de educação superior, mais especificamente, o Curso de Serviço Social da UFSM, enquanto um espaço formativo para acadêmicos e para os assistentes sociais, através da possível oferta de educação permanente, como também um campo de trabalho de assistentes sociais e de supervisão de estágios.

8.2.3 As atribuições e competências do Assistente Social na Política de Educação Superior: o possível quadrilátero no processo de estágio em Serviço Social.

A educação pública no Brasil é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9. 394 de 1996. A LDB institui que a educação básica brasileira é constituída pelo ensino infantil, fundamental e médio. No artigo 21 da LDB cita também o ensino superior, sendo que este não compõe a educação básica. A responsabilidade pela oferta de vagas, organização e monitoramento do sistema é compartilhada entre União, estados e municípios, porém, no que tange ao ensino superior este é de responsabilidade federal, além da complementação da iniciativa privada.

A pesquisa entrevistou assistentes sociais e coordenadores servidores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mais especificamente vinculados ao Departamento e o Curso de Graduação em Serviço Social. É importante ressaltar que, com exceção do Hospital Escola, que mesmo sendo sediado na UFSM enquadra-se como política de saúde, este é o único campo da política de educação, tanto na realidade municipal quanto no contexto da Universidade, que oferta estágios para o Curso de Serviço Social da UFSM.

Cabe destacar que a inserção de assistentes sociais junto a Departamentos de Ensino e Cursos de Graduação em Serviço Social é um espaço novo de atuação e, portanto carente de investigação científica. A busca por novos espaços de trabalho é uma importante estratégia para o atendimento a demandas emergentes da realidade, principalmente um momento econômico e político em que se exige do ensino superior público respostas eficazes e efetivas, tendo como princípio a qualidade do processo de formação. Ultrapassa-se assim, a lógica estritamente instrumental do trabalho do assistente social (GUERRA, 2000) quando este busca (re) construir os subsídios teóricos a partir das experiências concretas vivenciadas no cotidiano de trabalho.

No que diz respeito mais especificamente ao Curso de Serviço Social da UFSM, este é um curso noturno, com um perfil de ingressante bastante diverso tanto nos aspectos sociais, culturais e econômicos. Destacam-se entre os diferentes perfis de estudante, as demandas dos

alunos trabalhadores que diante de uma jornada integral diária de trabalho, vêm no Curso de Serviço Social da UFSM uma oportunidade de acessar ao ensino superior e com isso, uma maior mobilidade social (SEVERINO, 2008). A entrevistada 01, ex-coordenadora do Curso menciona como esse desafio transpassa ao processo de gestão.

Isso é uma particularidade, que, por exemplo, tem relacionado ao curso de Serviço Social, curso noturno, de alunos trabalhadores, em sua grande maioria, e que muitas vezes que a própria formação fica mais limitada no âmbito da sala e que isso poderia ser um dos processos que desafia muito mais a ter essa vivência, a viver o curso de Serviço Social e ai responderem a essas situações relacionadas às expressões da Questão Social. Vai muito, digamos assim, daquele aluno que consegue aproveitar os espaços que tem através de projetos, de núcleos, que consegue viver mais o espaço e a vida acadêmica (e01).

De acordo com a fala da gestora, a qualidade do processo de formação perpassa a vida acadêmica do estudante e suas possibilidades de vivenciar o tripé do ensino-pesquisa-extensão em sua integralidade. É importante ressaltar que o Curso de Serviço Social da UFSM foi impulsionado pela necessidade de formação a profissionais assistentes sociais no interior do estado, de forma a impactar na qualificação da mão de obra local e regional. É um Curso originário do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) sendo este instituído pelo Decreto nº 6.096 através do Plano de Desenvolvimento da Educação (2008).

Assim, em agosto de 2010 o Curso tem sua primeira turma de ingressantes, sendo ofertado no período noturno, corroborando com o ingresso de estudantes trabalhadores. Porém, conforme a fala supracitada da gestora o acesso ao ensino superior, por si só, não é uma garantia de formação equânime a todos os acadêmicos, ainda que vinculados ao mesmo Curso de Graduação. Os condicionantes sociais que, ao longo da história do ensino superior no Brasil, fecharam portas para pessoas em vulnerabilidade, não desaparecem quando os sujeitos se tornam acadêmicos. Essa constatação também está presente na fala da entrevistada 08, também gestora do Curso de Serviço Social da UFSM.

Cabe falar que é um curso noturno que tem suas peculiaridades, temos muitos estudantes trabalhadores que após a jornada de trabalho vêm às vezes cansados para sala de aula. Mas, é importante dizer que temos excelentes alunos se formando aqui, se inserindo em concursos, pós-graduação e mercado de trabalho (e08).

Ter entre seu corpo discente estudantes trabalhadores não se contrapõe necessariamente a uma formação de qualidade, conforme se pode destacar da fala da coordenadora. Para tanto se faz necessário conhecer o perfil do usuário da política e a partir dessa constatação planejar

políticas de inclusão e permanência. Dessa forma o acesso se dará em sua plenitude ao invés de servir apenas para apascentar os índices de renda da população universitária e perpetuar a desigualdade existente além dos muros da universidade.

Nesse sentido a Assistência Estudantil é uma importante estratégia de inclusão dos estudantes em vulnerabilidade social, que segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (ANDES, 2018) a partir de 2014, os estudantes com renda de até um salário mínimo e meio ocupam 66,2% dos estudantes em graduação, correspondendo, em 2018 a 70,2% no âmbito das universidades federais. Assim, a assistência estudantil nas universidades públicas objetiva viabilizar igualdade de oportunidades e combater a evasão e retenção decorrentes das condições sociais e econômicas. Dessa forma a UFSM é uma referência nacional na política de Assistência Estudantil tendo cobertura de ações e programas de até 20% do total de seus estudantes, entre ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação, custeada com recursos orçamentários próprios da Universidade (BRASIL, 2020).

No que se refere ao Curso de Serviço Social, a gestão considerou necessário ir além das medidas já instituídas no que diz respeito ao estabelecimento de programas, projetos e ações para garantia de uma formação de qualidade a todos seus estudantes. O Curso conta com o ingresso de 50 estudantes anualmente, tem como desafio, além das demandas sociais dos estudantes, também a oferta de campos de estágios para todos os acadêmicos com o necessário o cumprimento dos parâmetros legais estipulados pela Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como da Resolução 533 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Lei 11.788 que dispõem sobre todos os estágios em diferentes profissões.

Assim, como estratégia para combater a evasão acadêmica e proporcionar qualificação ao processo de gestão dos estágios, o Departamento de Ensino ampliou seu quadro funcional com a oferta da primeira vaga para uma Técnica Administrativa em Educação Assistente Social. Deu, portanto, um importante passo na formação inovadora e de qualidade que se propõem em seu Projeto Político Pedagógico (UFSM/PPC, 2010). Dessa forma abriram-se novas possibilidades de trabalho cuja finalidade era o alcance da qualidade na formação acadêmica dos discentes, bem como propiciar uma maior aproximação da universidade para com as instituições conveniadas e profissionais parceiros que acolhem os estudantes do Curso, especialmente os inseridos em estágio.

A atuação por assistentes sociais, não docentes, em espaços de gestão de estágios é uma proposta inovadora apresentada pelo Curso de Serviço Social da UFSM. Dentre as atividades estão o arquivamento de documentos de estágio, encaminhamento a campos de atuação, diálogo com assistentes sociais da rede municipal e regional para abertura, expansão, manutenção e fechamento de campos, bem como em projetos de extensão voltados aos estudantes em estágio e/ou aos supervisores de campo. A relevância da presença desse trabalho tem sido reconhecida como estratégica pela gestão do curso, como é possível perceber na fala da entrevistada 08, gestora pedagógica do Curso.

É um profissional estratégico que nós temos na gestão dos estágios com respeito à formação, por que ele vai justamente fazer a ponte e as mediações com outros profissionais supervisores de campo que são assistentes sociais, que vão construir essa aproximação e esse contato. Permite também que os futuros assistentes sociais, os alunos, se espelhem nesse profissional e desde a graduação vão aprendendo com ele, onde os estudantes podem vislumbrar os primeiros passos da profissão.

Portanto, o assistente social atuante em um Curso de Graduação e/ou junto a um Departamento de Ensino pode vir a ter entre suas competências o diálogo horizontal com diferentes instituições e políticas públicas, propiciando que a Universidade, através do Curso de Serviço Social, compreenda a realidade que se insere e melhor prepare os estudantes para as demandas complexas da atuação profissional. Esta na mediação entre a Universidade e as instituições que recebem os acadêmicos em estágio torna-se estratégica, enquanto uma ponte permanente de diálogo entre profissionais e docentes, o que propicia que a gestão pedagógica e administrativa do Curso compreenda na totalidade como ocorre o processo de estágios e possa em conjunto com os assistentes sociais do Curso e os supervisores de campo buscar respostas coletivas aos desafios que se apresentarem. Outro impacto positivo da presença do assistente social no Curso de Serviço Social, percebido pela gestão conforme fala das entrevistadas, é a criação de uma identificação dos acadêmicos para com esses profissionais, estimulando a construção de uma identidade profissional.

Além das atribuições e competências supracitadas os assistentes sociais do Curso de Serviço Social da UFSM também atuam também na organização de espaços de diálogo e capacitação profissional, através da oferta de dois encontros anuais, a Mostra de Estágios e o Fórum Local de Supervisão. A Mostra de Estágios, que em 2019 teve sua terceira edição, é um espaço onde profissional da rede, acadêmicos, docentes e assistentes sociais encontram-se e debatem sobre as políticas públicas que atuam a partir da ótica dos diferentes componentes da

tríade do estágio: supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários (LEWGOY, 2010).

Tem também como propósito dar visibilidade a comunidade acadêmica referente ao trabalho executado pelos assistentes sociais e estagiários nas políticas de saúde, assistência social, educação, habitação e defesa, assim como nos segmentos específicos do idoso, criança e adolescente, população em situação de rua, etc. Também é ofertado anualmente, desde o ano de 2016, através da coordenação da assistente social vinculada ao Curso, o Fórum Local de Supervisão de Estágios, espaço esse organizado para identificação das principais fragilidades e potencialidades, em nível local, regional e federal, que perpassam o estágio, a formação acadêmica e o exercício profissional.

Esse espaço viabiliza uma explanação pública da avaliação dos estudantes que já concluíram o estágio, referente a todo o processo que compõem esse momento único da formação, além do debate da legislação atual e das mudanças conjunturais que perpassam o trabalho do assistente social. Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2018) os Fóruns de supervisão de estágio são essenciais para o enfrentamento coletivo das dificuldades e desafios resultantes da contrarreforma da educação superior na defesa do projeto de profissão e de formação em Serviço Social. A ABEPSS ainda salienta que este espaço possui grande potencial na articulação de uma formação profissional e crítica.

Em 2018 o Departamento de Serviço Social ofertou uma segunda vaga para Técnica Administrativa em Educação Assistente Social. Com a inclusão dessa profissional outras frentes de atuação se tornaram possíveis, principalmente no que concerne ao acolhimento dos estudantes do Curso, enquanto uma estratégia de combate à evasão e a retenção acadêmica. À medida que os estudantes têm suas demandas acolhidas, encaminhadas a serviços da rede de proteção social, assim como compreendidas no âmbito do planejamento pedagógico e administrativo do Curso, menor o índice de evasão, proporcionando que a democratização do ensino superior se dê não somente a partir do acesso ao ensino superior, mas, também na conclusão deste com qualidade (ALONSO, 2018).

Essa frente de atuação também se destaca na fala da entrevistada 01, ex-coordenadora do Curso.

A demanda que se tem de alunas e alunos que com os mais diversos problemas e questões, relacionadas à sua formação e que nós docentes não teríamos como dar conta, mas que necessita de um estabelecimento e fortalecimento de vínculos para fazer esse

acompanhamento individual. Nós temos alguns casos relacionados à depressão, propensão ao suicídio, dificuldades de aprendizagem e a gente tem hoje, felizmente no curso, um setor que consegue abraçar e atender essa demanda, e inclusive fazer o devido encaminhamento quando necessário, pois, a gente tem esse canal rico, fortalecedor e inclusive reconhecido também pela nossa comunidade acadêmica. Acho um trabalho muito importante e que tem crescido muito no âmbito do nosso curso como um todo (e01).

Muitos são os atravessamentos possíveis, que ultrapassam a sala de aula e que podem vir a interferir no desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Como é possível compreender a partir da fala da entrevistada 01 diversas demandas, principalmente relacionadas à saúde mental, são percebidas pelos docentes no contato diário, porém, nem sempre este docente consegue estabelecer o vínculo necessário para a realização de um acolhimento individual, mas, também coletivo, posto que estas demandas são oriundas de questões materiais, sociais e políticas, ultrapassando o âmbito da sala de aula. A fala da entrevistada 08, também gestora do Curso corrobora com essa compreensão.

A presença das profissionais permite que a gente possa atender algumas situações inerentes ao curso, tanto quanto situações particulares de alunos, como questões de saúde mental, entre outras questões, como também permite pensar projetos para o próprio curso, envolvendo essa população como alvo de uma política pública de educação no campo do ensino superior. Então é um campo com muito potencial de trabalho. Com a nossa leitura de realidade, com a perspectiva do assistente social de sempre garantir a informação, ter essa leitura do perfil socioeconômico dos alunos agora em andamento, o perfil dos calouros, tudo isso contribui para que possamos melhorar a formação. Nós só temos a ganhar com a inserção do profissional, tomara que essa pesquisa e essa experiência possa ser levada e publicada, para que outras instituições formativas possam ter esse olhar, do quanto a presença desse profissional no curso é fundamental. (e08)

Segundo a coordenadora entrevistada a presença dessas profissionais tornou-se fundamental ao trabalho dedicado a formação de qualidade para com os discentes. Salienta, ainda, a importância de outras universidades replicarem essa experiência. Assim, como é possível compreender a partir das falas citadas as profissionais acompanham e encaminham os estudantes que demandam do serviço à rede de proteção social local e regional de forma a garantir o acesso à saúde e ao bem-estar dos estudantes, tendo por concepção que além de usuários da política de educação, os estudantes também são sujeitos de direitos que possuem diversas demandas de diferentes serviços e políticas públicas.

Nesse sentido, as principais atribuições relatadas vinculadas ao acolhimento dos estudantes nesse espaço de trabalho foram: acolhimento de calouros e demais estudantes do

Curso de Serviço Social, diálogo visando o resgate de estudantes evadidos, acompanhamento de alunos com deficiência e indígenas, que necessitem de condições específicas de acessibilidade para permanência e conclusão no Curso; acompanhamento e mediação institucional de estudantes em processo de atividades domiciliares em razão de doença ou gestação de risco; divulgação dos serviços oferecidos pela Universidade, bem como do Município e da Região e acolhimento das demandas dos alunos em estágio.

Cabe ressaltar que intervenção do assistente social deve ocorrer a partir de uma problematização do objeto da ação profissional através da busca por informações e análises consistentes (FRAGA, 2010). Nessa perspectiva, as profissionais realizaram o levantamento do perfil dos estudantes ingressantes no Curso, de forma a possibilitar uma melhor preparação pedagógica e administrativa para o atendimento das necessidades reais dessa população.

Considerando que a atuação em Cursos/Departamentos de Serviço Social em universidades públicas é um espaço ocupacional inovador, as profissionais buscaram respaldo na legislação, a exemplo do Código de Ética (CFESS, 1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ABEPSS, 2002) e da Resolução 533 do CFESS (2008), como também no estudo de referenciais práticos a partir da publicação do Conselho Federal de Serviço Social “Subsídios para atuação do Assistente Social na Política de Educação” (CFESS, 2014).

Este documento aborda a requisição dos profissionais, nas últimas duas décadas na política de educação principalmente no que concerne a concessão de bolsas, coordenação de programas e projetos relacionados à qualidade na formação e a permanência dos estudantes. Porém, o CFESS destaca que a qualidade da educação não pode ser assegurada a partir da ação de um único profissional, e que por isso, a busca pela qualidade deve perpassar a luta por uma educação pública, com recursos materiais, financeiros e humanos correspondentes.

Outra estratégia de atuação apresentada pelo CFESS (2014) é o atendimento individual a estudantes e suas famílias. O conselho alerta para o entendimento equivocado do fazer da política de assistência social estando inserido na política educação, pois, tal postura poderia ir de encontro da construção de ações intersetoriais. Assim sendo a atuação junto a indivíduos e famílias é necessária no sentido de possibilitar o enfrentamento a situações de ameaça, violações e não acesso a direitos sociais, mas, não deve ser entendida como a única e central forma de intervenção junto à política de educação.

Esta é uma das frentes de atuação das assistentes sociais vinculadas ao Curso, a partir da ampliação do quadro técnico, conforme mencionado acima. Uma estratégia interessante, adotada pelas profissionais, para tornar coletivas as demandas individuais é o fomento a participação em instâncias de controle social. Para o assistente social esta é também uma frente de trabalho, no sentido de atuar na construção de uma cultura de participação democrática no planejamento e execução das políticas sociais, possibilitando uma educação para o exercício da cidadania (CFESS 2014). Nesse sentido, as profissionais participam do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como atuam na coordenação do Núcleo dos Assistentes Sociais da Região Centro do RS, assim como possuem assento no Colegiado do Curso. No âmbito acadêmico, o Colegiado de Curso é uma instância deliberativa, em que representantes do corpo técnico e docente participam do processo de tomada de decisão dos principais temas de interesse do Curso. A participação das assistentes sociais é vista com uma potencialidade, conforme fala da entrevistada 01, ex-coordenadora do Curso.

Um destaque também é a inserção e participação de assistentes sociais técnicas do curso em espaços que também são decisivos, deliberativos, principalmente o próprio colegiado de curso. Ter assegurado esse espaço é muito rico para fortalecimento nosso como um todo, enquanto equipe e corpo técnico e docente.

Conforme relato da participante, a participação de profissionais com diferentes visões e vivências do ponto de vista pedagógico e administrativo tem auxiliado no processo de tomada de decisão, contribuindo assim no fortalecimento do corpo técnico e na busca pela oferta de uma educação de qualidade. Além das frentes mencionadas o Conselho Federal de Serviço Social ainda aponta duas estratégias de atuação profissional na educação: a dimensão da gestão da política de educação e a dimensão pedagógica e socializadora de informações (CFESS, 2012).

Quanto à inserção na gestão, essa se dá, a partir de uma concepção de gestão social, ou seja, de gestão das necessidades da população, através das políticas e programas sociais. O assistente social tem por competência o planejamento e a execução de ações que venham a responder as demandas sociais a partir de uma análise técnica dessa realidade (TORRES, et al, 2013). Também deve acompanhar a adesão desse usuário as ações propostas, bem como, avaliar a partir das metas e objetivos institucionais a efetividade das ações. Nesse sentido, as assistentes sociais atuam na assessoria a gestão pedagógica do Curso, ofertando pareceres técnicos no que diz respeito a legislação de estágio, abertura e fechamento de campos, encaminhamento de

convênios institucionais, bem como, no levantamento do perfil dos usuários, além de contribuírem no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A assessoria é uma estratégia de intervenção profissional inovadora frente às demandas contemporâneas, com grande relevância nos processos de formação, porém, é preciso elucidar o conceito de assessoria em Serviço Social, posto que a produção teórica se concentra no ramo da administração. Ferreira (1999) a define como a ação de auxiliar, apontar caminhos, tendo a intencionalidade de atender uma demanda posta e modificar a realidade. Segundo Matos

Contudo, é na universidade que a assessoria encontra um espaço privilegiado para se constituir, já que por meio do saber que envolve seus integrantes (alunos, professores e servidores técnicos administrativos) pode disponibilizar novos conhecimentos e se retroalimentar por meio do contato dinâmico com as demandas da sociedade (MATOS, 2009, p.6).

Portanto, os espaços de formação acadêmica são oportunos para a discussão e prática da assessoria em Serviço Social, diante do acesso à informação e a produção de conhecimento. É importante salientar, ainda segundo Matos (2009) que a assessoria não precisa ser vinculada necessariamente ao trabalho temporário, tampouco substitui o trabalho assistencial junto aos usuários, pois, a assessoria em Serviço Social deve objetivar a garantia do direito e acesso dos sujeitos, em respeito ao código de ética do assistente social (CFESS,1993).

Matos (2009) ressalta ainda a importância da clareza acerca da intencionalidade das ações de assessoria à gestão das políticas sociais, dando destaque à necessidade de pesquisa sobre a instituição e política que se insere, criação de projetos de intervenção e discussão deste processo com os partícipes da ação. Desse modo, transformar a formação e gestão do trabalho não é uma questão meramente técnica, contemplando uma mudança no âmbito das relações, nos processos e nas pessoas envolvidas. Implica assim, na articulação de ações e aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão (CECCIM e FEUERWERKER, 2004, p.10).

Já no que diz respeito à dimensão pedagógica do fazer profissional na política de educação, o CFESS aborda à atuação na socialização de informações no que diz respeito a direitos sociais, políticas públicas, bem como, da rede de proteção social presentes nos territórios (CFESS,2014). O CFESS também aponta para a importância das articulações entre as instituições que ultrapassem as fronteiras das universidades, de forma a contribuir na construção de redes que potencializem os direitos sociais. Porém, o conselho não detalha como essa

dimensão pedagógica influi na formação acadêmica em Serviço Social, muito embora, dá concretude a essa atuação.

Nesse sentido, além do acolhimento dos estudantes que necessitem da socialização de informações, direitos e serviços, as profissionais vinculadas ao Curso intervêm no acolhimento dos ingressantes, através da elaboração de documentos e explanação dos serviços presentes na Universidade e na região, bem como possíveis programas e benefícios sociais que estes estudantes podem vir a se inserir. Da mesma forma, intervêm também para com os estudantes formandos, os preparando para o pedido de inscrição profissional, preparação de currículo, concursos públicos e residência, através da socialização de sites e portais que concentram estas informações. Assim, as servidoras conseguem participar durante todo o processo de formação dos acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSM, desde o acolhimento aos calouros, durante o processo de estágio obrigatório e não obrigatório e também na preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

No entanto, segundo as entrevistadas a principal frente de trabalho neste espaço é participação na gestão dos estágios obrigatórios e não obrigatórios do Curso de Serviço Social. A participante 02 relata as atribuições e competências profissionais desenvolvidas neste espaço ocupacional e afirma ser o estágio a principal demanda de trabalho.

A demanda principal de trabalho é para com a gestão do processo de estágio dos alunos, em que acompanhamos e encaminhamos a entrada do aluno no campo, a partir dos convênios estabelecidos e também do perfil dos estudantes, como também coordenamos um projeto de extensão voltado a qualificação do estágio, e também algum trabalho mais burocrático, de seguro institucional, arquivamento e controle de alguns documentos dos estagiários. Também prestamos assessoria à coordenação do curso, fazemos acolhimento e atendimentos aos estudantes dando suporte a tudo que eles precisarem no ambiente acadêmico (e02).

As frentes de trabalho são, assim, diversas e mesmo as atividades definidas pela entrevista como “mais burocráticas” são executadas na tentativa de desburocratizar os processos, compreendendo que os documentos, seguros e matrículas dizem respeito a sujeitos, com uma história de vida e com muitas potencialidades individuais e coletivas. A centralidade do trabalho pautar-se nos estágios justifica-se, pois, o estágio em Serviço Social não é apenas uma disciplina curricular, tendo uma normativa específica, a partir da construção da Política Nacional de Estágios (PNE) definida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Segundo a PNE (2010) o estágio supervisionado curricular é um processo didático-pedagógico, caracterizado pela atividade teórico-prática, por meio da inserção do estudante nos espaços de atuação do

assistente social, sob supervisão de um profissional da área e de um docente da unidade de formação acadêmica.

Portanto, o estágio em Serviço Social é para além de apenas uma disciplina curricular, possuindo particularidades tanto metodológicas quanto legais, o que demanda um maior cuidado por parte da gestão referente ao estudo da lei, assim como do necessário fortalecimento do vínculo entre universidade e profissionais da rede de proteção social local e regional. Cabe ressaltar que a gestão do Curso reconhece os impactos na qualificação do processo de estágio, a partir da inserção das assistentes sociais, conforme fala da gestora a seguir.

Eu vejo como um espaço muito importante que revela a inserção de colegas no âmbito da educação a partir de uma perspectiva além da docência, que é exatamente a execução técnica do nosso trabalho. Principalmente dando ênfase ao nosso curso e enquanto ex gestora, consegui observar o quanto foi importante esse envolvimento, essa participação junto com as colegas assistentes sociais daqui no fortalecimento e da sistematização e organização das questões relacionadas ao estágio (e01).

Outra frente de trabalho destacada pela assistente social servidora do Departamento foi à coordenação e participação em projetos, programas e ações extensionistas voltadas à qualificação da formação de estudantes em processo de estágio. As profissionais veem desenvolvendo, desde o ano de 2016 um projeto de extensão que se dá através da coordenação de grupos quinzenais de debate, onde se discute questões relacionadas ao combate ao racismo, preconceito de gênero, orientação sexual, etnia, religião e etc, e como essas questões emergem no cotidiano profissional. Cotidiano esse que o estudante passa a vivenciar a partir de sua inserção em estágio, necessitando estar preparado para intervir nas demandas que surgirem.

Também nesse grupo preparam-se os estudantes em estágio para participação em atividades nas comunidades atendidas pelo projeto, capacitando-os para realização de visitas domiciliares, entrevistas e para o trabalho multiprofissional. A entrevistada 08, gestora do Curso, identifica um forte potencial das ações de extensão coordenadas pelas assistentes sociais na preparação dos acadêmicos para a vida profissional, bem como no intercâmbio de saberes promovido a partir do projeto.

Os projetos de extensão onde o assistente social vai estar efetivamente intervindo, a frente de determinadas demandas sociais da comunidade e vai estar levando os alunos, transmitindo o seu saber, com intercâmbio constante com os professores se atualizando e qualificando. Nós professores também tendo esse retorno da realidade e também nos inserindo conjuntamente na comunidade, então possibilita muitas trocas que são muito positivas dos saberes do assistente social para nós docentes e de nós docentes para esses assistentes sociais e para os alunos de uma forma geral. É onde os estudantes podem vislumbrar os primeiros passos da profissão (e08).

Dessa forma, o projeto baseia-se em uma concepção de educação contextualizada com a realidade dos participantes, utilizando-se de temáticas transversais e interlocução teórica prática. O ‘fio condutor’ dos projetos de extensão tem sido o controle social e a participação político-cidadã da profissão em diferentes espaços democráticos que direcionam e redirecionam os rumos das políticas públicas. Desde 2018, a principal frente de atuação comunitária tem sido a implantação da política do idoso no município de Itaara, Rio Grande do Sul, sendo esta uma cidade vizinha ao campus sede da UFSM. Foram desenvolvidas visitas domiciliares a aproximadamente 116 idosos do município, participação em grupo de convivência ofertado pela gestão municipal, bem como a construção de dois encontros intersetoriais entre as diferentes secretarias, representantes de entidades do terceiro setor, idosos, familiares, gestores públicos e equipe do projeto (assistentes sociais e estudantes em estágio) para planejamento da política pública.

Tendo em vista que o projeto foi renovado em 2020 e o mesmo encontra-se em andamento, espera-se neste ano a abertura do Conselho do Idoso do município de Itaara. Cabe destacar que desde o início do projeto aproximadamente 70 estudantes e 30 profissionais foram envolvidos nas ações, além da comunidade atendida. O projeto é ainda estendido a assistentes sociais da rede, através de capacitações e encontros para o estabelecimento de um diálogo permanente entre a Universidade e as instituições conveniadas.

No entanto, como os demais espaços ocupacionais, a atuação no ensino superior de uma Universidade Pública, apresenta desafios a serem enfrentados e superados, principalmente no que concernem as condições necessárias ao processo de supervisão de estagiários, conforme a fala da entrevistada 02.

Eu estou lotada em um lugar e desempenho minhas atividades, em exercício em dois lugares... Então legalmente há as condições para o trabalho, mas, como falei antes, o processo de trabalho do assistente social é muito mais do que isso, então acaba que ficando em dois lugares o profissional não se apropria totalmente e o processo de trabalho tu se apropria no cotidiano, o fazer profissional do dia a dia. E se eu não tenho isso eu não queria propiciar isso para o estagiário. (e02)

O principal desafio apresentado pela entrevistada se dá ao fato de estar atuando em dois setores diferentes da Universidade, com demandas diversas e que isto acabou interferindo no processo de supervisão de estágios em um dos campos em que a profissional atua.

No campo aqui da UFSM em que atuo na questão sócio jurídica, como demanda institucional eu faço a avaliação sócio econômica dos usuários, como critério principal basicamente os mesmos da defensoria pública. Eu acredito que, mesmo com a carga horária compartilhada, o processo de estágio foi muito rico, à medida que o estagiário foi para o campo, ele deu muitas contribuições para com o atendimento e acredito que auxiliou no processo de visibilidade da importância do campo, principalmente através do projeto de intervenção (e02).

Apesar do desafio, o processo de estágio teve impactos positivos no serviço prestado à população no campo sócio jurídico, contribuindo no atendimento e na visibilidade da atuação do assistente social neste âmbito. Aqui, percebe-se novamente o dado emergente das entrevistas para com os assistentes sociais da Política de Saúde: a relevância dos projetos de intervenção viabilizados pelos profissionais, docentes e estagiários, para com o serviço prestado pelas instituições.

No que tange as atividades no Curso, em 2019 foi ofertado à primeira vaga para estudantes em estágio obrigatório. A experiência promoveu uma série de reflexões sobre a constituição do espaço ocupacional, bem como, propiciou diversas mudanças no planejamento e execução das ações de forma a melhor atender as demandas dos estudantes. O estagiário pode vivenciar todo o processo de trabalho no campo, principalmente no que concerne a gestão dos estágios, acolhimentos e encaminhamentos, participação em reuniões de rede e dos conselhos de direitos e também de todas as etapas do projeto de extensão. Neste sentido a entrevistada 02 relata a importância do processo de supervisão

Acredito que o principal impacto é a gente rever sempre as nossas ações, fazer com a que a gente reflita bastante sobre as nossas atribuições e competências, não que deixe ficar de modo automático. O estagiário evita ainda mais que a gente faça o fazer sem pensar, para o assistente social estar em constante processo reflexivo é muito importante e ao fazer a supervisão com o estagiário a gente se coloca obrigatoriamente nesse processo reflexivo, esse é o principal impacto que o estagiário tem no campo.

Assim, compreende-se da fala da entrevistada trabalhadora da educação que como observado nas demais políticas públicas, o principal impacto do processo de supervisão de estágios para o assistente social servidor no ensino superior público é o estímulo à reflexão e o rompimento de processos de alienação no cotidiano profissional. Portanto conclui-se que a supervisão de estágios é um processo político e pedagógico, que demanda uma construção crítica e coletiva, capaz de vincular a prática profissional a um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Portanto, a atuação de assistentes sociais vinculados a Cursos de Graduação em Serviço Social ou Departamentos de Ensino, é um campo inovador de trabalho, em que se podem desenvolver diferentes estratégias de intervenção durante todo o processo de formação acadêmica, perpassando o acolhimento aos estudantes, gestão de estágios, preparação para o mercado de trabalho, coordenação de projetos de extensão e participação em projetos de ensino e pesquisa em Serviço Social. É um espaço onde as profissionais tem desenvolvido importantes competências técnicas, a exemplo da elaboração de perfil dos usuários, assessoria técnica a gestão, realização de visitas institucionais, participação em espaços deliberativos e de controle social, elaboração de relatórios e pareceres.

Este campo de trabalho possui aproximações com as competências exercidas pelos profissionais das políticas de assistência social e saúde, no que tange ao acolhimento aos usuários, no caso os estudantes enquanto usuários da política de educação, como também executam trabalho em rede e encaminhamento a serviços de proteção social e as demais políticas públicas. Outros pontos comuns observados com as demais políticas estudadas referem-se ao impacto positivo do estagiário no cotidiano de trabalho, ao promover processos de autoavaliação e reflexão, assim como, o reconhecimento da importância da construção de espaços de educação permanente, o qual será abordado em mais detalhes na seção a seguir.

A gestão pedagógica do Curso, a partir da percepção das entrevistadas, refere-se a esse trabalho como essencial à busca pela garantia da qualidade do processo de formação e com grandes possibilidades de ampliação e qualificação das estratégias desenvolvidas. Portanto, a atuação em Cursos de Graduação em Serviço Social é uma ótima oportunidade para a categoria profissional, em seu corpo técnico, intervir diretamente nos rumos da profissão, contribuindo para a formação de assistentes sociais éticos, comprometidos e capacitados para o atendimento das demandas da população com excelência.

Outra importante conclusão da pesquisa, no que se refere ao trabalho exercido por assistentes sociais no Curso de Serviço Social da UFSM é o desvelamento de um novo ator social no processo de supervisão de estágios, o que pode vir a superar o conceito tido até então da tríade, em que se reconhecem como partícipes apenas supervisores de campo, acadêmico e estudante. No momento em que há mais um profissional intervindo e qualificando esse processo, se vislumbra um possível quadrilátero de estágio em Serviço Social. Cabe destacar que essa

configuração apresenta-se com grande potencialidade na realidade estudada, embora este ainda seja um formato novo de acompanhamento/supervisão dos estágios em Serviço Social.

É importante destacar que a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE) apresenta as atribuições da Coordenação de Estágio, como uma esfera de organização e gestão da política de estágio, orientando as unidades a ofertarem esta esfera de organização. No entanto, na estrutura da UFSM, como também de outras universidades, não existe institucionalmente este cargo, inviabilizando a criação desta coordenação. Salienta-se que a PNE aponta que quando não há a instância da Coordenação de Estágios, as atribuições passam a somarem-se as demais responsabilidades da Coordenação do Curso.

Nesse sentido, a atuação de assistentes sociais que dentre outras demandas, atuam com centralidade na assessoria a gestão dos estágios tem sido uma estratégia potente do Curso de Serviço Social da UFSM de forma a ofertar o processo de estágio conforme prevê a PNE, tendo profissionais da área, em conjunto com a Coordenação do Curso, a frente do desenvolvimento das principais competências que seriam de uma Coordenação de Estágio. Garantem assim, a qualidade do processo de supervisão de estágios, traçando novos rumos de trabalho e incidindo na formação de futuros profissionais.

Conclui-se assim que, muitos são os desafios postos aos trabalhadores nas políticas públicas, mas, também muitos são os pontos comuns e potencialidades. Nesse sentido, os profissionais podem vir a desvendar estratégias coletivas de enfrentamento aos desafios que se interpõem a partir do diálogo com outros assistentes sociais que vivenciam cotidianamente desafios e possibilidades semelhantes. Nessa perspectiva, no próximo tópico, será apresentado o produto desta pesquisa, a partir dos resultados emergentes das entrevistas, principalmente no que diz respeito à percepção dos participantes sobre a necessidade de oferta de espaços de educação permanente.

8.2.4. Construindo a oferta de espaços de Educação Permanente: traçando trajetórias e redirecionando os rumos da atuação profissional na formação acadêmica em Serviço Social.

Os participantes da pesquisa, ao serem questionados sobre suas atribuições profissionais abordaram as atividades que desempenham em seu espaço ocupacional, mas, nenhum dos entrevistados elencou a supervisão de estágios. No entanto, esta apareceu no discurso dos

assistentes sociais nas perguntas seguintes, principalmente quando questionados sobre a influência da política pública em que atuam sobre o processo de supervisão, principalmente no que diz respeito aos hospitais universitários, enquanto espaços de formação. É possível também perceber na fala dos entrevistados, que mesmo não elencando como uma atribuição, estes percebem a relevância da supervisão para a formação de futuros assistentes sociais.

Acho que a supervisão é essencial, por que o estagiário vem com muitas dúvidas, bastante inseguro e a supervisão acaba tendo esse estreitamento de laços. Acho importantíssimo, pois, sem a supervisão o estagiário não tem a percepção de seu futuro profissional. (e12)

Assim, a entrevistada 12 aponta a relevância do processo de supervisão e estágio como essencial ao futuro profissional dos acadêmicos. O não reconhecimento da supervisão enquanto uma atribuição profissional pode vir a ser explicado pelo incentivo ainda incipiente a esta atuação durante o processo de formação acadêmica. Isto porque, durante o período do estágio o estudante se vê como estagiário, mas, é pouco trabalhado o que envolve ser supervisor de campo. Cabe ressaltar que a supervisão de estágios possui um carácter pedagógico e educativo, o que demanda conhecimentos e habilidades relacionadas ao processo de aprendizagem, conforme a fala da gestora 02.

Os assistentes sociais hoje que estão atuando, ao falar de estágio vão falar sobre o estágio deles, o supervisor deles, se referindo muito a esse diálogo com a experiência vivida. Mas em termos pedagógicos eu acho que a supervisão envolve questões da área da educação e que a gente não aborda. Assim eu acho que projetos de extensão que tenham essa proposta para capacitação contínua para supervisores de estágio, pode ser muito mais interessante do que ter isso na formação curricular do assistente social.

A gestora relata perceber que o “aprender a ser supervisor” se dá durante o processo de estágio, em que o sujeito é estagiário e tem como referência o profissional que o acolhe na supervisão de estágios. Ela também reconhece a ausência, no processo de formação, de conteúdos específicos que venham a preparar o assistente social para sua dimensão pedagógica. Sobre a função pedagógica do fazer profissional Abreo (2002) afirma esta que ocorre por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática. Esta afirmação corrobora com o pensamento de Conceição (2010) de que a dimensão pedagógica do assistente social está relacionada à capacidade profissional de ler e intervir na realidade em que insere em seus diferentes elementos políticos e culturais. Pode, assim, servir as necessidades de manutenção do capital como também constituir um espaço político para

transformação da sociedade, o que dá dimensão da importância, de além da preparação técnica, da orientação ético-política enquanto educador.

Cabe ressaltar que a dimensão pedagógica do fazer profissional já possui um reconhecimento teórico da área de conhecimento, porém, uma gama considerável dos estudos centra essa análise na política de assistência social, reconhecendo o trabalho do assistente social como um educador no sentido da orientação a população na identificação de recursos para a defesa dos seus direitos. Deixa, assim, de dar visibilidade ao fazer pedagógico do profissional indispensável à formação do próprio trabalhador assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (2002, p.3).

Portanto, o trabalho do supervisor é um eixo fundamental da formação do assistente social. O estudante não conclui seu processo de formação sem o estágio, da mesma forma que é vedado o estágio sem a supervisão do profissional. Ou seja, a necessidade de preparar esses profissionais para o seu fazer pedagógico é muito importante para a construção do perfil da categoria profissional conforme preconiza as Diretrizes Curriculares.

Ortiz (2016) aponta que o estágio ocupa centralidade na formação profissional em Serviço Social, sendo um espaço privilegiado para realização da síntese entre as diferentes competências e atribuições profissionais a serem desenvolvidas, bem como, a possibilidade de operacionalização das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesse sentido a autora destaca a relevância da supervisão de estágios, enquanto uma atribuição privativa do assistente social. Porém, ressalta que essa só cumprirá os objetivos a que se destina, se o supervisor compreender a sua função pedagógica no processo de estágios. Essa atribuição pedagógica do processo de supervisão de estágios é destacada pela entrevistada servidora do Departamento de Serviço Social.

A gente trata a supervisão como uma coisa muito natural, mas, ela tem um caráter pedagógico e tem que ser destacado isso, acaba que isso não é destacado em nenhum espaço. E esses espaços depois da formação são os espaços em que os supervisores encontram para dar conta dessa lacuna para oferecer uma supervisão de qualidade. Acho interessante a gente começar a pensar em um forma que isso fosse discutido na

formação, por que quem tá sendo formado hoje possivelmente vai ser supervisor um dia (e02).

Por conseguinte, ser supervisor demanda uma qualificação profissional para o desenvolvimento do fazer pedagógico. Para que o profissional supervisor de estágio assistente social consiga desenvolver suas competências pedagógicas, a aproximação com o ambiente acadêmico é oportuna e essencial. Ao mesmo tempo que se qualifica o processo de supervisão e a formação do acadêmico, o profissional se capacita para melhor atender as demandas da população (ORTIZ, 2016). Esse é o caráter estratégico do estágio, atuar, concomitantemente na formação acadêmica e profissional. Neste sentido Vasconcellos (1998) coloca que através do estágio é possível realizar assessoria às equipes de Serviço Social, através de um processo continuado de aperfeiçoamento das ações e atividades realizadas.

Emerge assim, a necessidade da Universidade comprometer-se com a qualificação dos trabalhadores que acolhem os estudantes em estágio, proporcionando espaços de educação permanente e diálogo. A fim de identificar possíveis fragilidades no processo de supervisão, durante a pesquisa, os assistentes sociais foram questionados referente a seu conhecimento a respeito da legislação e dos documentos orientadores de estágio. Percebe-se, que a grande maioria dos entrevistados afirma reconhecer a existência dos documentos, mas, não possuir domínio de seu conteúdo.

Segundo a entrevistada 09 “Na verdade, conheço pouco, mais em função do estagiário a gente acaba lendo mais sobre as legislações. Mas confesso que nunca me aprofundi muito na legislação”. Esse desconhecimento também esta presente na fala de outros entrevistados, a exemplo da entrevistada 11 “Olha para ser bem sincera, quando fiz o estágio eu li a Política Nacional de Estágio, mas, foi isso. Por que depois fica naquela coisa da prática profissional”. Assim, apenas um dos entrevistados afirma conhecer a legislação, “Tenho contato com a lei dos estágios, a política nacional, a resolução 533, acredito que conheço a legislação de estágios” (e02). Cabe destacar, no entanto, que a única participante que afirmou ter domínio da legislação atua junto ao Curso de Serviço Social, participando do processo de gestão dos estágios.

Segundo Legow (2016) os documentos e leis orientadores do processo de estágio referem-se à Lei 11788/2008, enquanto uma legislação geral as demais áreas de conhecimento, às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, a Lei de Regulamentação da Profissão, ao Código de Ética do Assistente Social, a Resolução nº533/2008 e a Política Nacional

de Estágio da ABEPSS. No entanto, mesmo sem um domínio das legislações, é possível perceber na fala dos entrevistados um reconhecimento acerca de sua importância e que esta é uma fonte de consulta sempre que surgem dúvidas, conforme fala da entrevistada 06: “É muito bom que a gente tenha essa legislação por que ela é um parâmetro. Então quando a gente está com os residentes, utilizamos os parâmetros preconizados pelo CFESS e para os estagiários, nós temos a legislação de estágio norteia”.

A entrevistada 06 relata que em sua inserção na formação acadêmica busca revisar os documentos orientadores, seja com residentes ou estagiários de Serviço Social. Percebe-se assim o conhecimento da existência destes documentos, mas, não é possível identificar na fala dos sujeitos uma real apreensão de seu conteúdo. Cabe ressaltar a importância da supracitada legislação a fim de garantir o perfil profissional alinhado ao projeto ético-político da profissão, e capacitado a exercer e articular suas dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas. Qualificar o processo de estágio qualifica, portanto, a formação e conseqüentemente o impacto social da profissão.

Segundo a gestora 01, a oferta de espaços de educação permanente pode vir a ser uma importante estratégia para qualificação do processo de supervisão.

Na condição de supervisor, também é gerado inseguranças, desafios então um processo de educação permanente é possível um trabalho de construção coletivo, pois, através de cursos, palestras, encontros é possível que esse supervisor tenha a oportunidade de falar sobre suas questões, sobre aquilo que inquieta, que meche, que desafia, que limita, com outros profissionais e partir de aí criar estratégias de enfrentamento.

É possível destacar da fala da ex-coordenadora, que esta percebe a educação permanente através de encontros, cursos, palestras como uma importante oportunidade de diálogo dos supervisores para que através do espaço coletivo os profissionais consigam construir caminhos em busca de um processo de supervisão qualificado, capaz de enfrentar os desafios que a realidade coloca. Também se faz presente na fala dos supervisores entrevistados o reconhecimento da importância da educação permanente para o atendimento das demandas pedagógicas vivenciadas no processo de supervisão de estágios.

A educação permanente vai cobrindo lacunas que você precisa preencher para não ficar formando um vazio ao longo prazo. A sintonia com a academia é essencial. E nós temos processos muito novos incorporados no nosso fazer. Eu perco minha referência de Previdência, e tenho que constituir isso de novo e se eu não for buscar essa informação, a gente fica pobre no fazer. Essa é uma construção que a gente tem que fazer para os alunos no campo de estágio, o nosso saber é construção, não pode se acomodar (e06).

A supervisora entrevistada relata que vê na educação permanente a oportunidade de preencher lacunas do processo de formação, assim como de atualizar-se diante de mudanças nas políticas, programas e projetos sociais, o que interfere diretamente no fazer e no ensinar a fazer. Essa concepção vai ao encontro da fala da entrevistada 07.

Com certeza, quanto mais capacitado tu estiver, melhora a qualidade tanto do trabalho e da supervisão. Qualificação profissional só vem a fortalecer o profissional e melhorar a qualidade da supervisão que ele vai dar. Eu já participei de alguns encontros, mas, em função da rotina de trabalho a gente não consegue participar de todos, mas na medida do possível a gente tenta por que a qualidade vai ser melhor da supervisão que tu vai oferecer.

Dessa forma o profissional pode ofertar uma supervisão de maior qualidade, assim como ensinar ao estudante a importância da constante atualização profissional. O contexto sócio histórico exige o aprofundamento da intervenção profissional na realidade, tendo como princípio norteador a afirmação da qualidade do exercício da profissão e a busca pela garantia do atendimento as necessidades dos usuários. Nesse interim, a Política de Educação Permanente do CFESS vai ao encontro do Código de Ética do Assistente Social, no que diz respeito ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Assim, propor espaços de educação permanente no Serviço Social é na verdade uma forma de afirmação do projeto profissional reconhecendo os limites e possibilidades do trabalho, como também objetiva a construção de respostas coletivas as demandas societárias (CFESS, 2012).

Por educação permanente Fernandes (2009) aponta que esta deve ser compreendida a partir de seu contexto político, social e econômico, a partir de uma concepção de educação para liberdade tendo sua raiz plantada em princípios éticos e políticos, direcionada a justiça social e emancipação humana, através da reflexão dos sujeitos pelos seus atos. Segundo o CFESS (2012) a formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, exigindo assim um deciframento permanente da realidade.

Neste sentido, a universidade pública tem a responsabilidade pela formação profissional durante o processo de graduação e para além dele, ocasionando, segundo Ceccim e Feuerwerker (2004, p. 17), oportunidades de ordenamento das redes de atenção e cuidados, qualificação das práticas profissionais e melhoria na qualidade dos serviços prestados para a população usuária das políticas. Novamente, a categoria da educação permanente se evidencia, demonstrando o potencial formativo das reflexões referentes às práticas de gestão e atenção aos usuários.

Diante destes apontamentos, percebe-se a necessidade de construir junto aos supervisores de estágio um processo sistemático e permanente de formação, alicerçado nos princípios de uma educação transformadora, em que os sujeitos se reconhecem no processo educacional e o constroem com a mediação de uma instituição formal de ensino. Diante desses resultados, esta pesquisa aponta para a construção de um produto que contemple a demanda dos supervisores de estágio de um espaço de educação permanente junto ao Curso de Serviço Social da UFSM.

Pretende-se a criação de um Curso de Formação para Supervisores de Estágios em Serviço Social, com oferta anual, a fim de preparar os assistentes sociais para o acolhimento de estudantes em estágio. Deverá ser ofertado, em sua primeira edição, nos primeiros meses do semestre letivo, de forma que o profissional possa sanar todas as suas dúvidas referente ao estágio em Serviço Social, se aproxime da legislação de estágio e como esta se evidencia no cotidiano de trabalho, bem como, fortaleça seus vínculos para com academia. Serão convidados docentes e técnicos assistentes sociais e educadores de forma a potencializar as estratégias que já vem sendo desenvolvidas junto aos estagiários, como também, vislumbrar novas possibilidades de atuação. Após a primeira edição o cronograma do Curso, bem como os temas articuladores de debate será apontado pelos participantes da edição anterior em processo de avaliação.

O Curso será organizado na modalidade Curso de Extensão, e possibilitará além da preparação para a supervisão que os participantes possam construir uma identidade coletiva e contribuir nos temas de debate, bem como no conhecimento a ser produzido coletivamente. Nesse sentido, as assistentes sociais, trabalhadoras do Departamento de Serviço Social e vinculadas ao Curso de Serviço Social da UFSM, atuarão como facilitadoras, instrumentalizando o grupo para as discussões. Assim, pretende-se com a oferta do Curso a criação de um espaço de diálogo e educação permanente, a fim de contribuir na qualificação do trabalho exercido por assistentes sociais e estagiários. Também, objetiva-se propiciar o diálogo entre diferentes profissionais de distintas políticas e instituições, proporcionado que os próprios profissionais visualizem os pontos comuns e divergentes entre seus desafios e potencialidades e contribuindo na busca por soluções articuladas tanto para a melhoria do processo de supervisão como para o atendimento a comunidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ocorrida nos anos de 2018 a 2020, começa a ser desenhada ainda em 2017, na primeira versão do projeto de pesquisa. Desde lá, muitos caminhos foram percorridos até esta versão final e diante dos achados do estudo, será possível pensar uma intervenção profissional que atue na qualificação da inserção do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social. Com a qualificação dos trabalhadores poderá haver resultados positivos no que concerne a melhoria do trabalho prestado por supervisores e estagiários, impactando positivamente na qualidade do atendimento às demandas sociais da população.

Foi possível vislumbrar, a partir da pesquisa, as principais atribuições e competências profissionais de diferentes políticas em que ocorrem os estágios em Serviço Social. Assim, partindo de diferentes percepções de realidade, percebem-se pontos comuns e divergentes nos discursos.

É possível identificar as atribuições e competências comuns às diferentes políticas, como o acolhimento e atendimento a usuários e famílias assim como o encaminhamento a rede de proteção social. No entanto, percebem-se também diferenças relacionadas à política específica em que o profissional se insere a exemplo da coordenação da política de saúde mental, no caso do CAPS, ou a notificação de situações de violência, relatada pelos entrevistados do HUSM.

Da mesma forma os profissionais vinculados à política de assistência social possuem atribuições relacionadas aos serviços, benefícios e programas previstos enquanto dispositivos desta política pública. O mesmo ocorre com a educação, que também tem demandas comuns e demandas específicas referentes à atuação no processo de formação como, por exemplo, da coordenação de projetos de extensão. É importante salientar, no entanto, que tanto para a política de assistência (municipal) quanto para a educação (federal) não foi possível estabelecer um comparativo, posto que a UFSM não dispõem de serviços enquadrados na política de assistência social e nem a Prefeitura Municipal de Santa Maria dispõem, até o momento, de profissionais assistentes sociais em sua rede de ensino.

Destaca-se, da fala dos entrevistados, conforme referido na seção anterior, a não inclusão da supervisão de estágios no rol das atribuições profissionais. É um elemento de realidade significativo, quando nenhum dos entrevistados apontou a supervisão como uma atribuição ou competência. Não se deve, porém, aligeirar as conclusões atribuindo aos profissionais o

menosprezo a supervisão, muito pelo contrário, todos os entrevistados afirmaram que o estagiário promove processos de reflexão o que faz com que o profissional procure fazer cada vez melhor o seu trabalho.

Assim, os resultados nos remetem a compreender que se trata de uma lacuna conceitual, teórica e até do marco legal no que diz respeito à compreensão sobre o significado social da supervisão de estágios em Serviço Social. Logo, é preciso aproximar os profissionais supervisores do debate das atribuições e competências profissionais, instrumentalizando e potencializando o diálogo entre os trabalhadores de forma que os próprios trabalhadores construam novos conceitos e concepções a partir do coletivo.

Dos desafios visualizados na pesquisa, destaca-se o sigilo profissional que em muitas situações é inviabilizado em sua plenitude pelas condições materiais dos campos de trabalho. Esse resultado emergiu tanto na política de assistência social, quanto na política de saúde. Mas, cabe ressaltar o esforço dos assistentes sociais em construir diferentes estratégias para preservação das informações dos usuários, ainda que sem as condições ideais. De alguma forma ou outra, esses desafios atravessam o processo de estágio, seja diretamente no campo em que se insere o estagiário ou em uma instituição parceira do trabalho em rede.

Portanto, em sua inserção como supervisor de estágio o assistente social desenvolve atribuições e competências específicas da política e do âmbito em se insere como também é possível visualizar congruências, entre as diferentes políticas. O mesmo ocorre com as potencialidades e desafios, principalmente no que diz respeito ao desmonte das políticas sociais e seu processo de precarização. Este desmonte se dá desde o acesso a política pública, como também nas condições de permanência dos sujeitos nas instituições e serviços para que de fato consigam ter o seu direito garantido em sua plenitude.

Outra conclusão relevante da pesquisa trata-se, da concordância dos entrevistados, docentes e técnicos, que a supervisão de estágios possui uma dimensão pedagógica. O supervisor de estágios ensina instrumentos e técnicas, mas, vai, além disso, norteando os estagiários em dilemas éticos e políticos e utilizando do referencial teórico disponível pela academia para operar transformações nos campos de estágio. Ser supervisor de estágios é participar do processo de formação da identidade profissional, sendo uma oportunidade única de incidir sobre o futuro da profissão. Portanto, demanda uma preparação para essa intervenção através de espaços que não

sejam limitados apenas durante o processo de graduação, mas também ofertados a profissionais formados inseridos nas políticas públicas.

Os assistentes sociais entrevistados concordam sobre a importância da educação permanente no exercício da supervisão de estágio. Alguns profissionais relataram diversos entraves à continuação do processo de formação, como a sobrecarga de trabalho e a não liberação da instituição para participar em atividades formativas. Porém, foi unânime entre as falas a importância de espaços coletivos de diálogo e formação tanto para ser supervisor, como para o trabalho que executam frente à comunidade. Alguns entrevistados remeteram-se ao Código de Ética, ressaltando o aprimoramento contínuo profissional é um compromisso do assistente social.

A partir da pesquisa, emerge a importância da Universidade enquanto uma instituição socialmente referenciada e espaço de construção do saber voltar sua atenção à comunidade que a cerca, apreendendo e ensinando, a partir do atendimento das demandas que dela emergem. Portanto, conclui-se que há a necessidade de construção de oferta de espaços de educação permanente aos supervisores de estágios. Dessa forma teoria e prática se retroalimentam e se constituem como objetiva o estágio em Serviço Social.

A partir da pesquisa também foi possível vislumbrar que há um campo novo de atuação para o profissional assistente social junto à formação: os Cursos e Departamentos de Ensino em Serviço Social. Através da pesquisa conclui-se que para a gestão pedagógica e administrativa do Curso de Serviço Social da UFSM este trabalhador tornou-se essencial, contribuindo significativamente com a gestão dos estágios, combate a evasão e retenção dos acadêmicos, bem como no acolhimento e preparação para o mercado de trabalho.

Abre-se assim, para a profissão uma nova oportunidade de atuar no futuro da categoria profissional, incidindo na qualidade da formação acadêmica em Serviço Social e possibilitando a ampliação do debate acerca da tríade do estágio, formando um possível quadrilátero. Um novo ator social no processo de supervisão de estágios pode contribuir na mobilização do debate referente a este momento impar na formação em Serviço Social, assim como, aproximar, através de processos de mediação a Universidade dos profissionais, serviços e instituições que compõem a rede de proteção social. Logo, este profissional é estratégico no que tange a concepção ética e política em que a Universidade, enquanto uma instituição pública da política de educação deve estar intimamente articulada com as demandas da sociedade.

Além da articulação dos estágios em Serviço Social, o assistente social não docente trabalhador de Departamentos de Serviço Social em universidades públicas, pode vir a contribuir na qualidade do processo de formação desde a entrada do estudante na universidade à preparação para o mercado de trabalho. Uma possibilidade de ampliação desta intervenção para além da Graduação é a construção de espaços de educação permanente, em que os profissionais vinculados a Unidade de Ensino possam atuar como facilitadores de processos de diálogo, negociação e qualificação entre profissionais técnicos, docentes e estudantes.

Por fim, é importante retomar a questão do impacto do estagiário no cotidiano do supervisor de estágio. É muito relevante o resultado da pesquisa quando todos os profissionais, sem exceção, salientam que o estagiário contribui no pensar o fazer, promove processos de reflexão e aprendizado para ambos os envolvidos. Em tempos de fragilização das políticas sociais, em que o profissional se vê desafiado a atender as demandas populacionais com escassez, muitas vezes, de recursos humanos e materiais, em que a desigualdade social se aprofunda, e há uma ideologia política que caminha na naturalização dessa desigualdade, ser supervisor de estágios é uma estratégia de resistência à alienação do trabalho. Vai ao encontro dos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão e contribui na construção dos rumos da categoria profissional. Essa é uma das principais conclusões da pesquisa: a supervisão de estágio em Serviço Social é um ato pedagógico, mas, também e principalmente, político.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Política Nacional De Estágio Da Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa Em Serviço Social.** ed. revisada, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai2010_corrigeida.pdf> Acesso em 10 dez. 2018.
- ABEPSS. **Diretrizes curriculares para os cursos de serviço social resolução nº 15, de 13 de março de 2002.** Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf> Acesso em 30 de abril de 2020.
- ABEPSS. **Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social.** Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/parametros_para_organizacao_2018-01812061313072227140.pdf> Acesso em 24/05/2020.
- ABREO, A. C. **Contemporaneidade e serviço social: Contribuição para interpretação das metamorfoses societárias.** Londrina: Editora UEL, 1999.
- ABREU, M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.
- AGAPITO, A. P. F. **Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização.** *Temporalis*, v.16, n32, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064>> Acesso em 01 de dez. 2018.
- AGUIAR, M. C. C. **Um olhar sobre desafios da gestão didático-pedagógica no Ensino Superior.** *rev. Proposições*, v. 27, n.3, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n3/1980-6248-pp-27-03-00221.pdf>> Acesso em 01 de dez. de 2018.
- ALMEIDA, K. K.O. **A dimensão técnico-operativa no serviço social e o instrumental técnico-operativo desta profissão: pontos para reflexão.** I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Londrina: 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/2_a_dimensao_tecnico...pdf> Acesso em 30 de mar. de 2020.
- ALONSO, K. M. **A expansão do ensino superior no brasil e a EAD: dinâmicas e lugares.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, 2010. Disponível em: <<http://ww.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>> Acesso em 03 de dez. 2018.
- ANA, R. S, CARMO, O. A, ORTIZ, F. G. **A universidade pública e os desafios postos a formação em serviço social no Brasil.** *Serv. Soc. e Saúde*, v. 15, n.1, Campinas, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/download/8647306/14258>> Acesso em 01 de dez. 2018.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>> Acesso em 30 de mar de 2020.

ASSIS, R. M. **O método em Marx.** Cad. Pes., São Luís, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4147/4370>> Acesso em 08 de Jan. de 2018

AZEVEDO, I. S; FREIRE, T. S; SANTOS, M. S. **A sobrecarga do capital nos espaços sócio ocupacionais do assistente social.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20190>> Acesso em 01 dez. de 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** 9 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Lei 8.662 de 07 de junho de 1993.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em 02 de out. de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em 30/04/2020.

BRASIL. **Norma Operacional Básica SUAS.** Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>> Acesso em 30 de mar. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>
Acesso em 30 de mar de 2020.

BRASIL. UFSM. **Referência no Brasil, assistência estudantil da UFSM pode ser comprometida por contingenciamento.** Disponível em:
<<https://www.ufsm.br/2019/07/30/referencia-no-brasil-assistencia-estudantil-da-ufsm-pode-ser-comprometida-por-contingenciamento/>> Acesso em 30 de mar. de 2020.

CFESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília: 2012.
Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf > Acesso em 30 de mar. de 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BADELI, A.N; BARROS, M. S. F; ALTOÉ, A. **Desafios para o professor na sociedade da informação.** Educ. rev. 2012, n. 45. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01040602012000300011> Acesso em 01 de dez. 2018.

BRASIL. **Lei 8.662, de 7 de Junho de 1993.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8662.htm > Acesso em 01 dez. de 2018.

BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 06 de out. 2018.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm >. Acesso em: 12 de out. 2018.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 de nov. 2018.

BARREIRO, I. M. F. TERRIBILI, A. **Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões.** Avaliação de políticas públicas na educação, v. 15, n. 54. Rio de Janeiro: Ensaio, 2007.

BULLA, L. C. **O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, 2017. Disponível em:
< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0143.pdf> > Acesso em 01 de dez. 2018.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados**. Rev. katálysis. 2016, vol.19, n.3. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000300389&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em 29 de jan. de 2020.

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social**. Temporalis, [S.l.], v. 16, n. 32, p. 97-121, fev. 2017. Disponível em:
< <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/14006/pdf>> Acesso em 01 dez. de 2018.

CARVALHO, C. H. A. de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. Rev. Inst. Estud. Bras., Jun 2014, no.58, p.209-244. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n58/a10n58.pdf>> Acesso em: 02 de nov. 2018.

CFESS. **Subsídios para atuação do Assistente Social na Política de Educação**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-DUCACAO.pdf> Acesso em 01 de dez. 2018.

CFESS. **Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 5 nov. 2018.

CFESS (Org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.
Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>
. Acesso em: 5 nov. 2018.

CFESS. **Resolução 493/2006**. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/37> >
Acesso em 24/05/2020.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2014a. v. 2. Disponível em: .
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>
Acesso em: 5 nov. 2018.

CHAUI, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n.24, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em 13 dez. 2018.

CLOSS, T.T; MACHADO, G. S; ZARACARIAS, I. R. **Fundamentos e tendências da formação profissional na escola de serviço social de Porto Alegre (1945-1954)**. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em:
< <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20193> >Acesso em 01 de dez. 2018.

COLLIS, J.; E HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração – Um guia Prático para alunos de Graduação e Pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2. Ed., 2005.

CONCEIÇÃO, D. G. **O Serviço Social e Prática Pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social.** Serviço Social em revista, v. 12. Londrina: 2010. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542/6830> > Acesso em 24 de jan. de 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998. FARAH, B. F. **Educação em serviço, educação continuada, educação permanente em saúde: sinônimos ou diferentes concepções?** Revista APS, v.6, n.2, p.123-125, jul./dez. 2003. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Tribuna.pdf> > Acesso em 04 de Julho de 2018.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no Cotidiano: fios e desafios. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, out./dez. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/07.pdf> > Acesso em 29 de Jan. de 2020.

FERNANDES, R. M.C. **Educação Permanente e políticas sociais.** Campinas: Papel Social, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRAGA, Cristina Kologesi, **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Revista Serviço Social e Sociedade n.101. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURLANI, L. M. T. A claridade da noite: os alunos do Ensino Superior noturno. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2239/2197>> Acesso em: 21 de nov. 2018.

FORTI, L. **Nexos entre capitalismo, noção de competência e políticas públicas.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20144> > Acesso em 01 de dez. 2018.

GAGNETEN, M.M. **Hacia una Metodología de Sistematización de La Práctica.** Buenos Aires: Humanita, 1987.

GUERRA, I. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa.** In: A supervisão de estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GUERRA, I; REPETTI, G. J; FILHO, A. A; SILVA, P. B. S; ALCANTARA, E. L. C. **Atribuições, Competências, Demandas E Requisições: o trabalho do assistente social em debate.** Anais XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf> > Acesso em 24 de jan. de 2020.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf> > Acesso em 01 de maio 2020.

IAMAMOTO, M.V.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social 2 ed.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: Atribuições privativas do assistente social em questão. 1ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <<https://mapaosce.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?municipio=4316907>> Acesso em 30 de mar. de 2020.

JUNIOR, S. S. OLIVEIRA, C. M. MELO, P. A. MELLO, S. P. T. **Dez anos de Políticas Públicas de gestão de pessoas para as IFES: Os impactos para os técnico-administrativos em educação.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171280/OK%20%20101_00456.pdf?sequence=1 > Acesso em 01 de dez. de 2018.

LACERDA, L. E. P. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/03.pdf> > Acesso em 01 dez. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, SP:Atlas, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. de S. **Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012.** Educ. Real., Jun 2016, vol.41, no.2, p.383-406. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n2/2175-6236-edreal-41-02-00383.pdf>

LIRA, A. M, BENETON, E. J. OLIVEIRA, J. A, COSTA, I. GONÇALVES, R. F. **Aplicações do conceito de qualidade no ensino superior.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer -

Goiânia, v.9, n.17, 2013. Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013b/CIENCIAS%20HUMANAS/APLICACOES.pdf>>
Acesso em 01 de dez. de 2018.

LIRA, L. C. D; BARROS, J. C. **A política de educação permanente na gestão do trabalho no suas.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20133> >Acesso em 01 de dez. 2018.

MACIEL, A. L. S. **Reflexões contemporâneas do campo científico de Serviço Social sobre a formação.** R. Katál. Florianópolis, v. 19, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v19n3/1414-4980-rk-19-03-00315.pdf> > Acesso em 01 de dez. de 2018.

MACIEL, A. L. S. **Formação de profissionais para políticas públicas: exigências contemporâneas.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20139> >Acesso em 01 dez. de 2018.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Centauro, 1984.

MATOS, Maurilio Castro. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica.** In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

MATOS, M.C. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf> >Acesso em 01 dez. de 2018.

MAGALHÃES, M. E. OLIVEIRA, A. R. CUNHA, N. R.S. LIMA, A. T. F. C. CAMPOS, D. C. S. **A política de treinamento dos servidores técnico administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição.** Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro, v.44, n.01, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n1/v44n1a04.pdf>> Acesso em 01 de dez. de 2018.

MARANHÃO, J. D.; VERAS, R. M. **O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepção dos estudantes.** Avaliação, v. 25, n. 96. Rio de Janeiro: Ensaio, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n96/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500854.pdf> Acesso em: 14 mai. de 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** São Paulo: Cortez, 1989;

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, R. C. T; NOGUEIRA, V. M. R. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** R. Katál., v. 16, n. esp. Florianópolis: 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005 > Acesso em 1 dez. 2019.

MORAES, J; MARTINELLI, M. L. **A importância da categoria mediação para o Serviço Social.** Anais do XX Seminário LatinoAmericano de Escuela de Trabajo Social. Córdoba: Universidad Nacional de La Plata, 2012. Disponível em:

< <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf> > Acesso em 29 de Jan. de 2020.

OLIVEIRA, M. A. B; CHAVES, H. L. A. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, 2017. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0143.pdf> > Acesso em 01 de dez. de 2018.

OLIVEIRA, J. L. **O processo de trabalho do Assistente Social e sua abordagem com moradores de rua.** Tese apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, H. M.F; MIRANDA, A. P. R; SOUZA, F. M. **Precarização do trabalho e exercício profissional nos serviços de saúde.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20197>> Acesso em 01 de dez. 2018.

OLIVEIRA, S. B. **Serviço Social: Políticas e transversalidades no Pampa.** São Borja: Faith, 2012.

ORTIZ, Fátima Grave. **A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.** In: A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, A. L. C, SILVA, A. B. **As competências gerenciais nas instituições federais de educação superior.** CADERNOS EBAPE.BR, v. 9, Edição Especial, artigo 9, Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9nspe1/v9nspe1a10.pdf>> Acesso em 01 de dez. 2018.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma gerencial e legitimação do estado social.** Revista de Administração Pública, n51. Rio de Janeiro: FVG, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-01-00147.pdf> > Acesso em 24 de jan. de 2020.

PEREIRA, L. D; FERREIRA, A. T. S; SOUZA, A. C. V. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social ead e presenciais.** Temporális, Brasília (DF), ano 14, n. 27, 2014. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/larissa-dahmer-201608180321055791560.pdf> > Acesso em 03 dez. 2018.

PEREIRA, L. D. **A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social.** Revista Políticas Públicas, v. 14, 2010. Disponível em:

< <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/426/819> >

PEREIRA, L. D. **Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social.** In: A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PINTO, M. B. **Mudanças no trabalho do assistente social: exercício e formação profissionais.** In: A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Maria Helena Elpidio Abreu (orgs). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto.** Textos & Contextos v. 11. Porto Alegre: PUCRS, 2012.
Acesso em 01 dez. 2018.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CEAD/UnB: Brasília, 2009.

RAICHELIS, R. Proteção Social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo. 2013 Disponível em:
<<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/raichelis-raquel-201608060404524121920.pdf>>
Acesso em 03 de dez. de 2018.

RIBEIRO, M. C. R. **A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais.** Revista Internacional de Educação Superior (RIESUP). v. 3, n.2, 2017. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650609> > Acesso em 01 de dez. de 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização, do pensamento único a consciência universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, D. A. **O Trabalho do assistente social e seus desafios na contemporaneidade.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20195> > Acesso em 01 de dez. 2018.

SANTOS, D. J, SILVA, D. T. **Fundamentos históricos do serviço social brasileiro e o projeto ético político profissional: uma história em construção na unigranrio.** Revista Moitará, v. n.1, 2015.
Disponível em:
< <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/mrss/article/view/3021/1400> > Acesso em 01 de dez. de 2018.

SARMENTO, H. B. M; VENÂNCIO, C. M. **A instrumentalidade do Serviço Social: o processo constituinte da profissão, racionalidades constituídas e linguagem.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20189> > Acesso em 01 dez. de 2018.

SEVERINO, A. J. **O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios.** Educar, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06.pdf>> Acesso em 30 de mar. de 2020.

SILVA, E.L; MACHADO, L. O.R. **Diário de bordo: refletindo a supervisão de estágio em serviço social.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20192>> Acesso em 01 de dez. 2018.

SIMÕES, C.F. **Acesso e permanência no ensino superior: o caso da ESR/UFF.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20135>> Acesso em 01 dez. de 2018.

SOBRAL, O. J. **Ensaio sobre o método de pesquisa marxista: uma perspectiva do materialismo dialético.** Revista Científica FacMais, Volume. II, Número 1. Ano 2012/2º Semestre. Disponível em: <<http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/1.ENSAIO-SOBRE-O-M%C3%89TODO-DE-PESQUISA-MARXISTA-Osvaldo-Jos%C3%A9-Sobral1.pdf>> Acesso em 05 de Jan. de 2018.

TERRIBILI FILHO, A.; QUAGLIO, P. **O cenário urbano para o estudante do Ensino Superior noturno na cidade de São Paulo: triste realidade ou palco de heróis?** Millenium, v. 9, n. 31, p. 74-87, mai. 2005.

TORRES, M. M; LANZA, L. M. B. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas.** Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n.1, 2013. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2979/4107>> Acesso em 03 de dez. de 2018.

TORRES, M. M; LANZA, L. M. B; SILVA, C. N; CAMPOS, E. C. **O trabalho do Assistente Social nas políticas públicas: desafios cotidianos.** Anais VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/o-trabalho-do-assistente-social-nas-politicas-publicas_-desafios-cotidianos.pdf> Acesso em 13 dez. 2018.

TORRES, M. M; LANZA, L. M. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas.** Argumentum, vol. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2979/4107>> Acesso em 1 dez. 2018.

TORRES, M. M; LANZA, L. M; SILVA, C. N; CAMPOS, E. C. **O Trabalho Do Assistente Social Nas Políticas Públicas: desafios cotidianos.** Anais XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>> Acesso em 24 de jan. de 2020.

VALMORBIDA, S. M. I; ENSSLIN, S. R; FELIU, V. M. R. **Avaliação de desempenho para auxílio na gestão de universidades públicas: análise da literatura para identificação de oportunidades de pesquisa.** Rev. Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília, v. 17, n.3, 2014. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/520/pdf>> Acesso em 01 dez. 2018.

VARGAS, H. M. PAULA, M. F.C. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado.** v. 18, n. 2. Campinas, Sorocaba: Ensaio, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf> Acesso em: 08 dez. 2018.

VINUTO, J. **A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto.** Temáticas, Campinas, v. 22, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/2144/1637>> Acesso em: 03 de maio 2019.

YASBEK, M. C. **O significado sócio histórico da profissão.** In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

WALHERS, M. L.S; OLIVEIRA, A. H. S. **O estágio supervisionado em serviço social frente a contrarreforma educacional.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20194>> Acesso em 01 dez. 2018.

ANEXO A INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO ENTREVISTA ASSISTENTES SOCIAIS

Nome do participante (OPCIONAL):
I – Instituição que atua:
II - Tempo de Serviço na instituição:
III - Política Pública em que atua:
IV - Tempo em que atua como supervisor de estágios:
V - Tempo de formação como assistente social:
VI- Quais os espaços de atuação do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social você já participou? <input type="checkbox"/> Supervisão de Estágios <input type="checkbox"/> Preceptoria da Residência <input type="checkbox"/> Participação em aulas e eventos acadêmicos <input type="checkbox"/> Participação em Projetos de Extensão <input type="checkbox"/> Participação em Projetos de Pesquisa <input type="checkbox"/> Outro Qual? _____
VII- Quais são as suas atribuições e competências profissionais desenvolvidas no espaço sócio ocupacional em que você atua?
VIII- Qual o impacto que a presença de um estagiário exerce sobre o seu cotidiano de trabalho?
IX- Qual a sua percepção sobre a importância e significado da supervisão de estágios em Serviço Social?
X- Na sua concepção como supervisor de estágios: A política pública em que você se insere influencia no exercício das atribuições e competências relativas ao processo de

supervisão de estágios? Por quê?

XI- A presença de um estagiário, interfere na sua capacidade de negociação e mediação junto ao gestor da política pública em que você atua?

XII- Quanto às condições de trabalho propiciadas pelo gestor, você considera suficientes para o processo de supervisão de estágio conforme preconiza a legislação? Justifique.

XIII- Você conhece a legislação de estágio em Serviço Social? Comente.

XIV- Durante sua formação você teve alguma disciplina que refletisse sobre o papel da supervisão de estágios? Se sim, qual?

XV- Durante sua formação você teve alguma disciplina que refletisse sobre atribuições e competências profissionais? Se sim, qual?

XVI- Você acredita que a educação permanente poderia contribuir para a qualificação do processo de supervisão de estágios? Por que?

XVII- Você conhece outro assistente social servidor público municipal ou da UFSM que poderia contribuir com a pesquisa?

XVIII- Há outras questões pertinentes à temática não abordada na entrevista que você gostaria de comentar?

ROTEIRO ENTREVISTA GESTORES (COORDENADORES E EX-COORDENADORES) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

Nome do participante (OPCIONAL):
I – Tempo de Serviço na instituição:
II - Tempo na Coordenação do Curso de Serviço Social da UFSM:
III - Na sua condição de gestor pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSM, você considera que as diretrizes curriculares da ABEPSS norteiam a realidade local da implementação e desempenho do processo de estágios em Serviço Social?
IV - Quais os principais desafios vivenciados pelo Curso de Serviço Social da UFSM para o alinhamento com as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS?
V - Quais as principais potencialidades observadas do Curso de Serviço Social da UFSM para o alinhamento com as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS?
VI- Ao final do processo de estágio e formação acadêmica realizado pela universidade, você considera que o profissional está capacitado a responder as contradições postas pelas expressões da Questão Social nos espaços ocupacionais de atuação?
VII- Como a gestão compreende a atuação de técnicos de assuntos educacionais assistentes sociais junto ao Curso de Serviço Social da UFSM? Qual o significado que este profissional ocupa perante a gestão?

VIII- De modo geral, você considera que as condições de trabalho propiciadas pelos gestores nas diferentes instituições que os estudantes se inserem, são suficientes para o processo pedagógico do estágio conforme preconiza a legislação? Por quê?

IX- Enquanto docente e gestor, você considera que o processo de graduação, prepara os profissionais para serem supervisores de estágios de acadêmicos do Serviço Social? Justifique.

X- Você considera que a oferta de educação permanente aos supervisores de estágios do Curso de Serviço Social da UFSM poderá vir a contribuir na implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS no âmbito regional em que UFSM se situa?

XI- Há outras questões pertinentes à temática não abordada na entrevista que você gostaria de comentar?

APÊNDICE A: AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

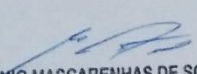
Eu **Marco Antonio Mascarenhas de Souza Lopes**, abaixo assinado, responsável pela Secretaria de Gestão e Modernização Administrativa, autorizo a realização do estudo **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA INSERÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL**, a ser conduzido pelos pesquisadores Thaesa Jesana da Silva Bacellar e orientador Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data 24/5/2019.

Assinatura e carimbo do responsável institucional


MARCO ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA LOPES
Secretário de Município de Gestão e
Modernização Administrativa



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Marcia Helena do Nascimento Lorentz, abaixo assinado, responsável por Pró Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM, autorizo a realização do estudo **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS EM SUA INSERÇÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL**, inscrito no SIE sob número 051229 a ser conduzido pelos pesquisadores Thaesa Jesana da Silva Bacellar, Assistente Social do Departamento de Serviço Social, mestranda do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas desta universidade, bem como seu orientador Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Santa Maria,

Marcia Helena do Nascimento Lorentz

Pró Reitora de Gestão de Pessoas

UFSM

Marcia Helena do Nascimento Lorentz
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

APENDICE B MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: **O Trabalho Do Assistente Social No Ensino Superior Público: Atribuições E Competências Em Sua Inserção Na Formação Acadêmica Em Serviço Social**

Pesquisador responsável: Mestranda Thaesa Jesana da Silva Bacellar e Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Instituição/Departamento: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria.

Telefone e endereço postal completo: 5532209668; 55999766656. Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3339, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria e Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS.

Eu Thaesa Jesana da Silva Bacellar, responsável pela pesquisa **O Trabalho Do Assistente Social No Ensino Superior Público: Atribuições E Competências Em Sua Inserção Na Formação Acadêmica Em Serviço Social**, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende avaliar a atuação do assistente social no que se refere a sua implicação na formação em Serviço Social, com vistas a garantia de uma universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada. Acredita-se que ela possa contribuir na compreensão das principais estratégias profissionais de atuação na formação acadêmica por parte do servidor público assistente social inserido nas diferentes políticas sociais. Dar visibilidade a essa atuação poderá propiciar uma melhoria no que se refere aos processos de gestão educacional no ensino

superior a fim de garantir o acesso, a permanência e conclusão de forma mais democrática aos estudantes, ou seja, possibilitar uma formação pública, plural e de qualidade.

Para sua realização serão aplicadas entrevistas onde serão entrevistados servidores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Prefeitura Municipal da cidade de Santa Maria, RS, além de acadêmicos do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM, a partir do 6º semestre e que estejam realizando estágio.

É possível que aconteça desconforto psicológico em responder as perguntas, embora não apresente riscos de outra natureza. Qualquer desconforto resultante da pesquisa o participante poderá contar com apoio psicológico da Clínica de Psicologia da UFSM, localizada na Avenida Roraima, n. 1000, prédio 74B, CCSH.

Os benefícios que esperados do estudo são a melhoria nos processos de gestão de recursos humanos no que tange a inserção do assistente social na formação acadêmica em Serviço Social. Durante todo o período da pesquisa o participante terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, poderão entrar em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

O participante também tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. No caso de necessitar de apoio jurídico o sujeito poderá procurar a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Alameda Montevideo, 308- Dores, Santa Maria, RS, CEP 97050-545.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. As informações decorrentes da pesquisa somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, Departamento de Serviço Social, sala 3339, 97105-970 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Thaesa Jesana da Silva Bacellar. Após este período os dados serão destruídos.

Os gastos necessários para a participação dos entrevistados na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

=====